

HABITAÇÕES ECONÓMICAS - FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA

CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA



FILIPA RAQUEL ROQUE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Arquitectura

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ANTÓNIO OLIVEIRA BANDEIRINHA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

COIMBRA, JULHO 2012

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José António Bandeirinha por todos os ensinamentos ao longo do meu percurso académico, em especial, nesta recta final, por toda a sua disponibilidade, pelas conversas, pela motivação e por todo o apoio que demonstrou na realização desta dissertação.

À Arquitecta Maria Tavares por toda a disponibilidade que sempre demonstrou e por me ajudar a esclarecer todas as dúvidas que tive relativamente às HE-FCP.

Ao Arquitecto Vasco Cunha pela disponibilidade em me receber e partilhar o seu percurso nas HE-FCP.

À Carlota Carvalho que, desde logo, me abriu as portas do seu apartamento para que eu o pudesse fotografar.

Às Mondeguinas.

Aos ninos e ninas. Em especial, às ninas por este último ano.

À Susana e ao Ricardo.

À minha mãe e ao meu pai.

Ao Diogo.

HABITAÇÕES ECONÓMICAS - FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA

CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTEXTO SOCIAL DO PAÍS	19
SITUAÇÃO POLÍTICA/ECONÓMICA DE PORTUGAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL	21
SITUAÇÃO DA ARQUITECTURA EM PORTUGAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL	41
POLÍTICA DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL	61
2 HABITAÇÕES ECONÓMICAS – FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA	77
HE-FCP (1947-1972)	79
PAPEL NA ARQUITECTURA PORTUGUESA	91
NOVOS MODELOS DE HABITAR	101
3 CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA	117
CONTEXTO DE INSERÇÃO DAS CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA	119
CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA	125
ARQUITECTO JORGE ALBUQUERQUE	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
LISTA DE ABREVIATURAS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163
FONTES DE IMAGENS	173
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O segundo pós-guerra e industrialização do país na década de 40 fazem como que haja uma crescente migração de pessoas dos meios rurais para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho. Contudo, essa crescente migração para os centros urbanos não é acompanhada pelo crescimento de infra-estruturas necessárias para o acolhimento das pessoas, nomeadamente, no que diz respeito à questão da habitação.

A grande carência de habitação com condições salubres para o bem-estar e desenvolvimento da população nos centros urbanos torna-se um problema de carácter social que vai atingir Portugal durante o regime salazarista. Para tentar resolver este problema o regime estadonovista cria, desde a Constituição Portuguesa de 1933, políticas de combate ao problema da habitação que vão desde o regime de “Casas Económicas” até ao Fundo de Fomento Habitação.

Um dos programas que visam resolver o problema da habitação em Portugal é o organismo das Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência, legislado em 1946, que vai permitir a utilização dos capitais da Previdência Social que se vinham acumulando durante os últimos anos, para a promoção de habitação de carácter económico, dentro dos regimes de “Casas Económicas” e “Casas de Renda Económica”.

As HE-FCP tiveram uma vasta importância ao nível da produção arquitectónica no campo da habitação em Portugal, dado que a maioria dos projectos promovidos por este organismo era elaborada por jovens arquitectos que estavam atentos ao panorama internacional e defendiam os ideais modernistas, assim como, corroboravam com os princípios defendidos no 1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948.

Deste modo, a produção das HE-FCP torna-se num laboratório de experiências ao nível da produção arquitectónica no campo da habitação pela introdução de novos modelos de

habitação, com influências no estilo internacional, mas que se tentava adaptar à realidade do país naquela altura. A promoção de habitação de carácter económico das HE-FCP estendeu-se por todo o país, com uma maior incidência nos grandes centros urbanos como Porto e Lisboa, tentando colmatar a carência habitacional que se fazia sentir.

A cidade de Coimbra que se localiza entre estes dois grandes centros urbanos, na década de 40, vê o seu desejo de progresso alcançado com a construção da Cidade Universitária, assim como, com a construção de um vasto número de bairros sociais distribuídos por toda a cidade que vêm alojar as pessoas provenientes das demolições para a construção desta Cidade Universitária.

No entanto, passados 20 anos e devido ao desenvolvimento da cidade, a carência de habitação na cidade de Coimbra continua a mostrar-se um problema. Visto isto, a Câmara Municipal de Coimbra, aprova em 1960 a construção de um “Grupo de Casas de Renda Económica” promovidas pelas HE-FCP, a poente do Bairro Norton de Matos, que estão concluídas em 1966, sendo o projecto entregue ao Arq. Jorge Albuquerque.

Este trabalho surge com a vontade de melhor conhecer o percurso do tema da habitação de carácter económico em Portugal. Dada a vastidão deste tema e a vontade de analisar um caso de estudo específico, foi escolhido o “Grupo de Casa de Renda Económica em Coimbra” localizado na poente do Bairro Norton de Matos, dado que este projecto foi promovido pelas HE-FCP, o maior promotor de habitação de carácter económico durante 25 anos em Portugal, mas também, por ser o único exemplar da promoção de habitação pelas HE-FCP, através do regime de “Casas de Renda Económica” na cidade Coimbra.

Embora este projecto já tenha sido analisado anteriormente, na tese de licenciatura de Jorge Paulo Cabral da Silva Correia, “Bairro das Caixas: blocos das habitações económicas: Federação das Caixas de Previdência Coimbra”, o objectivo deste trabalho prende-se na compreensão e na análise mais aprofundada deste projecto, como exemplo da promoção

de habitação das HE-FCP, mas também, na compreensão da actividade das mesmas, como promotor de habitação de carácter económico com um estilo arquitectónico característico durante o Estado Novo, para a qual foi de grande importância a consulta da dissertação de mestrado da Arq. Maria Fernanda Gaspar Tavares, “Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal”.

O trabalho estrutura-se em três capítulos essenciais, que pretendem ir desde o contexto nacional ao caso de estudo específico, passando pela actividade das HE-FCP. No primeiro capítulo aborda-se o contexto nacional no segundo pós-Guerra Mundial, expondo a situação política e económica do país, a situação da arquitectura no panorama nacional, assim como, as políticas habitacionais instituídas pelo regime estadonovista, de modo a compreender a importância do surgimento do organismo das HE-FCP no contexto nacional.

No segundo capítulo aborda-se o tema das HE-FCP, primeiramente, expondo o funcionamento e o percurso do organismo, seguido do papel que este desempenhou na arquitectura portuguesa, sendo dados alguns exemplos mais marcantes da sua produção arquitectónica, e por fim, os novos modelos de habitar que foram introduzidos através das HE-FCP na sociedade portuguesa, tentando compreender o papel das HE-FCP no panorama nacional.

No terceiro e último capítulo trata-se da análise e compreensão do caso de estudo, “Casas de Renda Económica em Coimbra”, onde primeiramente se faz uma breve abordagem ao contexto de inserção deste projecto na cidade de Coimbra, seguida da análise e compreensão de todo o projecto, e por fim, faz-se uma referência ao autor deste projecto, o Arq. Jorge Albuquerque, tentando expor o seu percurso profissional.

Em suma, este trabalho pretende demonstrar o importante papel desempenhado pelas HE-FCP no panorama arquitectónico nacional durante o regime salazarista, tendo como exemplo a cidade de Coimbra e o projecto de Casas de Renda Económica a poente Bairro Norton de Matos.

*Habitar é viver. Construir casas dignas é uma das funções da arquitectura, como forma de proporcionar uma vida saudável ao Homem.*¹

¹ CROFT, Vasco- *Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, p.279

1 | CONTEXTO SOCIAL DO PAÍS



1 | LISBOA DURANTE A II GUERRA MUNDIAL DEMONSTRANDO O CARÁCTER NEUTRAL DE PORTUGAL

SITUAÇÃO POLÍTICA/ECONÓMICA DE PORTUGAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

SITUAÇÃO POLÍTICA

A aproximação do final da II Guerra Mundial, ao ser prevista uma vitória dos aliados, traz para Portugal um clima de agitação entre as hostes políticas contrárias ao regime, começando este a viver, o que viria a ser, a primeira crise política grave de toda a sua história.

O derrube dos regimes autoritários na Europa e a conhecida simpatia que o regime português tinha por estes levam-no a adoptar algumas reformas mais democráticas, para que se possa manter no poder após o fim da II Guerra Mundial.

No entanto, essa antevisão da vitória dos aliados na II Guerra Mundial gera agitação popular entre camponeses, assalariados rurais e operários industriais, que cada vez mais desponta por todo o país, e o descontentamento alastra-se à classe média urbana, à “*almofada protectora do regime*”²

Para evitar o pior, em inícios de 1943, Oliveira Salazar fala ao embaixador britânico sobre as suas intenções de introduzir alterações no sistema político português, aproximando-se atentadamente das forças aliadas. *Salazar negocia dura e asperamente cada uma das concessões na perspectiva imediata e mediata da salvaguarda do regime: obter melhorias nos fornecimentos de géneros e matérias-primas para poder fazer face à agitação social; receber garantias formais, tanto da Inglaterra como os EUA, quanto à preservação da integridade do “império” no pós-guerra; ganhar apoio político dos aliados ocidentais para a manutenção do Estado Novo, mesmo que à custa de algumas adaptações secundárias.*³

² ROSAS, Fernando- O Estado Novo (1926-1974) in MATTOSO, José - *História de Portugal*, p.329

³ *Ibidem*, p.331



MUD *Juvenil*

2 | LOGOTIPO DO MOVIMENTO DE UNIDADE DEMOCRÁTICA JUVENIL

Em Setembro de 1944, Salazar procede à remodelação do Governo, de modo a preparar o regime para uma possível cedência aos pressupostos democráticos que o pós-guerra iria impor. *O Governo toma a iniciativa de antecipar a revisão constitucional, decretar uma nova lei eleitoral, dissolver a Assembleia Nacional e convocar eleições legislativas antecipadas, ao mesmo tempo que remodela os cargos dos dirigentes da União Nacional, a quem Salazar tenta alertar para as “dificuldades provenientes da chamada “vitória das democracias.”*⁴

A 6 de Outubro, Salazar convoca um acto eleitoral para 18 de Novembro, surpreendendo a oposição e não lhes dando margem para quaisquer preparativos. No entanto, a 8 de Outubro, surge o Movimento de Unidade Democrática (MUD) e que a 24 do mesmo mês consegue ter já mobilizados mais de 50 000 subscritores só em Lisboa, incluindo divergentes do regime, destacadas personalidades, homens da igreja e prestigiosos liberais independentes.

Salazar regressa a Lisboa a 25 de Outubro e manda o Ministro do Interior apreender todas as listas de assinaturas de apoio do MUD, sob o pretexto da oposição não apresentar condições para a candidatura. Devido à atitude de Oliveira Salazar, a oposição recusa-se a ir votar, causando uma baixa adesão às urnas de voto.

Em 1945 a vitória sobre os sistemas totalitários de direita na Europa viria a despontar mudanças drásticas na Europa e no regime português, embora este tenha tido sempre uma posição neutra durante a guerra. *Vinha aí um “mundo novo”, de “paz” e “liberdade”, onde não poderiam ter lugar, acreditava-se, regimes como o de Salazar.*⁵

A afirmação de posições políticas autónomas por parte das correntes sociais e políticas contrárias ao regime tornavam-se urgentes com o final da guerra e com o consequente abalo do regime. Surge então a União Socialista, uma junção do Núcleo de Doutrinação

⁴ *Ibidem*, p.335

⁵ *Ibidem*, p.338

e Acção Socialista (NDAS) com o Partido Comunista Português (PCP), e que *será a mais importante organização política não comunista dos anos 40 (...) constituindo a principal aliada da política unitária Partido Comunista Português.*⁶

O regime encontra-se neste momento em estado de divisão, confusão e desmobilização, expondo, a divisão político-partidária que se faz sentir no país, que se evidencia no aumento significativo de imprensa clandestina.

Marcello Caetano é um dos principais interventores neste período de reanimação e mudanças defendendo que *a recomposição do campo estonovista teria de passar por mudanças na política e no pessoal político, isto é, pelo estabelecimento de um novo equilíbrio no interior do regime entre os antigos interesses e sensibilidades e as novas forças emergentes da crise da guerra.*⁷

A 21 de Julho de 1947 são presos os oficiais que não chegaram a acordo com o regime e *a panela de pressão que era a sociedade portuguesa explodia, espontaneamente, à mais pequena abertura, numa torrente de indignação, de esperança e de vontade de mudar que subvertia todos os cálculos, no regime e na oposição, acerca de uma possível transição controlada.*⁸

O MUD foi um grupo muito importante que conseguiu ter impacto suficiente para abalar o regime salazarista, mas também foi, a acção deste grupo que fez com que regime recompusesse as suas forças neste momento de maior fragilidade. (...) *A oposição perdera a batalhar e a oportunidade da guerra. Seria preciso esperar nove anos para que surgisse outra.*⁹

Recuperas as forças do regime, Salazar põe de parte a existência de uma política nacional partidária, apregoando que esta não é solução para o problema político português,

⁶ *Ibidem*, p.340

⁷ *Ibidem*, p.337

⁸ *Ibidem*, p.351

⁹ *Ibidem*, p.353



3 | CARTAZ DE PROPAGANDA AO PLANO MARSHALL

defendendo ainda que (...) *ou se era “pela Nação”, isto é, pelo regime, ou se era “contra a Nação”, ou seja, pelo comunismo, e nesse caso o regime não deixaria que se fosse coisa nenhuma.*¹⁰

PLANO MARSHALL

Em 1947 o general George Marshall, recém-nomeado secretário de estado dos EUA, faz uma proposta que tinha como intenção ajudar os países europeus empobrecidos pela II Guerra Mundial, na sua recuperação económica, intitulando-se, mais tarde, como Plano Marshall.

Embora Portugal, não tenha sofrido os efeitos nefastos da destruição provocada pela guerra que eram patentes no resto da Europa, a sua economia tinha sido bastante abalada com este acontecimento.

Num primeiro momento, Portugal rejeita o apoio do Plano Marshall após o Ministro das Finanças, Costa Leite, ter elaborado um parecer que justifica a posição e actuação de Portugal em relação à Conferência de Paris e ao Plano Marshall. Contudo, apesar da rejeição do apoio do Plano Marshall por parte de Portugal, o Ministro não deixa de salientar algumas vulnerabilidades que o país pode ter, nomeadamente no que diz respeito aos *países com os quais Portugal mantém relações comerciais desfavoráveis insistirem em utilizar “no seu próprio benefício as disponibilidades portuguesas em moeda americana” e se não se tiverem presentes as necessidades portuguesas de exportação, a posição portuguesa poderá ver-se seriamente comprometida.*¹¹

O Governo português suspeitava dos verdadeiros propósitos deste programa e das verdadeiras intenções que os EUA teriam na penetração económica e política na Europa e em Portugal.

¹⁰ *Ibidem*, p.354

¹¹ ROLLO, Maria Fernanda- *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*, p.854



4 | MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, JOSÉ CAEIRO MATTA ASSINA O TRATADO NA NATO. 1949

Em Abril de 1948, é criada a OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica), onde Portugal vê os seus receios em relação aos EUA reduzidos, devido à pouca influência que estes exercem no que diz respeito às discussões dos grandes assuntos europeus.

*Face à diminuição muito acentuada das reservas de ouro e divisas do Banco de Portugal, o Governo português decide pedir a “transferência” para os EUA de uma parte dos créditos que Portugal tinha no Reino Unido. Face à recusa dos EUA, foi decidido pedir a ajuda Marshall no seu segundo exercício.*¹²

Todavia, a política interna que se fazia sentir em Portugal não chegou para contrabalançar os défices dos pagamentos das balanças externas, consequência da entrada de muitos dos países europeus no apoio do Plano Marshall. Muito a contragosto e por força das circunstâncias, o regime de Salazar cede, face à grave crise económica no país, e a 28 de Setembro de 1948, Portugal assina o Acordo Bilateral com os EUA.

*O Plano Marshall foi o elemento causador de uma das mais significantes alterações da política externa portuguesa conduzida pelos governos de Oliveira Salazar.*¹³

Em Abril de 1949, Portugal entra na NATO como membro fundador aparecendo na cena internacional como principal interlocutor ibérico. *A participação de Portugal no Pacto do Atlântico foi um elemento suplementar de aceitação internacional do país, apesar do seu regime político.*¹⁴ No entanto, aquando a apresentação do seu manifesto de adesão ao Pacto do Atlântico, Salazar prontamente demonstra a sua relutância quanto ao conteúdo ideológico, desconfiando, mais uma vez, das intenções norte americanas, quanto às suas pretensões políticas e económicas na Europa e nas suas colónias, desconfianças essas que tinham estado presentes aquando a aceitação do Plano Marshall.¹⁵ Contudo e após ver recusados os seus pedidos de alteração dos textos do tratado, adere ao Tratado do Atlântico Norte.

¹² PEREIRA, Pedro Cantinho – *Portugal e o início da construção europeia (1947-1953)*, p.242

¹³ ROLLO, Maria Fernanda- *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*, p. 869

¹⁴ PEREIRA, Pedro Cantinho – *Portugal e o início da construção europeia (1947-1953)*, p.243

¹⁵ Conteúdo esse que levou a Espanha franquista à exclusão do Tratado do Atlântico Norte.

Devido ao facto de Salazar ter cedido nos seus ideais e ter aderido a este tratado, assim como ao plano Marshall, prevê-se que, mais cedo ou mais tarde, iriam existir importantes mudanças no seu regime. Embora se tenha verificado um reequilíbrio do necessário, mantiveram-se os princípios fulcrais do regime.

A 6 de Novembro de 1946 é realizada I Conferência da União Nacional em Portugal, em que entre os principais quadros da União Nacional e os ministros do Interior e da Economia debateram acerca da política interna e da economia de guerra e pós-guerra. Nesta I Conferência da União Nacional, a posição de Marcello Caetano destacou-se no seu discurso de síntese final, saindo de lá como segundo homem do regime, e também, como uma alternativa a presidente do Conselho, facto que não agradou a Salazar.

*(...) O Governo é remodelado a 4 de Fevereiro de 1947. Pela primeira vez, Salazar não recompõe a sua equipa como quer, mas como tem de ser, como lhe é ditado pela necessidade de equilibrar as pressões dos diferentes grupos de interesse e de correntes dentro da situação.*¹⁶ Tornando-se assim, Salazar o grande “mestre do equilíbrio” para tudo funcione à sua maneira.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

*Os dados relativos ao comportamento demográfico da população do País atestam a modernização e a melhoria global das condições de vida entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de 70 (...).*¹⁷

Na década de 50 dá-se uma forte migração dos lugares rurais, sobrepovoados e com condições miseráveis para núcleos mais industrializados ou em vias de industrialização, principalmente, no litoral. Dada a mobilização da população dos pequenos centros urbanos para centros urbanos intermédios e maiores, em busca de melhores condições

¹⁶ ROSAS, Fernando- O Estado Novo (1926-1974) in MATTOSO, José - *História de Portugal*, p.357

¹⁷ *Ibidem*, p.373

de trabalho, verifica-se também uma reordenação do território, porque a população que ocorre a estes centros urbanos não consegue arcar com as inflações dos preços da habitação nas zonas mais centrais, então vão-se estabelecendo em zonas mais periféricas, onde os preços da habitação lhe são mais acessíveis.

*Contudo a ausência de infra-estruturas habitacionais, sanitárias ou de transportes para receber esse enorme acréscimo de uma população de fracos recursos económicos inaugura ou agrava substancialmente os dramáticos problemas dos grandes centros urbanos e das suas periferias suburbanas: a proliferação dos bairros de barracas, a construção clandestina, o défice de oferta de habitação e o seu drástico encarecimento, as carências de saneamento básico, a degradação das condições de vida, com o aumento da prostituição e da criminalidade, o estrangulamento do sistema de transportes e da rede viária, etc. — são algumas das “novidades” que traz consigo a explosão urbanística e o surgimento de grandes áreas metropolitanas. Mas com ela ocorrem, igualmente, importantíssimas mudanças sociais, culturais e de mentalidade que influenciam decisivamente toda a história do período em causa. A proletarianização nas indústrias de grande parte da população rural chegada as cidades, os nascimentos e expansão de um moderno sector de serviços, a alfabetização progressiva, o maior acesso à educação, à cultura e aos meios de informação, as novas formas de sociabilidade — tudo isto fará da população urbana e suburbana nas principais cidades e nas áreas metropolitanas, sobretudo em Lisboa e nas margens norte e sul do Tejo, uma agente de intervenção social e política de importância crescente.*¹⁸

A crescente migração devida à industrialização faz com que cerca de metade de população portuguesa que se dedicava à agricultura passe até 1970 a 32% e, por consequência, cresça a população dedicada à indústria, comércio, serviços e administração pública.

O desenvolvimento industrial, durante estas duas décadas, levou a uma reestruturação dos grupos e camadas sociais dos principais sectores da actividade económica nacional, concentrando-se o patronato e aumentando os assalariados, no sector industrial, e diminuindo o patronato e aumentando os grupos isolados, no sector agrícola.

¹⁸ *Ibidem*, p.377

O PLANO DE FOMENTO

é a coroa da vida de trabalho

e de sacrifício

do Dr. Oliveira Salazar

— escreve um jornal de Sarrebruck

SARREBRUCK, 7 — Em correspondência de Lisboa, o jornal «Saarbruecker Zeitung» diz que o Plano de Fomento português é a coroa de toda a vida de trabalho e de sacrifício do Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar. Salienta que cerca de metade dos capitais investidos no Plano será empregada em Angola e em Moçambique, designadamente na primeira daquelas duas províncias ultramarinas em aproveitamentos hidroeléctricos, no prolongamento do Caminho de Ferro de Moçamedes e na construção do chamado «Caminho de Ferro do Café», que se destina a escoar mais facilmente para os portos o café produzido na região do Congo.

Seguidamente, passando a ocupar-se de Moçambique, o articulista salienta a importância que terá, logo depois de inaugurado, o Caminho de Ferro do Limpopo, que, indo de Lourenço Marques até o Pafuti, servirá principalmente de escoadouro para o manganês das Rodésias, contribuindo assim, de forma indirecta, para prestar valioso auxílio aos Estados Unidos, que, por isso, participam, com importante empréstimo, para a construção do referido caminho de ferro. Por outro lado, o prolongamento do Caminho de Ferro do Niassa levará até o porto de Nacala, em Moçambique, os produtos da Niassalândia inglesa.

Todavia, assinala depois o «Saarbruecker Zeitung», Portugal não vai valorizar de modo tão extraordinário as suas províncias de Angola e Moçambique apenas para prestar bons serviços aos territórios vizinhos e, genericamente, à economia mundial, mas também para, graças às modernas técnicas de colonização, as ocupar com milhares de agricultores portugueses (10.000 só para Moçambique) tornando assim mais interdependentes os interesses dessas duas províncias e os de Portugal metropolitano.

Não é, porém, em Angola e em Moçambique apenas que Portugal vai gastar milhares de contos em estradas, caminhos de ferro, edifícios públicos, bairros residenciais e hospitais, mas também em Goa, em Macau, na Guiné, em Cabo Verde e em Timor. — (ANI).

PEREGRINA

OREIA



*A nova estratégia económica do Estado, encetada no pós-II Guerra Mundial, procurando enquadrar coerentemente os grandes objectivos da política económica nos então chamados “planos de fomento”, terá sido o elemento detonador desta significativa evolução, promovendo, em obediência às tendências gerais de capitalismo europeu, as condições que viriam proporcionar um acentuado crescimento do sector industrial nacional.*¹⁹

O governo português no segundo pós-guerra fez da industrialização um dos motes principais na sua estratégia económica. Contudo, o grande crescimento industrial que se verificou no país não foi directamente proporcional com o desenvolvimento económico do mesmo, devido à atenção excessiva dada ao sector industrial e ao descuido no crescimento paralelo do sector primário.

Em 1948, emerge em Portugal uma crise económica, levando a saldos negativos as balanças comerciais e de pagamentos, devido ao aumento das importações e à forte diminuição da exportação de alguns produtos e mercadorias anormalmente valorizadas durante a guerra. Isto tudo, vem destabilizar o equilíbrio financeiro nacional que era um dos pilares da política económica do regime salazarista.

A 29 de Dezembro de 1952 é aprovado o I Plano de Fomento (1953-1958) que foi pouco mais que um programa organizado de investimentos públicos, reflectindo a ambiguidade política económica portuguesa do pós-guerra.

Este tinha como objectivo elevar o nível de vida e melhorar a produtividade do trabalho reduzindo o desemprego, apontado como principais objectivos o fomento da agricultura, o aumento da produção de energia hidráulica, a conclusão das indústrias de base já em curso, a instalação da siderurgia, o desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte e ainda, o incentivo ao desenvolvimento da refinação do petróleo, a produção

¹⁹ *Ibidem*, p.402

de adubos e da marinha mercante. (...) a principal novidade da proposta do I Plano no que se refere à indústria, para além da modéstia dos objectivos, era o apelo feito à iniciativa privada, a quem caberia reactivar o processo de industrialização, deixando para o Estado proporcionar as condições necessárias a sua efectivação (...).²⁰

Em 1957 realiza-se em Lisboa o II Congresso dos Economistas e da Indústria Portuguesa, em que as suas conclusões levam à elaboração e execução do II Plano de Fomento (1959-1964). *Efectivamente, é a partir da realização deste congresso que os grandes interesses económicos privados ligados à indústria e ao sistema financeiro ganham novo alento para se lançar ao controlo aberto das principais alavancas da economia portuguesa.*²¹

O II Plano de Fomento (1959-1964) tem como objectivos principais a aceleração do ritmo de crescimento do produto nacional, a melhoria do nível de vida, a ajuda à resolução dos problemas de emprego e a melhoria da balança de pagamentos. No entanto, com o início das guerras coloniais, a aceleração da emigração, a prossecução do projecto de criação do “mercado português” (...) desviaram as atenções do rumo demarcado e adiaram soluções²², surgindo como solução o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967).

O Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 inclui, pela primeira vez entre os objectivos do planeamento em Portugal, um sector consagrado à “Habitação”,²³ cabendo às HE-FCP, organismo que promovia a habitação de carácter económico, nomeadamente, ao Arq. Nuno Teotónio Pereira e ao Arq. João Braula Reis, a elaboração deste sector destinado à habitação.

Consagrando a política industrial possível, o plano intercalar, se apresentou inovações em termos das concepções adaptadas e das soluções preconizadas, correspondeu, efectivamente, ao encerramento de

²⁰ *Ibidem*, p.406

²¹ *Ibidem*, p.414

²² *Ibidem*, p.415

²³ PEREIRA, Raúl da Silva- *Habitação e Urbanismo em Portugal - Alguns aspectos sociais*, p. 215

*uma época, ao fim do grande ciclo político do salazarismo. Daí que o III Plano de Fomento, destinado a cobrir os anos de 1968-1973, preparado durante a vigência do plano intercalar, quando entrou em vigor estivesse de certa forma ultrapassado pela conjuntura externa, mas sobretudo pelas alterações políticas verificadas no interior do País.*²⁴

Portugal, após a segunda grande guerra, encontrava-se em crise económica e de valores, levando o regime a adaptar-se para que se pudesse manter numa posição de poder. Esta adaptação passou por um vasto número de cedências dos ideais estadonovistas aos dogmas modernos que despontavam por toda a Europa. O caso da arquitetura, não foi diferente.

²⁴ ROSAS, Fernando- O Estado Novo (1926-1974) in MATTOSO, José - *História de Portugal*, p.416

SITUAÇÃO DA ARQUITECTURA EM PORTUGAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

MOVIMENTO MODERNO EM PORTUGAL

*A futura política, que se desenha na segunda metade dos anos 40, assenta não no embelezamento do país ou na melhoria do ensino e dos habitat dos trabalhadores, mas sim na tentativa de desenvolvimento das forças produtivas, canalizando toda a acumulação disponível, do Estado e dos grupos capitalistas nacionais, para a criação da industria básica e das respectivas infra-estruturas.*²⁵

Desde a subida ao poder, em 1926, o Estado Novo procura através das obras públicas que realiza por todo o país, enaltecer a sua produção arquitectónica, inspirando-se (...) nos regimes ditatoriais predominantes, especialmente o italiano e o alemão, a imagem de poder do Estado Novo teria de ser monumental acima de tudo e normalmente associada a um estilo neoclássico.²⁶

A esperança que a derrota dos regimes autoritários na Europa venha, também, deitar por terra o regime autoritário português, gera um clima de tensão nos grupos oposicionistas ao regime, que acompanhavam o desenvolvimento de outros países. *Já não é possível manter o isolamento a que o poder tinha sujeito o país. As viagens tornam-se realidade para alguns e os livros vão chegando; com estes, novos modelos, a consciência de novos problemas, as hipóteses de soluções diferentes.*²⁷

Uma nova geração de intelectuais que se encontrava atenta ao panorama europeu e à realidade que se fazia sentir na altura em Portugal, dá origem ao MUD, grupo este que vem alcançar, como já referido anteriormente, grande importância em termos políticos nesta fase debilitada do regime.

²⁵ PORTAS, Nuno - *A Arquitectura para Hoje, seguido de, Evolução da Arquitectura moderna em Portugal*, p.195

²⁶ RIBEIRO, Helena Sofia da Silva Nunes - *Outras Casas Portuguesas, Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura modernados anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea*, p.13

²⁷ FERNANDEZ, Sérgio - *Percurso Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, p.48

Na sequência destas agitações oposicionistas *o sector intelectual do MUD (Movimento de Unidade Democrática), organiza a I Exposição Geral de Artes Plásticas (EGAP), reunindo obras de grande eclectismos estético*²⁸ e que durante uma década resultou como meio difusor do neo-realismo português.

Uma geração mais nova de arquitectos desta época que se encontrava atenta ao estado de agitação do país, assim como ao que passava no panorama da arquitectura internacional, está na base do surgimento em 1946, do grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica – Lisboa) dinamizado por Keil do Amaral e no ano seguinte do grupo ODAM (Organização De Arquitectos Modernos – Porto). Juntos, adquirem a revista a “Arquitectura”, que já ia no seu 13º número com o objectivo de a transformar num instrumento de divulgação teórica do que de novo se fazia e debatia na arte e arquitectura nacional.

A formação destes dois grupos de arquitectos nas cidades do Porto e de Lisboa traz para o panorama nacional um espaço de debate da arquitectura, que até então era praticamente inexistente à escala nacional. *A visita que os arquitectos de Lisboa fazem ao Porto, em 47, contribuirá para congregar os esforços que nas duas cidades se desenvolvem no sentido de abrir novas perspectivas para a actuação profissional.*²⁹

As sucessivas EGAP onde participavam um vasto grupo de arquitectos importantes, marcaram uma atitude polémica face à arquitectura oficiosa. *Foi o começo de um novo período na cultura portuguesa, período de luta que os movimentos neo-realista e surrealista animavam, com diferentes valores de radicalismo, e que correspondia a uma contestação política directa.*³⁰

²⁸ TOSTÕES, Ana- *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.21

²⁹ FERNANDEZ, Sérgio- *Percurso Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, p.56

³⁰ TOSTÕES, Ana- *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.23



6 | RELATÓRIO DO 1º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA DE 1948

Em Fevereiro de 1948, inicia-se a publicação da Carta de Atenas na revista “Arquitectura”, marcando uma posição no campo da divulgação da arquitectura e do “Estilo Internacional” em Portugal.

1º CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA - 1948

Entre 28 de Maio e 4 de Junho de 1948 é realizado o 1º Congresso Nacional de Arquitectura promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, e que contou com o apoio por parte do Governo que pretendia através deste congresso reafirmar a arquitectura do Estado Novo, dando seguimento à exposição que homenageava Duarte Pacheco no IST “Quinze Anos de Obras Públicas. *Uma mostra de “Obra feita” pelo regime, que se insere num propósito de reforçar o discurso ideológico num tempo de contestação e de mudança.*³¹

No entanto, a esperança que o Estado Novo tinha neste congresso para a reafirmação do seu estilo arquitectónico, ao qual chamavam de “Português Suave”, é deitada por terra, na sequência das teses proferidas, levando à rejeição da ideia de um estilo arquitectónico do Estado Novo.

Esta classe reúne pela primeira vez três gerações de profissionais, para abordar, também, pela primeira vez, os problemas do contexto nacional e económico na produção da arquitectura portuguesa. Estas são compostas por uma primeira geração mais velha, pioneira do modernismo em Portugal, depois uma segunda dos que pertenciam ao ICAT e ODAM, e que tiveram *um papel determinante no tom geral do Congresso, aliando ao pragmatismo, que a prática profissional já ensinara, um desejo de profunda mudança,*³² e por fim, uma terceira geração mais jovem, de arquitectos recém-formados que acompanhavam o percurso das gerações anteriores, assim como o panorama internacional da arquitectura,

³¹ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.60

³² TOSTÕES, Ana- *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.35

demonstrando já uma visão crítica sobre os valores do Movimento Moderno, e defendendo os valores da cidade como “condensador social”.

As teses defendidas neste congresso dividem-se em dois grandes temas: “A Arquitectura no Plano Nacional” e “Problema Português da Habitação”. Estas teses conseguiram alcançar uma primeira grande vitória de liberdade política desta classe profissional, dado não terem sido submetidas à censura antes de serem apresentadas no Congresso.

No congresso são discutidos em grande escala o papel social do arquitecto e da arquitectura, assim como, a Carta de Atenas e a máquina de habitar de Le Corbusier, que poderiam resolver os problemas sociais e arquitectónicos da época, expondo a Carta de Atenas como solução para problemas da habitação. *A arquitectura representa o espírito da verdade, assim responsabilizando os arquitectos que “têm a sagrada missão de construir racionalmente casas no sentido de manter o equilíbrio da sociedade, por isso a forma radiosa proposta pela Carta de Atenas é a única forma de aos homens alegria e optimismo.” (...) Segurado situa o urbanismo como primeiro problema da habitação e Jacobetty, seguindo o modelo da Carta de Atenas, propõe a substituição da rua-corredor com extensos blocos, por imoveis colectivos “verticais” implantados em parques, bem expostos ao sol com circulação diferenciadas.*³³

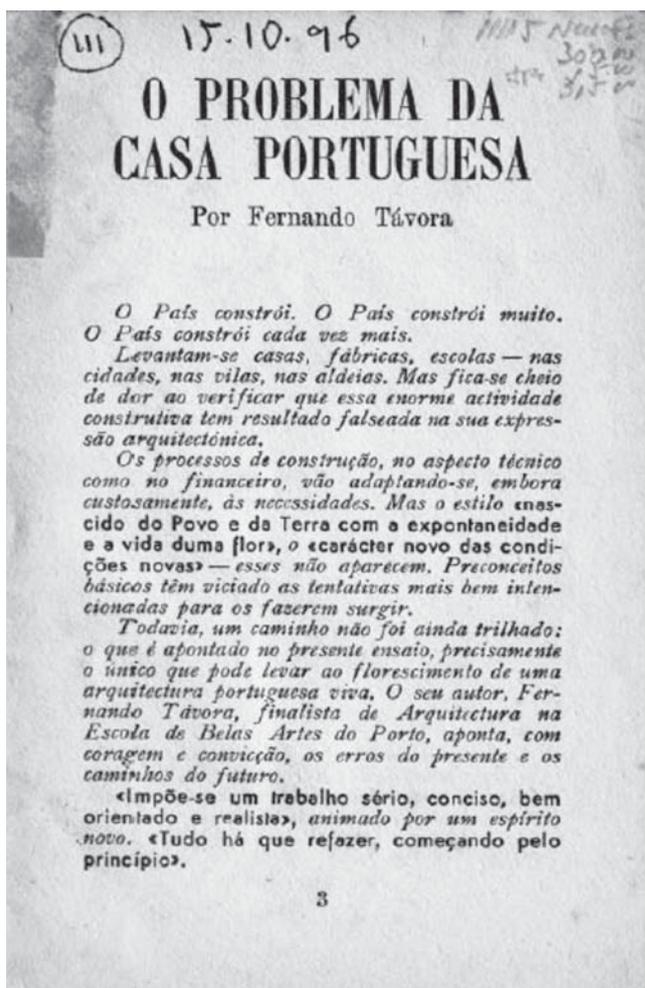
A ideia unânime que se fazia sentir em todas as teses expostas neste Congresso era a de que *o arquitecto tinha a responsabilidade e a função social de manter o equilíbrio da sociedade e a missão do arquitecto é “a solução dos problemas humanos, planando cidades, arrumando tudo num conjunto harmónico e racional; ele é organizador das actividades humanas, o pedagogo, o filantropo, o civilizador.*³⁴

*O triunfo das posições mais avançadas, no Congresso, vai fortalecer a actuação da classe e a implementação da arquitectura moderna.*³⁵ Sendo este como que um ponto de partida para

³³ *Ibidem*, p.36-37

³⁴ *Ibidem*, p.38

³⁵ FERNANDEZ, Sérgio- *Percurso Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, p.65



7 | ENSAIO “O PROBLEMA DA CASA PORTUGUESA” DE FERNANDO TÁVORA. 1947

uma nova produção e reflexão da arquitectura que se faz sentir logo nos anos 50, tendo em conta o método de projecto numa perspectiva da *compreensão mais humanista do fenómeno social e numa visão mais crítica dos modelos internacionais de referência*.³⁶

KEIL DO AMARAL

A atitude dinâmica e revolucionária que Keil do Amaral demonstrada nas contantes intervenções teóricas que mantinha na revista “Arquitectura” e que teve no Congresso de 48, levaram em 1949 à sua eleição para o cargo de presidente do SNA (Sindicato Nacional de Arquitectos). Activista, no sentido de produção teórica, sobre os problemas arquitectónicos que se sentiam no país, foi afastado pelo regime da presidência do sindicato, alguns meses depois, devido às declarações que fez à imprensa sobre o “problema da habitação em Portugal” por altura da campanha eleitoral do General Norton de Matos, que Keil do Amaral apoiava.

No entanto, o tema do “Problema da Habitação” que foi discutido no Congresso já tinha sido de certo modo reflectido por Fernando Távora, que já dava aulas na escola do Porto desde os anos 40, quando publicou, em 1947, o ensaio “O Problema da Casa Portuguesa”. Também, a questão da “Casa Portuguesa” já tinha sido muito debatida por Keil do Amaral nas suas intervenções feitas, apesar do que os distanciava, estes dois grandes arquitectos portugueses, sentiam em comum uma necessidade de perceber este conceito, tão exaltado pelo regime, para a produção arquitectónica futura.

*Outra válvula de escape abrir-se-á, no fim dos anos 40, do lado das Caixas de Previdência que se tornaria, por mais de vinte anos, a maior promotora de habitação não-lucrativa, para consolidar capitais provenientes de descontos salariais dos trabalhadores, entretanto acumulados, que não se gastavam em saúde e previdência,*³⁷ nascendo assim as HE-FCP, que foram um laboratório de

³⁶ TOSTÕES, Ana - *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.40

³⁷ PORTAS, Nuno - *A Arquitectura para Hoje, seguido de, Evolução da Arquitectura moderna em Portugal*, p.197

experiências no campo da habitação de carácter económico, permitindo à nova geração de arquitectos que estava à sua frente, por em prática muitos os ideias modernistas que tinham sido defendidos no Congresso.

Com a evolução económica e social do regime salazarista a ideia de provincialismo foi deixada cada vez mais de parte ao longo destes anos, devido ao crescente quadro do capitalismo e industrialização do país. O estilo arquitectónico nacionalista que o regime tanto defendia, começa a deixar de fazer sentido. Em 1949, fazendo um ponto de reflexão sobre a arquitectura nacional após o congresso, o SNA define a ideia de realização de um “inquérito à arquitectura regional portuguesa”.

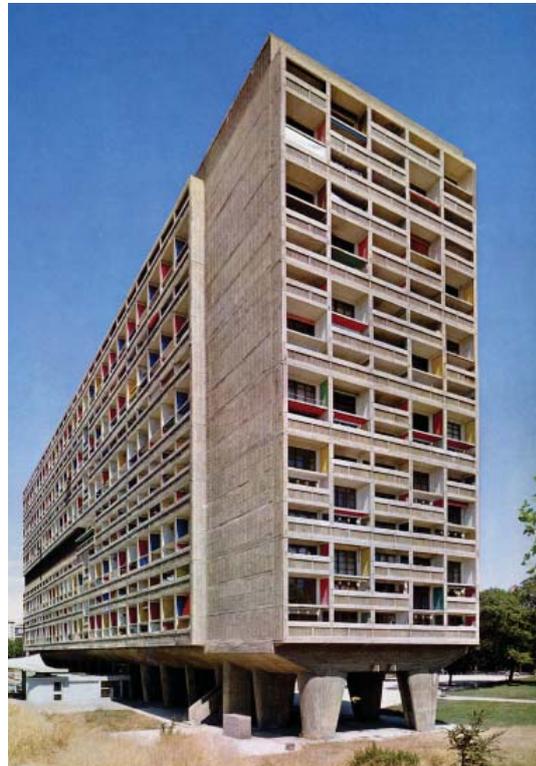
*Se 1947 pareceu uma data charneira desencandadora de um processo irreversível no processo da arquitectura portuguesa, que se confirmaria em 48 com o Congresso e a significativa eleição de Keil do Amaral, o ano de 1953 parece indicar, certamente de uma modo menos determinante, um conjunto de situações que conduziu, em breve, a uma nova tomada de consciência.*³⁸

Podemos então definir estes anos em dois momentos essenciais para a arquitectura portuguesa. Um primeiro de exaltação da modernidade, de tentativa de colocação da arquitectura nacional num contexto internacional, e que foi claramente influenciada pela arquitectura brasileira, devido ao panorama europeu durante a II Guerra Mundial. E um segundo momento, *um momento de paragem e reflexão sobre os modelos internacionais e de consciência sobre a adequação desses modelos aos contextos particulares de cada lugar.*³⁹

As influências internacionais que marcaram a arquitectura portuguesa durante esta época são bastante claras, existe uma geração mais antiga de arquitectos que sente influências claras do modernismo que se faz sentir do outro lado do Atlântico. Durante o período da

³⁸ TOSTÕES, Ana- *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.43

³⁹ RIBEIRO, Helena Sofia da Silva Nunes - *Outras Casas Portuguesas, Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura modernizados anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea*, p.39



8 | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, LÚCIO COSTA, AFONSO REIDY, OSCAR NIEMEYER E LE CORBUSIER, BRASIL. 1945

9 | UNIDADE DE HABITAÇÃO DE MARSELHA, LE CORBUSIER, FRANÇA. 1952

II Guerra Mundial, o Brasil que se encontrava longe dos conflitos da Europa, pode por em prática vastas obras de carácter moderno e de inspiração europeia, que mais tarde acabaram por ser difundidas pelo mundo, devido ao alargado número de intelectuais europeus que se refugiava no país nessa altura. O MEC (Ministério da Educação e Cultura), construído no Rio de Janeiro, é um exemplo muito claro disso. Este é construído através de um concurso feito em 1935 e concluído a 1945, tendo sido o projecto entregue a Lúcio Costa, que *convida outros participantes do concurso, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy e João Moreira, também adeptos do funcionalismo,*⁴⁰ e posteriormente Ernani Vasconcelos e Oscar Niemeyer, para compor a equipa de elaboração deste projecto. Contudo, a primeira solução de projecto proposta pela equipe não se mostrou satisfatória, tendo sido convidado então para consultor Le Corbusier, que teve uma contribuição essencial para a definição deste projecto.

A geração mais nova pós-congresso vem por sua vez, sentir influências muito directas da Carta de Atenas, redigida por Le Corbusier, em 1933 num dos encontros dos CIAM, mas principalmente, sentem grande influência sobre o seu projecto da Unidade de Habitação de Marselha (1947-1952), onde este ensaia a mistura dos seus ideais de “cidade-jardim vertical” e “máquina de habitar”.

Em paralelo ao que acontecia no Porto com os ODAM, em Lisboa com a sua primeira manifestação pública em Abril/Maio de 1953, o MRAR (Movimento de Renovação de Arte Religiosa), de que fazia parte Nuno Teotónio Pereira, surge com oposição aos neo-realistas da época. *A importância da questão da arquitectura religiosa, como formalização da espiritualidade de um certo inconsciente colectivo, parece crucial por constituir a pedra-de-toque para o entendimento do grau de aceitação de novos conceitos e formas.*⁴¹

Em 1953, realiza-se em Lisboa, o III Congresso da UIA *reunindo 600 participantes de 35 delegações mundiais, como honras de abertura pelo Presidente da República e restantes figuras*

⁴⁰ PAIVA, Ricardo Alexandre-*Ministério Da Educação (1937-1945) No Rio De Janeiro:Arquitetura, Clima E Cultura*, p.2

⁴¹ TOSTÕES, Ana- *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.31



10 | ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, LARGO DE S. TIAGO, GUIMARÃES

*político-militares o regime. (...) este Congresso Internacional que assinala um diferente sentido de propaganda do regime, no quadro de uma política de fomento capitalista, (...) e de maior abertura ao exterior, num desejo de se integrar internacionalmente, o que será confirmado dois anos depois com a admissão de Portugal na ONU.*⁴² O tema de reflexão proposto por Sir Patrick Abercrombie (Presidente da UIA) para este congresso foi: “A arquitectura na Encruzilhada de Caminhos”.

*A procura de uma arquitectura mais autêntica através do estudo da arquitectura popular*⁴³ é uma ideia que veio sendo defendida por alguns profissionais desta área, reflexo do que foi discutido no Congresso de 48 e que depois veio a ser reivindicado no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa.

INQUÉRITO À ARQUITECTURA REGIONAL PORTUGUESA

*Em 1956 inicia-se o trabalho de “levantamento de campo” do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. (...) Procurava-se um sentido verdadeiro conciliando uma necessidade de modernidade com a mais profunda tradição rural.*⁴⁴

O Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa pretende fazer uma recolha das obras de arquitectura realizadas em Portugal, podendo usá-la como base para o estudo de técnicas e elementos construtivos, assim como, para o estudo de soluções arquitectónicas características de cada região. O objectivo deste inquérito é de verificar a adequação contemporânea dessas técnicas e soluções arquitectónicas, no que diz respeito ao seu carácter funcional, económico e social, para que se pudessem aplicar em projecto futuros caso essa análise fosse positiva. É como se lhe pudesse chamar, um “ponto de reflexão” da arquitectura regional portuguesa, em que se percebe o que foi feito, e o que se tem de

⁴² *Ibidem*, p.44

⁴³ RIBEIRO, Helena Sofia da Silva Nunes - *Outras Casas Portuguesas, Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura modernados anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea*, p.23

⁴⁴ TOSTÕES, Ana- *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.159



11 | ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, FUZETA, OLHÃO

melhorar e continuar a desenvolver no futuro. Uma análise regional da relação íntima que existe entre o clima, os materiais e os processos de construção existentes em cada região.

O trabalho de pesquisa para realização do Inquérito contou com 6 equipas distribuídas por todo o país, demorando o seu trabalho de pesquisa mais de dois anos e mais três anos para a sua publicação. *Trabalhando sobre um plano comum, as directrizes foram definidas para o todos os grupos de modo a assegurar a unidade de trabalho, segundo a análise da ocupação do território, da estrutura urbana, da expressão e valor plástico dos edifícios e aglomerados urbanos, dos materiais e processos de construção, das influencias do clima, das condições económicas, da organização social, dos costumes e hábitos das populações.*⁴⁵

O inquérito foi apoiado oficialmente pelo Governo, com subsídio do Ministério das Obras Públicas através do Dec.-Lei n.º 40 349, de 19 de Abril de 1955⁴⁶, esperando o regime mais uma vez, que esta operação contribui-se para que se encontrasse uma arquitectura de expressão nacional.

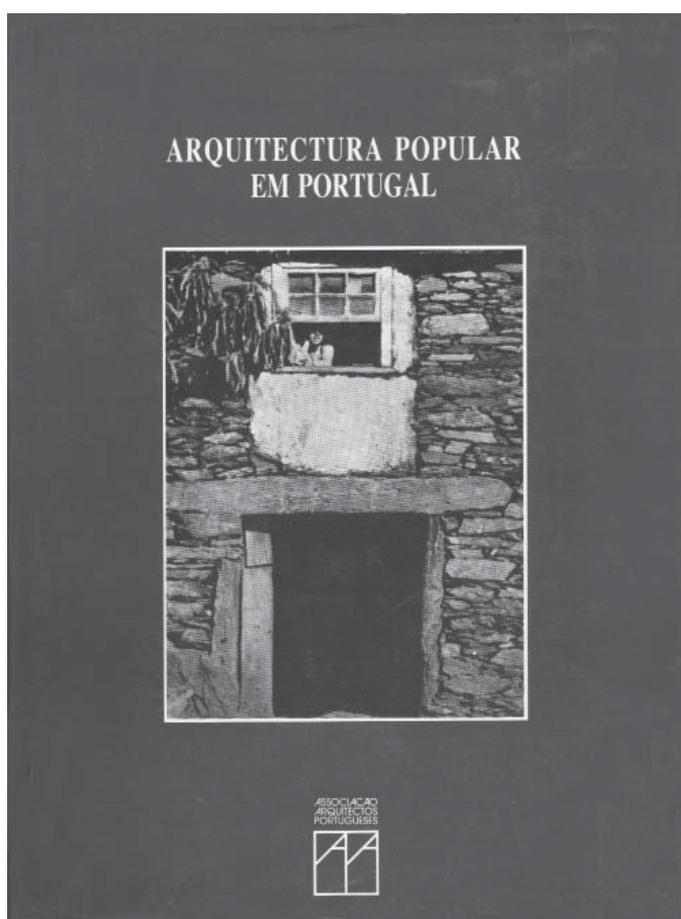
Em 1958 conclui-se uma fase importante deste inquérito, em que todo o material que tinha sido recolhido estava finalmente a ser compilado, preparando-se a maquete de um livro para a publicação. Mais tarde seria apresentado a Oliveira Salazar os resultados deste inquérito.

As conclusões que se tiraram deste inquérito é que afinal *havia tantas tradições quanto regiões e que a expressão dos edifícios é profundamente influenciada pelas condições do habitat (...). Afirmava-se categoricamente que não existia uma “arquitectura portuguesa” ou uma “casa portuguesa”⁴⁷ e contrapôs-se ainda as definições de arquitectura erudita e arquitectura popular, uma como resultado de uma atitude de domínio sobre a natureza através de técnica em*

⁴⁵ *Ibidem*, p.160

⁴⁶ *Ibidem*, p.160

⁴⁷ *Ibidem*, p.161



12 | “ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL” - CAPA DO VOL. I

*constante aperfeiçoamento, da estética e estilos, e outra resultante da sumição e cooperação com a natureza.*⁴⁸

O Inquérito é publicado em 1961 com o título “Arquitectura Popular em Portugal”, deixando de parte a possibilidade de se falar numa “arquitectura portuguesa”. *Mais do que um inventário de formas e técnicas construtivas, propõe uma aproximação da arquitectura à paisagem, ao lugar, às formas de povoamento e às formas de uma vida, por isso contribuindo de forma determinante para a reflexão de uma linguagem arquitectónica de acento culturista, repensada entre a fidelidade ao Movimento Moderno e o compromisso da realidade e da acção do tempo histórico, correspondendo, sintomaticamente, a um tempo de revisões operadas no contexto internacional.*⁴⁹

⁴⁸ RIBEIRO, Helena Sofia da Silva Nunes - *Outras Casas Portuguesas, Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura modernados anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea*, p.41

⁴⁹ TOSTÕES, Ana - *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.164



13, 14, 15 e 16 | BAIRRO DE CASAS ECONÓMIAS DO AMEAL, PORTO. 1938

POLÍTICA DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL

*A resolução do problema do alojamento depende, antes de mais, da estruturação de uma política à escala nacional.*⁵⁰

O despontar da industrialização nos grandes centros urbanos gerou uma grande mobilização de pessoas para os mesmos em busca de melhores condições de trabalho. Todavia, estes centros urbanos ainda não estavam preparados para receber este aumento significativo de pessoas, ficando estas alojadas, na maioria das vezes, em condições de subaluguer muito precárias. *A habitação tornou-se uma questão política premente no final do século (XIX), quando taxas de mortalidade alarmantes e uma série de epidemias forçaram as autoridades municipais a recorrer abertamente aos graves problemas habitacionais existentes nas cidades e que era necessário enfrentar.*⁵¹

Ainda antes da II Guerra Mundial, não podendo ocultar mais os problemas de habitação que se faziam sentir no país, o regime publica na Constituição Política de 1933, a lei que viria a ser a primeira iniciativa, por parte do Governo, de resolução do problema da habitação em Portugal, dando origem ao regime das “Casas Económicas”. *Portugal, mantendo-se neutral, não sentiu da mesma forma os efeitos da Segunda Guerra Mundial, mas o Estado Novo já havia reconhecido a importância social e política do problema da habitação, consagrando-a na Constituição Política de 1933 (artº 4º, nº1), facto de deu origem ao regime de “casas económicas”.*⁵²

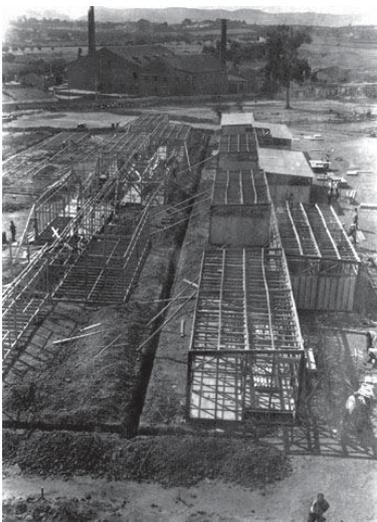
CASAS ECONÓMICAS

O regime das “Casas Económicas” resumia-se muito basicamente a: *Os bairros de casas económicas eram compostos de habitações unifamiliares, de um ou dois andares, independentes ou*

⁵⁰ PEREIRA, Raúl da Silva- *Problemática da habitação em Portugal – II*, p.237

⁵¹ TEIXEIRA, Manuel C.- *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, p.73

⁵² CROFT, Vasco - *Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, p.279



17, 18, 19 e 20 | BAIRRO DE CASAS DESMONTÁVEIS DA QUINTA DA CALÇADA, LISBOA. 1938

*geminadas, cada uma com o seu próprio jardim. Estes bairros eram construídos directamente pelo Estado e destinados a funcionários públicos ou a trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. As casas eram pagas em prestações mensais ao longo de um período de 25 anos, findos os quais se tornavam propriedade da família.*⁵³ O Governo acreditava piamente, que este tipo de habitação conseguiria moldar a sociedade portuguesa à sua medida, através da transposição dos seus ideais para a arquitectura, mas também, no próprio regime de acesso às mesmas. *Os factos confirmam que a casa económica portuguesa constitui um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente (...) Pode desejar-se que todas as famílias, mesmo as mais modestas, tenham a sua casa própria, o seu lar.*⁵⁴

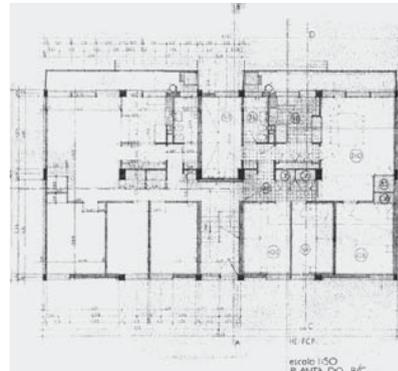
Por todo o país inúmeros bairros de carácter económico foram construídos pelo Estado Novo através deste regime de “Casas Económicas”. No entanto, as medidas tomadas pelo estado não foram suficientes para resolver o problema da habitação em Portugal. A população continuava a crescer nos centros urbanos, nomeadamente no Porto e em Lisboa, as condições para aquisição de “Casas Económicas” eram muito restritas, e portanto as condições de precariedade e os bairros clandestinos propagavam-se pelas suas periferias.

CASAS DESMONTÁVEIS

Em 1938 é lançado o programa das “Casas Desmontáveis”, através do Decreto-Lei n.º 28 912, de 12/08/1938, que se dirigia a uma população muito carenciada que vivia nos chamados “bairros de lata” na cidade de Lisboa e que não tinha acesso às “Casas Económicas”. Este programa previa a construção imediata de 1000 casas em Lisboa, de carácter provisório, construídas em madeira e fibrocimento, e que se iriam distribuir por um máximo de 3 bairros.

⁵³ TEIXEIRA, Manuel C. - *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*, p.79-80

⁵⁴ DECRETO-LEI n.º 28 912, 12 de Agosto de 1938



21, 22 e 23 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA DE BRAGA, ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA. 1950
PERSPECTIVA EXTERIOR, FOTOGRAFIA E PLANTA PISO TÉRREO, RESPECTIVAMENTE

No Portugal pós-II Guerra Mundial surgiram novas medidas de reajustamento político do regime, nomeadamente no que diz respeito à habitação. *O período pós-guerra foi prolífero, sobretudo em matérias de legislação.* ⁵⁵ Devido aos acontecimentos do fim da guerra e ao grave problema habitacional que se fazia sentir, o regime salazarista vê-se obrigado a abandonar os seus ideais, da casa unifamiliar, passando a permitir a construção de blocos de habitação colectiva até 4 pisos.

CASAS PARA FAMÍLIAS POBRES

Em 1945 são lançados o programa da “Casas para Famílias Pobres” através do Decreto-lei n.º 34486, 06 de Abril de 1945 e o programa das “Casas de Renda Económica” através do Decreto-lei n.º 2007, 07 de Maio de 1945.

O programa de “Casas para Famílias Pobres” pretende abranger todo o país, e é considerado um desenvolvimento do programa de “Casas Desmontáveis” que apenas se desenvolveu no Porto, em Lisboa e em Coimbra. *Desaparece (...) a designação taxativa de “casa desmontável” (...) a referência passa a ser simplesmente de casas para alojamento de famílias pobres*⁵⁶. Este programa habitacional pretende ultrapassar as dificuldades apresentadas no programa anterior, nomeadamente no que diz respeito à mudança de utilização de materiais de caris provisório para materiais de carácter definitivo.

CASAS DE RENDA ECONÓMICA

O programa de “Casas de Renda Económica” surge no sentido de (...) *cobrir o território, colmatando as grandes lacunas dos bairros de “Casas Económicas”, com uma tipologia mais “urbana” e com um regime de locação menos exigente, virado, não já para as populações operárias, mas para as classes médias, cujas carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação, e*

⁵⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.89

⁵⁶ DECRETO-LEI n.º 34 486, 06 de Abril de 1945



24 e 25 | CASAS DE RENDA LIMITADA, BAIRRO DE ALVALADE

*de cujo apoio o regime precisa.*⁵⁷ Este programa prevê a construção de edifícios ou moradias até 4 pisos em regime de arrendamento, venda a pronto ou em prestações mensais, inserindo-se no esforço de adaptação do então “Estado Novo” às condições decorrentes da derrota dos regimes fascistas na 2.ª Guerra Mundial.⁵⁸

Em 1946 é lançado o decreto-lei nº 35 611, de 25 de Abril, que em conjunto com a lei nº 2 007, conduz à *permissão de Federação de Instituições da Previdência Social, para realização de obras sociais, nomeadamente a construção de “Casas Económicas” e de “Casas de Renda Económica”.*⁵⁹ Surge assim, com o lançamento desta lei, o que viria ser durante 25 anos, o maior organismo semipúblico que promoveu habitação em Portugal, as Habitações Económicas- Federação de Caixas de Previdência.

*O peso económico-social da “Previdência” levou o Governo a instituir, em 1947, a “Federação das Caixas de Previdência – Habitações Económicas” (HE) para administrar os fundos financeiros, construindo “casas de renda económica”, em edifícios plurifamiliares em regime de arrendamento.*⁶⁰

CASAS DE RENDA LIMITADA

Em 1947 é lançado, na sequência dos programas anteriores e através do Decreto-Lei nº 36 212 de 07 de Abril o programa “Casas de Renda Limitada” (...) *marcando o início da participação da iniciativa privada nestes programa habitacionais.*⁶¹

Com a introdução deste programa habitacional, o regime salazarista, dado não conseguir fiscalizar a construção privada e os consequentes aumentos das rendas que se haviam

⁵⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio- *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.207

⁵⁸ *Ibidem*, p.205

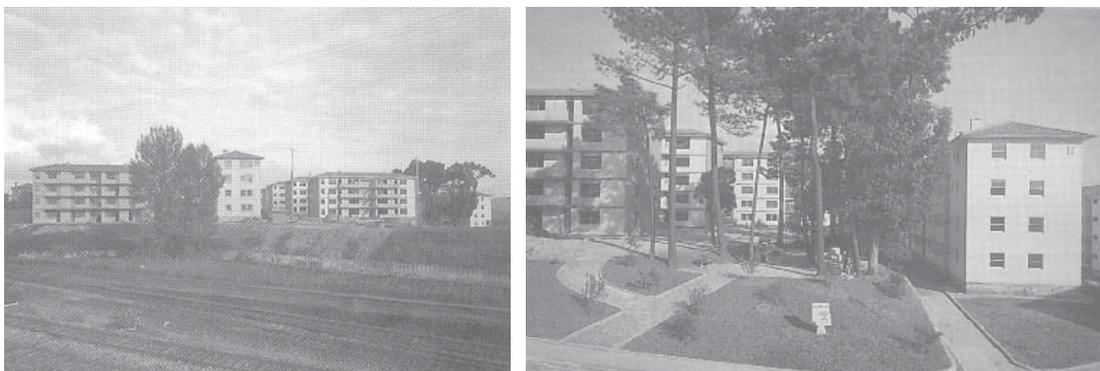
⁵⁹ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.3

⁶⁰ CROFT, Vasco- *Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, p.280

⁶¹ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.33



26 | MAPA DE INTERVENÇÕES DO PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO (1956-1966)



27 e 28 | PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO (1956-1966)
GRUPO DE MORADIAS DE S. ROQUE DA LAMEIRA. 1962

verificado durante esses últimos anos, *procura disciplinar esta em moldes que, embora assegurando justa remuneração aos respectivos capitais, lhe permitam constituir eficazmente para a resolução do problema da habitação (...) o objectivo em vista, que pode resumir-se como segue: fixação do rendimento futuro, para limitar o capital a empatar, quer na construção propriamente dita, quer nos investimentos em propriedade urbana*⁶².

No 1º Inquérito às Condições de Habitação, realizado em 1950, com o recenseamento populacional verifica-se o estado da situação habitacional de então, e que *iria exigir novas medidas, que pudessem ultrapassar o quadro muito restrito dos “bairros”, inaugurando com solenidade, mas que eram uma gota de água face ao volume das carências detectadas.*⁶³

PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO (1956-1966)

Na cidade do Porto, apesar da não existência de bairros clandestinos como se figurava na cidade de Lisboa, existiam as “ilhas” que eram pequenos aglomerados de construção espontânea, muita das vezes construídos pelo patronato, de casas de nível térreo em torno de uma pequena rua interior, em espaços intersticiais da cidade. *A ilha é uma metáfora da migração rural-urbana, da pobreza urbana, da situação da classe trabalhadora operária ou dos serviços (...).*⁶⁴

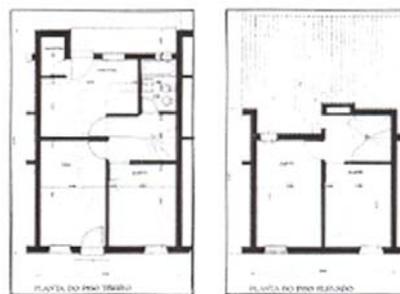
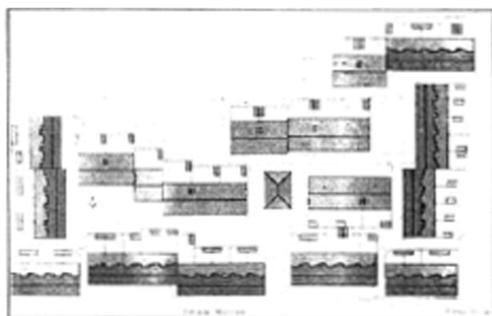
Tendo em vista a extinção das “ilhas” do Porto, em 1956, o Estado publica o Decreto-Lei n.º 40 616, a 28 de Maio que prevê *a construção no prazo de dez anos de um mínimo de seis mil habitações, expressamente destinadas a outras tantas famílias actualmente moradoras nas ilhas e bairros insalubres de natureza semelhantes existentes na cidade*⁶⁵. Medida esta que se insere no Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto 1956-1966, e que foi completamente

⁶² DECRETO-LEI n.º 36 212, de 07 de Abril de 1947

⁶³ PEREIRA, Nuno Teotónio- *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.208

⁶⁴ SEIXAS, Paulo Castro- *Identidades de uma Cidade: As Ilhas e o Porto*, p.6

⁶⁵ DECRETO-LEI n.º 40 616, de 28 de Maio de 1956



29, 30, 31, 32 e 33 | BAIRRO DA COMPANHIA DA FIAÇÃO DE TORRES VEDRAS, ARQ. VÍCTOR FIGUEIREDO, LEI N.º 2092
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO, PLANTA PISO TÉRREO, PLANTA PISO 1, FOTOGRAFIA1 e FOTOGRAFIA2, RESPECTIVAMENTE.

cumprida, *constituindo este plano uma intervenção fundamental na estruturação do espaço cidadão.*⁶⁶

CASAS CONSTRUÍDAS OU ADQUIRIDAS ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMO

Em 1958, com o acumular dos capitais de previdência, é publicada a Lei n.º 2 092, a 09 de Abril do mesmo ano, com o programa de “Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo”. *A particularidade da lei, (...) é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e Casas do Povo, que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção.*⁶⁷

Esta lei representa um novo momento no âmbito das políticas habitacionais implementadas pelo Estado Novo para a resolução do problema da habitação. Havendo já permitido anteriormente, a utilização dos capitais da previdência para a construção de “Casas Económicas” e “Casas de Renda Económica” através das HE-FCP, agora o Estado passa a permitir, mediante fiscalização e acompanhamento das obras por esta mesma Federação, o empréstimo de capitais a Casas do Povo, individuais e empresas contribuintes da Previdência, para a construção de habitação própria.

GABINETE TÉCNICO DA HABITAÇÃO - LISBOA

Em 1959 é criado em Lisboa, Gabinete Técnico da Habitação (GTH) *no quadro da Câmara Municipal, para resolver a crise habitacional de uma parte significativa da população da capital e da zona suburbana.*⁶⁸ Tendo como áreas de intervenção, mais concretamente, as zonas de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas. *(...) É importante relevar o seu papel na sociedade, porque se constituiu como um verdadeiro laboratório reformista, tanto nas opções de política urbana, como*

⁶⁶ MATOS, Fátima Loureiro - *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*, p. 694

⁶⁷ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.10

⁶⁸ MANGORRINHA, Jorge- *Habitação em Lisboa: Memória do GTH - 50 anos*



34 e 35 | PLANO DE OLIVAIS NORTE. GTH
VISTA AÉREA

*na visão técnica dos seus autores, através de opções de grande escala, inovadoras no quadro do urbanismo.*⁶⁹

Ao longo dos anos 60, as perspectivas de resolução do problema habitacional não melhoraram. O aumento dos bairros clandestinos, a criação de bairros segregados e o lento avanço dos grandes empreendimentos habitacionais que se encontravam em construção, demonstraram muito claramente no 2.º Inquérito às Condições de Habitação, realizado com o censo populacional de 1960, a carência de alojamento e o agravamento dos problemas subordinados ao subaluguer.

Através do estudo deste Inquérito e do que se tinha realizado anteriormente, Raul da Silva Pereira publica, em 1966, na revista *Análise Social* um estudo que se intitula “Habitação e Urbanismo em Portugal — alguns aspectos actuais”, que vem reflectir a situação da habitação e do urbanismo em Portugal durante as décadas de 1950 e 1960.

PLANO INTERCALAR DE FOMENTO

Os reflexos destas análises relativas à situação da habitação em Portugal começavam a difundir-se na imprensa e a ser discutidas na sociedade, o que não agradava ao regime. *Os trabalhos do Plano Intercalar de Fomento (1965-67) reflectem, pela primeira vez em textos oficiais, uma visão crítica da política habitacional até então seguida, denunciando os resultados pouco lisonjeiros da actuação da iniciativa privada neste domínio.*⁷⁰

Deste modo, figura-se pela primeira vez no Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) uma secção destinada à habitação no planeamento económico nacional, tendo sido elaborada pelas HE-FCP, nomeadamente, por Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis, onde é proposto *estruturar-se uma política habitacional, realizar um programa de empreendimento*

⁶⁹ *Ibidem*

⁷⁰ FERREIRA, António - *Por Uma Nova Política de Habitação*, p.63



36, 37 e 38 | BAIRRO DA QUINTA DA MALAGUEIRA, FUNDO FOMENTO HABITAÇÃO, ARQ. ÁLVARO SIZA, ÉVORA. 1973

*prioritário de reconhecido interesse social e a coordenação da iniciativa privada no sentido de satisfazer as carências habitacionais das classes de mais fracos rendimento.*⁷¹

FUNDO FOMENTO HABITAÇÃO

Em 1969 é criado o Fundo Fomento Habitação, que tinha sido já recomendado pelo Plano Intercalar de Fomento, através da publicação do Decreto-Lei n.º 49 033 de 28 de Maio de 1969. No FFH reuniram-se todos os sectores do Estado referentes à habitação num só organismo, de modo a fortalecer o sector da habitação, concentrando os meios humanos e diminuindo os gastos. Esta concentração dos sectores da habitação já tinha sido defendida no 1.º Congresso Nacional de Architecta quando se discutia o “Problema Português da Habitação”. O FFH *visa contribuir para a resolução do problema habitacional especialmente das classes não beneficiárias dos planos das caixas de previdência ou de quaisquer outras instituições semelhantes*⁷².

⁷¹ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.49

⁷² DECRETO-LEI n.º 49 033, de 28 de Maio de 1969

2 | HABITAÇÕES ECONÓMICAS
FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA



39 | CARIMBO DAS HE-FCP



40 | SÍMBOLO DAS HE-FCP

HE-FCP (1947-1972)

As Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência surgem legalmente em 1946 na sequência do Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946, permitindo *as instituições de previdência social (...) cooperar na resolução do problema da habitação através da aplicação de valores em: Casas económicas (...); Casas de Renda Económica*⁷³, sendo estas casas atribuídas aos respectivos beneficiários ou sócios das instituições de previdência.

Sob a orientação do Subsecretariado de Estado das Cooperações e Previdência Social, o objectivo inicialmente presente nas HE-FCP é de orientar os capitais da previdência na resolução do problema habitacional em Portugal, que se fazia sentir desde o período do segundo pós-guerra, utilizando os capitais da previdência que se tinham acumulado através dos tributos feitos pelos trabalhadores inscritos na mesma.

Embora algumas iniciativas já tivessem sido tomadas pelo estado, com a implantação de algumas políticas habitacionais, a migração de pessoas para os grandes centros urbanos industrializados em busca de melhores condições de trabalho continuava a aumentar, e os capitais privados também não mostravam qualquer interesse de investimento neste campo da habitação económica. *Tudo leva a crer que a iniciativa privada, a que se abriram largamente as portas, não mostrará imediatamente particular entusiasmo em corresponder ao apelo que se lhe fez para cooperar na construção de renda económica (...). Por isso mesmo se tornou evidente a conveniência de facilitar os investimentos dessa natureza por parte das instituições de previdência social.*⁷⁴

As medidas que estavam a ser tomadas não se coadunavam com os ideais do regime salazarista, contudo para enfrentar o presente problema habitacional, reflexo, também, do estado subdesenvolvimento do país, o estado viu-se forçado a sacrificar alguns dos

⁷³ DECRETO-LEI n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946

⁷⁴ *Ibidem*



41 | PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA A SUL DA AV. ALFERES MALHEIRO, ONDE SE INSERE O BAIRRO DE ALVALADE, ARQ. FARIA DA COSTA, 1945

princípios que tanto defendia, inscrevendo-se assim as HE-FCP *no esforço de adaptação do então “Estado Novo” às novas políticas decorrentes da derrota dos regimes fascistas na 2.ª Guerra Mundial.*⁷⁵

A resolução do problema da carência habitacional que se verificava no país, como já tinha sido explorado no 1.º Congresso de Arquitectura de 1948, passaria necessariamente pela construção de habitações económicas em altura. Contudo, apesar do regime ter reconhecido esta necessidade, não permitiu que fossem construídos, no regime de “Casas de Renda Económica”, conjuntos habitacionais com mais de 4 pisos (rés-do-chão mais 3 andares).

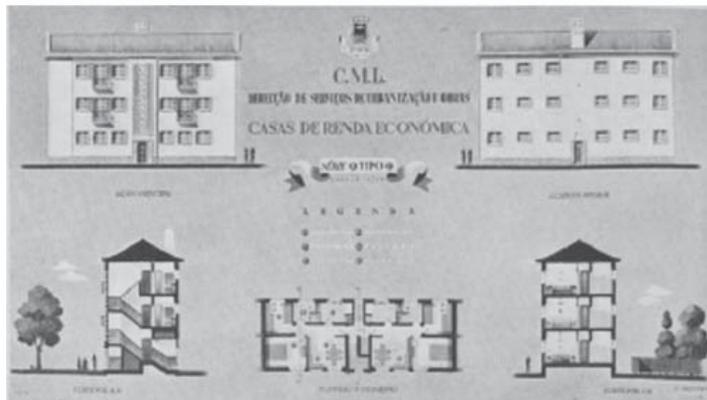
*Apesar de este decreto-lei possibilitar a construção por parte das federações de previdência social, de casas económicas e casas de renda económica, a HE-FCP é incumbida apenas da execução de casas de renda económica, bem como do seu regime de promoção e locação habitacional.*⁷⁶

As HE-FCP promoviam a realização de numerosos agrupamentos de habitações por todo o país, destinados aos trabalhadores que contribuía para a previdência social, coordenando dos meios técnicos disponíveis para a execução desses agrupamentos de “casas de renda económica” até à sua conclusão e entrega às caixas participantes.

Em 1947 têm a oportunidade de se lançar com o primeiro conjunto urbano integrado na construção do Bairro de Alvalade, programado pelo Município de Lisboa no quadro do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro, pelo Arq. Faria Costa. O projecto de Miguel Jacobetty para o Bairro de Alvalade foi muito importante para o arranque das HE-FCP, dado que, daqui saíram os blocos de habitação de 4 pisos que vieram a ser utilizados em outros locais do país, em pequenos núcleos de Casas de Renda

⁷⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio- *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.205

⁷⁶ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.77



42, 43 e 44 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA DE ALVALADE ARQ. MIGUEL JACOBETTY. 1947
SÉRIE I - TIPO 1, 2 e 3, RESPECTIVAMENTE.

Económica, no início da federação, tal como afirma, Nuno Teotónio Pereira na entrevista que dada a Madalena Cunha Matos para o Jornal *Arquitectos: Logo em 1947, era preciso no HE-FCP mostrar obra. A primeira aplicação foi o bairro de Alvalade, com Miguel Jacobetty. O governo queria também noutras cidades. As primeiras construções noutras cidades eram do Jacobetty; arranjou-se terrenos em Matosinhos, Évora...em seis cidades, onde foi aplicado o projecto-tipo Alvalade.*⁷⁷

Após o seu arranque, este organismo funcionou durante alguns anos apenas com engenheiros, até a entrada do Arq. Nuno Teotónio Pereira, o primeiro arquitecto do organismo e que rapidamente ficou à frente dos quadros técnicos. Devido a este facto, a federação não tinha capacidade para a realização de todos os projectos que lhe eram encomendados, tendo estes que ser atribuídos a um grupo restrito de arquitectos em profissão liberal, geralmente indicados por Nuno Teotónio Pereira, mas garantindo sempre ao organismo a coordenação e execução da obra.

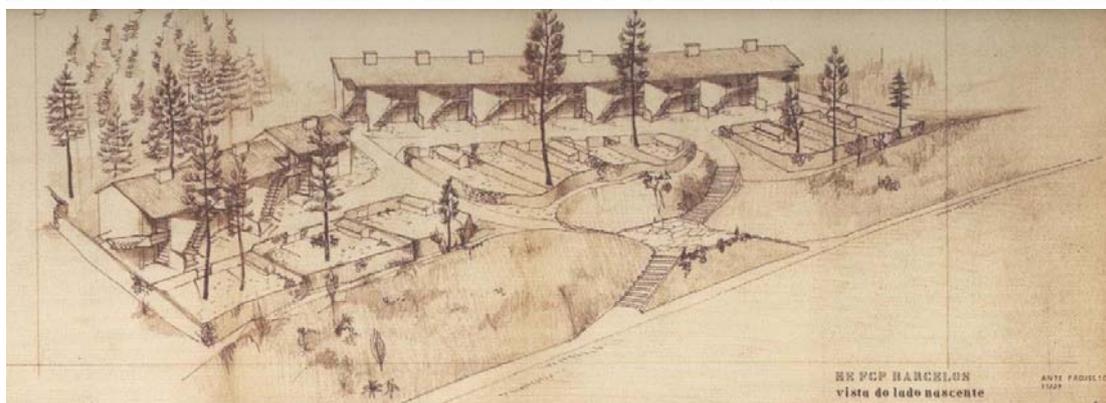
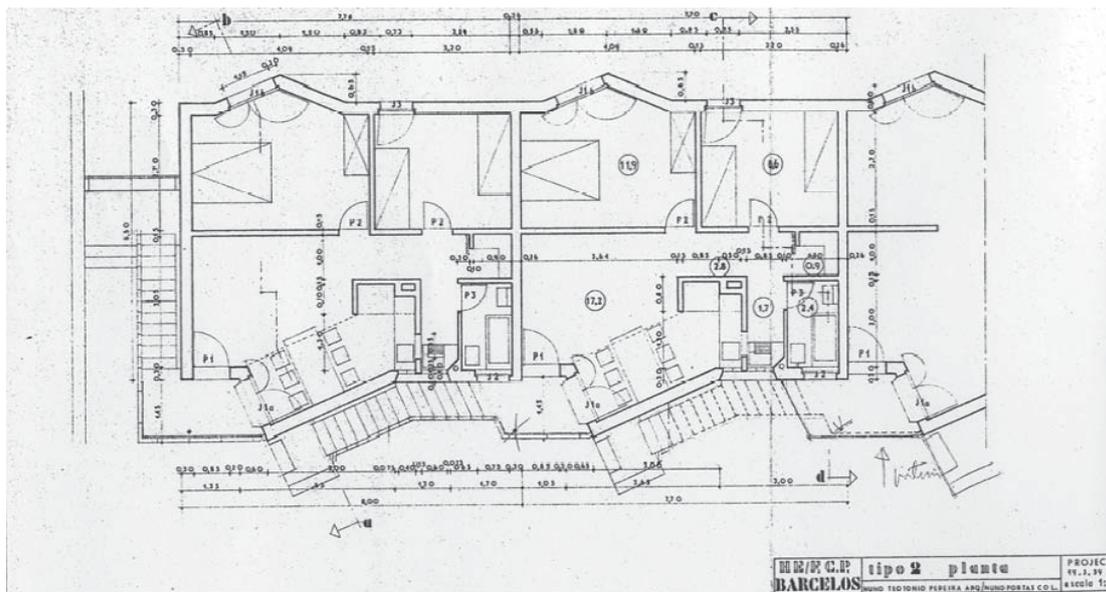
*Tentava-se cobrir o território, colmatando as grandes lacunas dos bairros de “Casas Económicas”, com uma tipologia mais “urbana” e com um regime de locação menos exigente, virado, não já para as populações operárias, mas para as classes médias, cujas carências habitacionais se consideravam como uma dado novo da situação, e de cujo apoio o regime precisava.*⁷⁸

Passados 8 anos, em 1958, é publicada a Lei n.º 2 092, de 09 de Abril que tornava possível a concessão de empréstimos para a construção de habitação própria a beneficiários da Previdência, alargando-se assim o âmbito da intervenção pública, agora no sentido de incentivar a iniciativa individual para a acesso às propriedades, através de uma forma aberta e flexível, que desse novo vigor a princípios ideológicos tão caros ao regime.⁷⁹

⁷⁷ MATOS, Madalena Cunha - *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*, p.39

⁷⁸ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.207

⁷⁹ *Ibidem*, p.208-209



45 e 46 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM BARCELOS, LEI N.º 2007, ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA.1960
PLANTA TIPOLOGIA T2 e PERSPECTIVA EXTERIOR, RESPECTIVAMENTE

Com a publicação da Lei n.º 2 092, inicia-se uma nova fase das HE-FCP, onde esta terá de enfrentar novos desafios, obrigando a uma reestruturação do organismo para conseguir responder eficazmente aos mesmos. Assim, definem-se dois períodos distintos de actuação das HE-FCP, o primeiro, com a execução de “Casas de Renda Económica” pela Lei n.º 2 007 e um segundo, com a introdução das “Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo” pela Lei n.º 2 092.

BRAULA REIS

Para esta nova fase houve necessidade de organizar uma equipa de profissionais que conseguissem responder à elaboração dos projectos de “Casas de Renda Económica”, que continuavam por todo o país, assim como, apoiar as construções realizadas individualmente, com os empréstimos de capitais da previdência, elaborando os projectos e fiscalizando as obras.

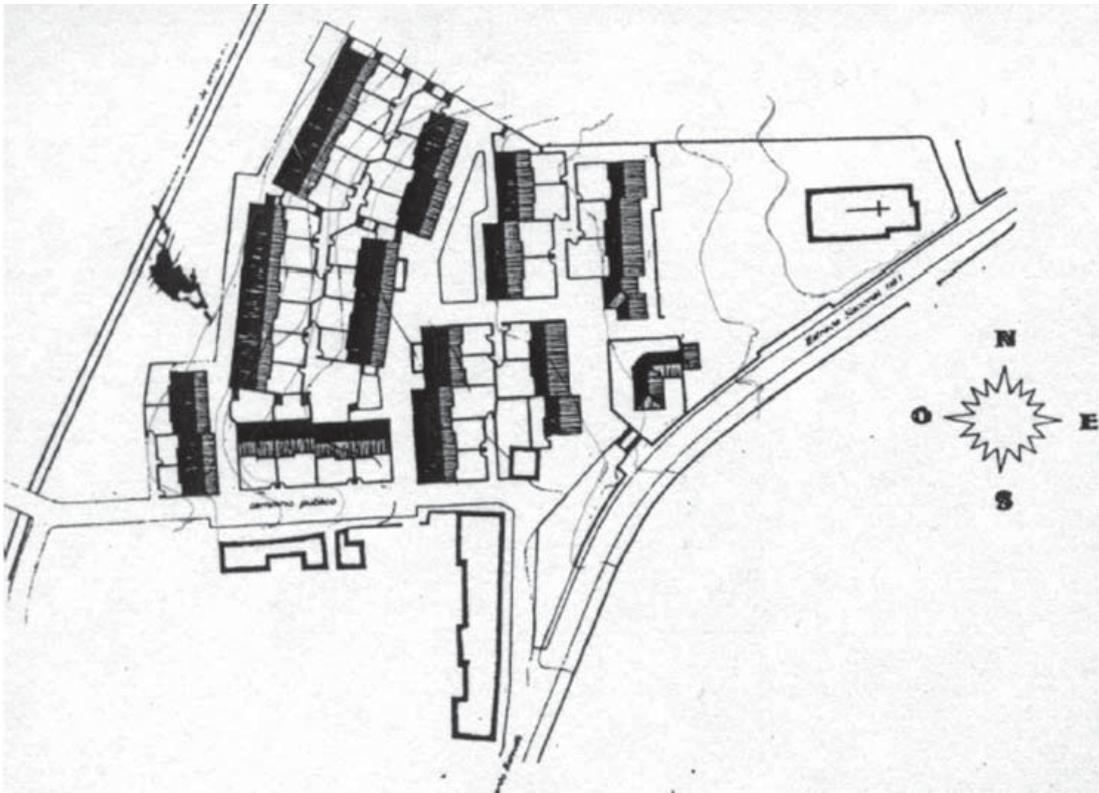
Nuno Teotónio Pereira sugere o nome de João Braula Reis, para dirigir esta nova fase das HE-FCP, que já tinha aprofundado *o tema da habitação económica como tese de fim de curso*.⁸⁰

*Um espírito de equipa e grande capacidade de comunicação e diálogo, é o pretendido por Braula Reis (...). Debruçando-se sobre a questão da habitação social, o objectivo consiste em promover estudos com programas de intervenção dirigidos ao maior número.*⁸¹

Braula Reis escolhe para seus colaboradores iniciais, um grupo de jovens arquitectos pertencentes à terceira geração que participou no Congresso de Arquitectura de 48, o Arq. Bartolomeu Costa Cabral e o Arq. Vasco Croft de Moura, ficando Nuno Teotónio Pereira apenas como consultor da federação.

⁸⁰ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.109

⁸¹ *Ibidem*, p.109



47, 48 e 49 | BAIRRO ECONÓMICO EM ST.º ESTEVÃO, LEI N.º 2092, ARQ. VICTOR FIGUEIREDO. 1963
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E FOTOGRAFIAS, RESPETIVAMENTE

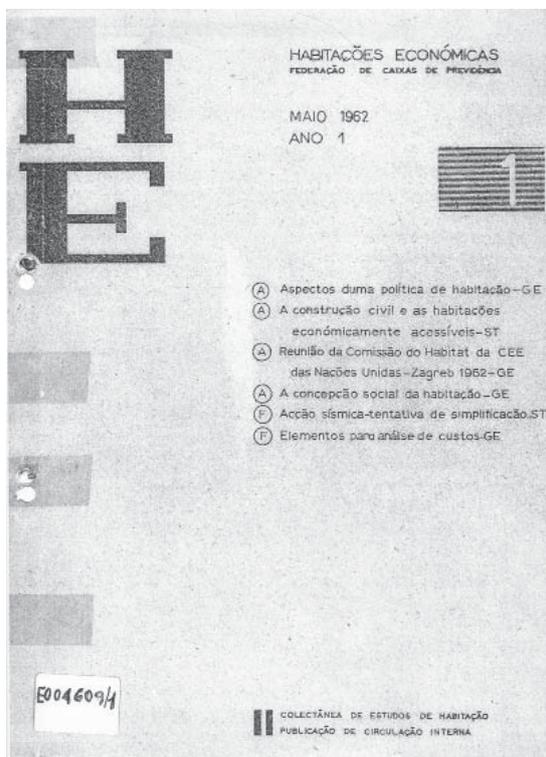
No entanto, para este novo grupo de trabalho poder mostrar resultados satisfatórios do seu desempenho, faz algumas exigências, que se tornam nos princípios de funcionamento da federação a partir de então. Entre as exigências principais estavam a autonomia de funcionamento, o estudo individualizado para cada caso, a não utilização de projectos-tipo e uma atenção especial no estudo do processo de construção, para que houvesse um maior controle de custos durante a construção.

ARQUITECTOS REGIONAIS

A publicação da Lei n.º 2 092, de 09 de Abril de 1958, permite a cedência de empréstimos para a construção de habitações económicas a beneficiários da previdência, e com as exigências feitas por este novo grupo, nomeadamente, no estudo individualizado de cada caso, as HE-FCP para poder controlar a qualidade das construções para as quais a previdência cede empréstimos, cria uma rede de arquitectos regionais, de modo a que todos os casos sejam presencialmente analisados por todo o país. *Uma inovação importante é de assinalar: a criação de uma rede de arquitectos regionais (...). São assim elaborados projectos de acordo com as necessidades específicas de cada programa de conjunto ou individual, mas beneficiando de uma certa sistematização e da experiência que vai sendo colhida, tanto a nível regional como central. Nos casos de promoção individual, a tarefa dos arquitectos era a de aprovar, modificar ou elaborar os projectos, acompanhando, neste último caso a respectiva construção. Foi uma experiência de descentralização da actividade profissional e de personalização do utente, que revestiu características pioneiras.*⁸²

Por questões de viabilidade, não era possível ter em todas as regiões do país sedes das HE-FCP. O que levou a que os arquitectos regionais tivessem avenças com a federação, apesar de continuarem a trabalhar nos seus próprios “ateliers”, tendo tabelas de pagamentos preestabelecidas para os projectos que lhes eram encomendados.

⁸² PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.208



O estudo do problema da habitação de carácter económico foi sempre um tema muito explorado dentro das HE-FCP, paralelamente aos projectos que se iam desenvolvendo. Com esta reestruturação e descentralização de funções, o estudo deste tema foi explorado ainda com mais ênfase no núcleo central das HE-FCP promovendo *todo um trabalho de formação, de reunião e tratamento de informação e de aprofundamento e discussão da problemática da habitação social, com ligações ao exterior*.⁸³ Para que este trabalho chegasse aos núcleos de arquitectos regionais que estava por todo o país, foi lançado um Boletim da HE-FCP, de circulação interna, que pretendia expor os resultados do estudo em torno destas questões, divulgar os trabalhos que iam sendo realizados pela federação, mas também, apresentar artigos internacionais que chamavam a atenção para estes assuntos.

Em 1960, após terem sido divulgados os dados relativos ao 2.º Inquérito às Condições de Habitação, realizado no censo populacional desse ano, e se ter verificado a situação do problema habitacional, o Estado implementa algumas políticas habitacionais, nomeadamente nos grandes centros urbanos, Porto e Lisboa. Contudo, estas medidas não chegam e em 1969, é criado o Fundo de Fomento Habitação *com o objectivo de reunir, num único organismo, as diferentes formas de intervenção estatal no sector da habitação social*.⁸⁴ Assim, em 1972 é extinta a HE-FCP, passando-lhe as respectivas funções.

⁸³ *Ibidem*, p.209

⁸⁴ *Ibidem*, p.211

PAPEL NA ARQUITECTURA PORTUGUESA

As HE-FCP nascem num período de *inevitável revisão do programa do habitar, (...) num momento de charneira de atitudes políticas, ideológicas e culturais*⁸⁵ que o regime salazarista teve de fazer no segundo pós-guerra. Neste período também se fazia sentir um clima de insatisfação por parte das gerações de arquitectos mais jovens que estavam muito atentos ao panorama da arquitectura internacional e rejeitavam o estilo “português suave” que o regime tanto queria enaltecer, tendo já estes criado dois grupos de debate, ICAT e ODAM, para discutir a produção de arquitectura em Portugal.

Logo depois, surgiu o 1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948 que se revelou um acontecimento muito importante nesta alteração do modo de pensar e fazer arquitectura em Portugal. O congresso torna-se *um mero pretexto para se falar da pertinência da arquitectura moderna*⁸⁶ no panorama nacional. Contudo foi apenas no segundo tema, “O Problema Português da Habitação”, que conseguiram discutir sobre a possível prática da arquitectura moderna em Portugal para resolução do grave problema habitacional que se fazia sentir desde o segundo pós-guerra.

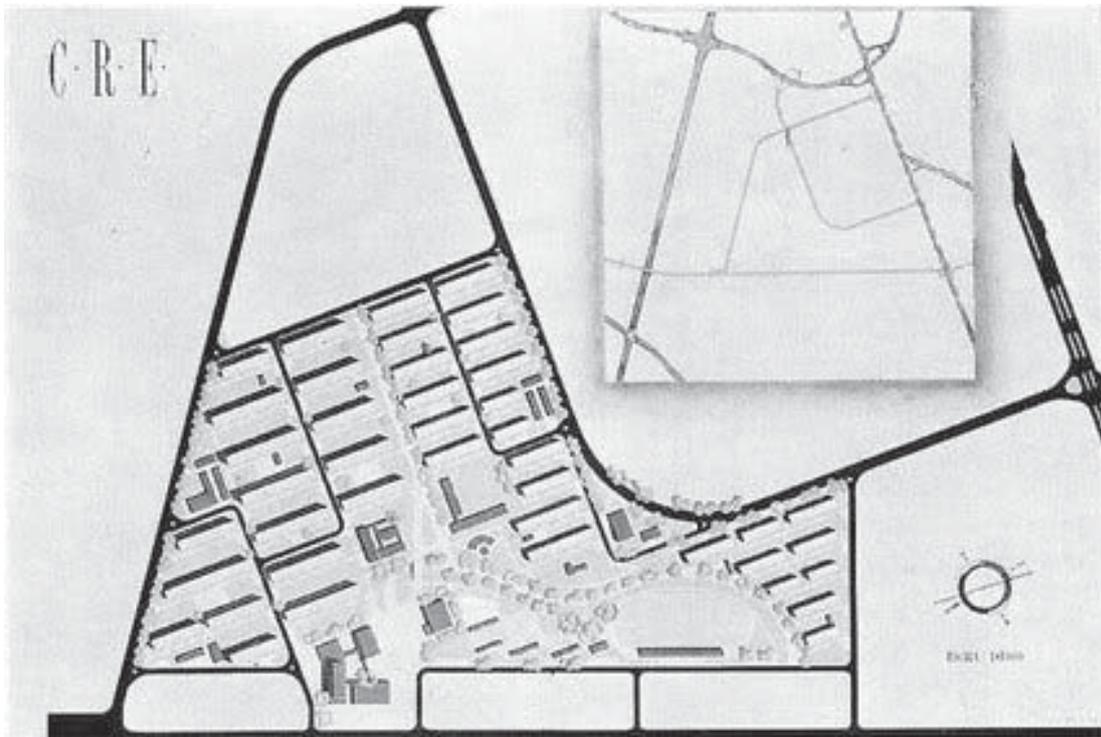
Por mais de uma década, as HE-FCP tiveram como seu único arquitecto, Nuno Teotónio Pereira, um dos intervencionistas do Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, que esboçou *a crítica à ortodoxia moderna que dominou o Congresso*⁸⁷. Este tentou que durante o seu período na federação até à entrada de Braula Reis, os arquitectos que indicava para a realização dos projectos da federação pertencessem a uma geração mais nova de arquitectos que também partilhavam dos seus ideais.

A tese que Nuno Teotónio Pereira elaborou em conjunto com Costa Martins para o Congresso de 48 foi muito clara relativamente à *argumentação de raiz sociológica, da qual não*

⁸⁵ TAVARES, Maria - *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*, p.5

⁸⁶ BANDEIRINHA, José António de Oliveira - *Quinas Vivas: Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, p.128

⁸⁷ *Ibidem*, p.131



51 | PROPOSTA DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO BAIRRO DO RAMALDE, ARQ. FERNANDO TÁVORA. 1952

*são escamoteadas as diferenças entre os grupos sociais e entre os seus padrões de vida, eles propõem soluções diversas para cada caso.*⁸⁸ Estas ideias vão mais tarde estar muito presentes no seio das HE-FCP, com a rejeição dos projectos-tipo e com o estudo individualizado de cada caso.

Neste momento de charneira, o regime cede a alguns dos seus princípios em termos de promoção habitacional, deixando a “habitação unifamiliar com quintal” em propriedade resolúvel de ser o único meio de promoção habitacional que o regime promove, para passar a promover em paralelo “habitações colectivas” até 4 pisos em regime de arrendamento. O que vai acontecer nas HE-FCP é que estas aproveitam *por um lado, esta nova atitude que o regime proporciona e, por outro, uma leitura repensada dos princípios do Movimento Moderno, que constituem um momento de reflexão sobre a produção de habitação em Portugal.*⁸⁹

*É ao longo das décadas de 50 e 60, que as HE estruturam, organizam e aplicam estratégias e resposta à questão da habitação em contextos urbanos e rurais, numa constante aposta de um habitar moderno, incentivando e aplicando conceitos formais associativos à introdução de unidades de vizinhança.*⁹⁰

Estes conceitos prendem-se muitas das vezes com a necessidade de diálogo entre os conjuntos habitacionais promovidos pelas HE-FCP e os conjuntos habitacionais promovidos por outras entidades, dado que, na maioria dos casos, e com maior incidência nos meios urbanos, estes conjuntos habitacionais pertencem a planos urbanísticos dedicados ao fomento da habitação, que integram vários programas habitacionais.

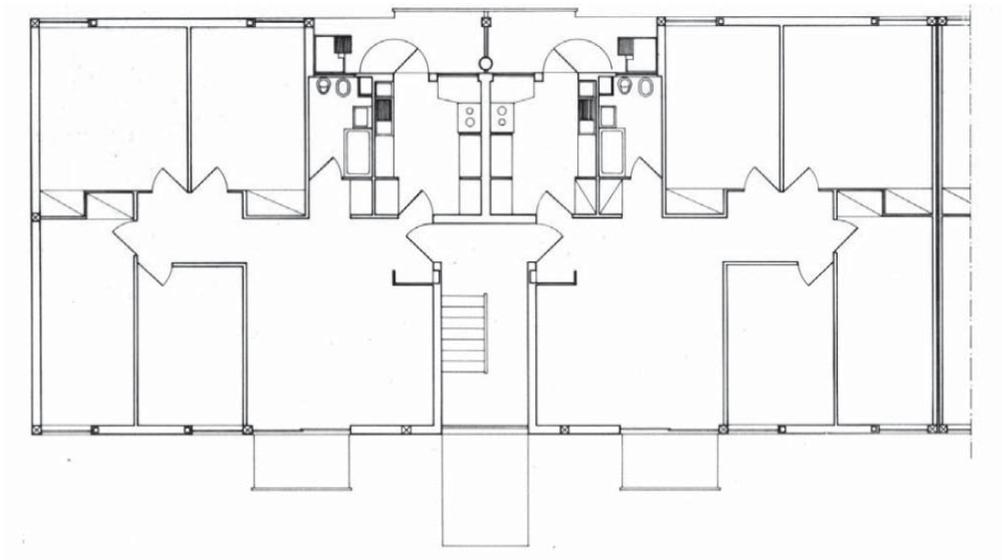
BAIRRO DO RAMALDE, PORTO (1952)

Um dos primeiros exemplos da produção moderna promovido pelas HE-FCP foi o Bairro do Ramalde no Porto, do Arq. Fernando Távora, construído entre 1952-60,

⁸⁸ *Ibidem*, p.131

⁸⁹ TAVARES, Maria - *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*, p.5

⁹⁰ *Ibidem*, p.5



52 | BAIRRO DO RAMALDE, ARQ. FERNANDO TÁVORA. 1952
PLANTA TIPO



53 E 54 | BAIRRO DO RAMALDE, ARQ. FERNANDO TÁVORA. 1952

cabendo apenas à federação a primeira fase de construção do projecto, tendo esta sido a que melhor correspondeu aos objectivos pretendidos pelo arquitecto. Este bairro (...) apresenta uma implantação marcadamente racionalista, rigorosa, dispondo os blocos residenciais na orientação nascente/poente, perpendicularmente aos principais eixos viários que delimitam a área, enquanto os espaços exteriores são definidos como elemento morfológico unificador de conjunto.⁹¹

Apesar de não “traduzir à letra” os 5 pontos da Carta de Atenas⁹² e os ideais do Movimento Moderno este bairro é organizado em grandes espaços verdes, a “rua” desaparece como elemento estruturador, passando a ser uma linha de remate de todo o bairro, que vive por si.⁹³ Todavia, como os princípios modernistas defendiam, também Távora projectou para além da habitação, alguns núcleos de serviços públicos que pudessem servir a população que aí habitava, tais como um centro comercial, equipamentos escolares, um polidesportivo, etc..., contudo, estes nunca chegaram a ser construídos. Neste projecto, o domínio da transição do espaço público para o espaço privado torna a continuidade como característica fundamental do espaço público, organizado para ser apropriado pelo Homem.⁹⁴

Com a intenção de criar uma proposta inovadora, Fernando Távora elabora assim um plano assinável, (...) através do seu vocabulário vincadamente racionalista, abrindo portas para uma nova linguagem da habitação económica.⁹⁵

Apesar dos princípios modernistas já se demonstrarem presentes nos projectos que as HE-FCP vêm executando, é a partir da entrada de Braula Reis nas HE-FCP, com a distribuição de uma rede de arquitectos regionais e a criação do Boletim HE que surge na federação uma estrutura de grupo de debate. Grupo esse que veio contribuir mais

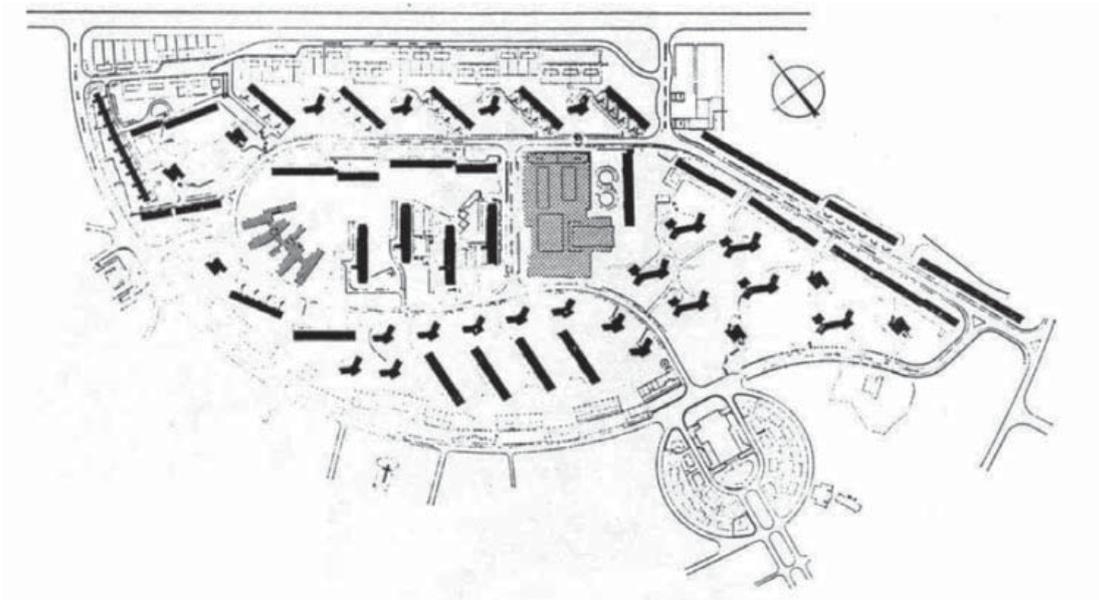
⁹¹ RAMOS, Tânia – *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados, Os Casos Português e Brasileiro*, p.201

⁹² Os 5 pontos da Carta de Atenas são: 1. A Casas Assente em Pilotis; 2. A Planta Livre; 3. O Alçado Livre; 4. A Janela em Comprimento; 5. A Cobertura em Terraço. - TOSTÕES, Ana - *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.134--138

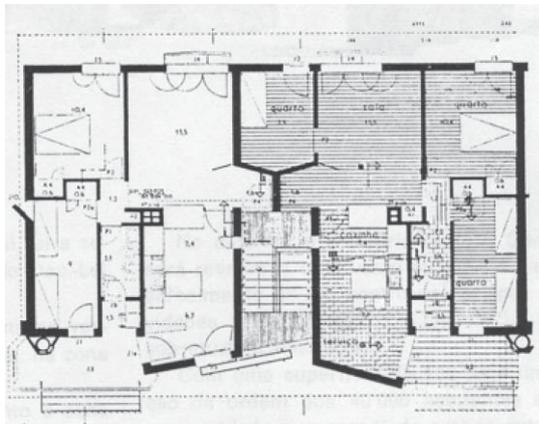
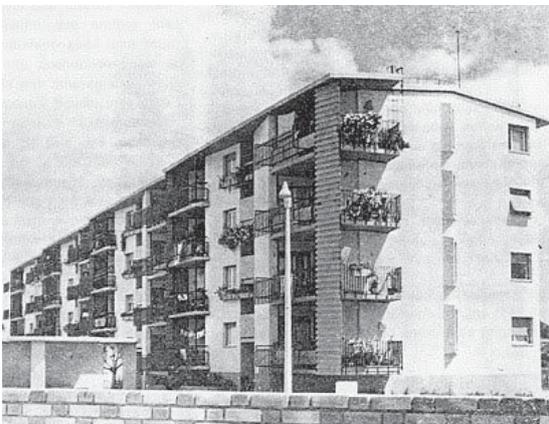
⁹³ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.136

⁹⁴ MILHEIRO, Ana Vaz, (coord. por) - *HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.*, p.30

⁹⁵ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.188



55 | PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OLIVAIS NORTE



56 e 57 | OLIVAIS NORTE, ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA. 1958
FOTOGRAFIA E PLANTA TIPO, RESPECTIVAMENTE.

activamente para o aprofundamento das questões relativas à problemática da habitação, sempre inseridas na prática da arquitectura moderna no panorama nacional, e tendo sempre presente a função social do arquitecto.⁹⁶

As HE-FCP não pretendiam apenas aprofundar e discutir estes problemas, mas também, dar formação aos arquitectos que produziam para a federação, assim como, elaborar *normas dimensionais, construtivas e de organização de projecto, apurados instrumentos de avaliação e de controlo de custos.*⁹⁷

Neste período, a partir de 1958, insere-se outro exemplo da produção de arquitectura moderna, promovida pela HE-FCP, desta vez em conjunto com o GTH. Uma experiência de grande escala inserida no plano promovido pelo GTH, os Olivais Norte e Olivais Sul, ambos construídos em regime de Casas de Renda Económica, e prevendo a instalação de 8 000 e 34 000 habitantes, respectivamente.⁹⁸

OLIVAIS NORTE, LISBOA (1958)

O plano foi distribuído por vários arquitectos para a execução dos vários tipos de projectos existentes. Nuno Teotónio Pereira, que nesta altura já só desempenha o papel de consultor na federação, projecta uma parte dos Olivais Norte em conjunto com Nuno Portas e António Pinto Freitas, e Braula Reis e João Matoso outra parte, que funcionará *como ensaio do que se vai construir a Sul.*⁹⁹

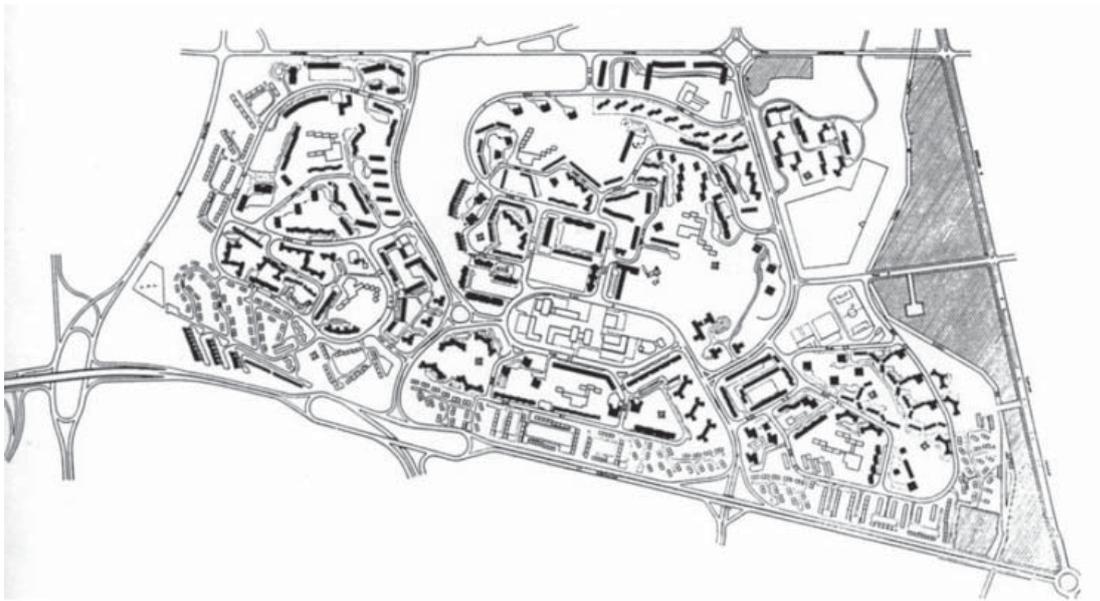
Tal como o Bairro de Ramalde falado anteriormente, ambos os planos vêm seguir os princípios da Carta de Atenas, organizando-se em unidades de vizinhança, soltando novamente os edifícios de modo a criar um espaço público contínuo que desaparece com os limites definidos pelas ruas.

⁹⁶ Questão explorada praticamente por todos os intervenientes no Congresso Nacional de Arquitectura em 1948

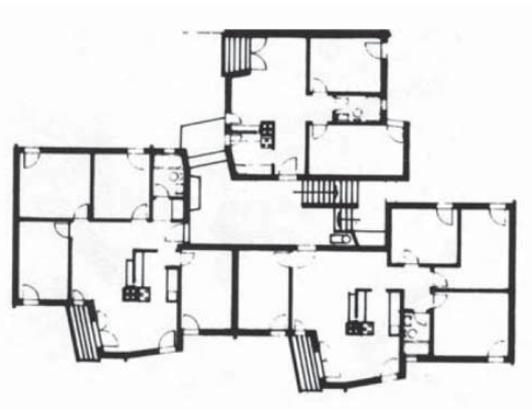
⁹⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.210

⁹⁸ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.179

⁹⁹ *Ibidem*, p.179



58 | PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OLIVAIS SUL



59 e 60 | OLIVAIS SUL, ARQ. VASCO CROFT, ARQ. JUSTINO MORAIS, ARQ. JOAQUIM CADIMA. 1966
FOTOGRAFIA E PLANTA TIPO, RESPECTIVAMENTE.

Estes princípios modernos que se encontram bem expressos nas intenções projectuais dos arquitectos intervenientes em Olivais Norte ver-se-ão questionados nos projectos de Olivais Sul, assim como a *da doutrina urbana da cidade “moderna”, da reestruturação dos centros urbanos e das formas de crescimento das cidades.*¹⁰⁰ Deste modo, a execução do plano de Olivais Norte é uma experiência em menor escala do que se pretendia fazer em Olivais Sul.

OLIVAIS SUL, LISBOA (DÉCADA 60)

Por sua vez, em Olivais Sul optou-se por criar uma estrutura celular hierarquizada e zonificada nas suas funções sendo o plano dividido por vários grupos de arquitectos como por exemplo, Vasco Croft, Justino Morais e Joaquim Cadima, Victor Figueiredo e Vasco Lobo, Nuno Portas e Bartolomeu Costa Cabral, entre outros, cabendo a cada grupo de arquitectos a elaboração de um projecto, como diz Bartolomeu Costa Cabral, é como se houvesse *pequenos bairros dentro de um grande bairro.*¹⁰¹

O plano de Olivais Sul assume assim *a expressão urbana moderna e internacional, finalmente concretizada num conjunto pensado de raiz no espírito da Carta de Atenas.*¹⁰² A grande autonomia que foi dada aos arquitectos que projectaram todos estes conjuntos habitacionais levou a criação das mais variadas propostas tipológicas baseadas nas tipologias de banda e torre e que *constituíram um verdadeiro laboratório de experiências tipológica e urbanística, que acabaria por se traduzir num reservatório de solução.*¹⁰³

*Numa avaliação global, ao nível do projectação, a Federação, que chegou a ter no seu quadro mais de 20 arquitectos, realizou um trabalho com interesse na arquitectura em Portugal.*¹⁰⁴

¹⁰⁰ HEITOR, Teresa - *Olivais e Chelas: Operações Urbanísticas de Grande Escala*, p.5

¹⁰¹ TAVARES, Maria Fernanda Gaspar - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*, p.257

¹⁰² TOSTÕES, Ana - *Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, p.76

¹⁰³ *Ibidem*, p.76

¹⁰⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio - *Escritos (1974-1966, selecção)*, p.211

NOVOS MODELOS DE HABITAR

(...) a partir de agora “ser moderno” implica alterar a forma de habitar, mudar o modo de organização da habitação e, conseqüentemente, os hábitos relacionados com os espaços circunscritos no interior doméstico.¹⁰⁵

Os princípios modernistas intrínsecos em grande parte dos projectos desenvolvidos pelas HE-FCP geram novos modelos de habitar o espaço, tanto ao nível da implantação dos conjuntos habitacionais no meio urbano, como também, ao nível de organização espacial do interior de cada habitação, devido a *novas formulações da relação do homem com o habitat, de um novo mundo que moldava o homem como consumidor de tecnologia para a procura de melhores condições de vida e de conforto, e de uma nova estrutura social emergente.¹⁰⁶*

A partir de 1945, quando o regime salazarista lança a Lei n.º 2 007 começam a configurar-se novos moldes de alojamento. A permissão da construção de “Casas de Renda Económica” até 4 pisos, para resolução do problema da habitação vem alterar, significativamente, os modelos de habitar que estavam ligados directamente às habitações unifamiliares com quintal, em regime de propriedade resolúvel, promovidas pelo Estado.

A ideia de meio rural dentro no meio urbano é alterada com a inserção dos modelos de habitação colectiva. Deixa de existir a obrigatoriedade de aquisição de casa própria, como ditava o regime de “Casas Económicas”, e passa a haver a possibilidade de arrendamento, no regime de “Casas de Renda Económica”. A cedência aos princípios que o regime tanto defendia para a introdução destas alterações no campo da habitação, de modo a resolver a carência de alojamento, levaram a uma revolução no campo da habitação em Portugal, assim como, nos modelos habitacionais da população portuguesa.

¹⁰⁵ RAMOS, Tânia – *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados, Os Casos Portugêses e Brasileiro*, p.190

¹⁰⁶ RAMOS, Rui - *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Portugêses*, p.162

As HE-FCP como a principal promotora de “Casa de Renda Económica” do país, durante 25 anos, e dispondo de uma rede de jovens arquitectos atentos ao panorama internacional e preocupados com a dimensão social da sua profissão na elaboração dos seus projectos, vai estar ligada, desde o início, à revolução dos modelos do habitar. Estabelece-se aqui, um ponto de partida, *entendendo a vontade e a necessidade da revisão do programa do habitar, aproximando-o das experiências que o pós-guerra implementa, e apontando uma vontade colectiva de mudança por parte de uma nova geração de arquitectos.*¹⁰⁷

Iniciando as HE-FCP a sua actividade, ao mesmo tempo desta grande alteração na estratégia habitacional, estas vão funcionar então, como uma espécie de laboratório de experiências de aplicação dos princípios modernistas, tendo em conta as características e necessidades da população portuguesa. Estes vêm como uma necessidade *a criação dum novo alojamento e, em escala mais larga, a formação de um novo tipo de habitação para o Homem.*¹⁰⁸

A habitação era reconhecida pelas HE-FCP como um membro gerador de mudanças no comportamento da sociedade, dado que as soluções arquitectónicas e urbanísticas adoptadas poderiam influenciar *os comportamentos individuais, as relações familiares e as estruturas sociais.*¹⁰⁹ Uma das maiores preocupações que demonstravam era relativamente à evolução do mundo industrializado, que traria a população do meio rural para um meio urbano densificado e que iria requerer uma organização do espaço particularmente diferente da que estava a ser realizada até então, nomeadamente, do que diz respeito à passagem das habitações unifamiliares para habitações colectivas.

¹⁰⁷ TAVARES, Maria - *HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]*, p.2

¹⁰⁸ *Aspectos duma política de Habitação. Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência*

¹⁰⁹ *Ibidem*



61 | BAIRRO DE ALVALADE
VISTA AÉRERA DA DÉCADA DE 50



62 | BAIRRO DO RAMALDE
VISTA AÉREA ACTUAL

NOVO DESENHO URBANO

A introdução do regime de “Casas de Renda Económica” com edifícios até 4 pisos vem reclamar um novo desenho dos bairros de carácter económico, passando a ser desenhados bairros com um carácter mais urbano, coincidente com a escala dos edifícios que são propostos. No entanto, (...) *sem as demolições da guerra, sem as tensões vividas à grande escala das metrópoles, ou sem as vantagens e inconvenientes da industrialização maciça, o vocabulário da cidade moderna nunca seria tomado como recusa da cidade existente, mas antes, como uma nova possibilidade de diálogo que “prolonga” a cidade tradicional*¹¹⁰, procurando assim, que o novo desenho urbano dos bairros se conecte com o desenho da malha urbana pré-existente.

Assim, a introdução dos edifícios de habitação colectiva em altura no meio urbano configura um novo modelo de desenho da malha da cidade, passando *a questão da habitação (...) a ser discutida e concebida ao nível da cidade, ficando clara a necessidade de uma extrapolação de ideias modernas da arquitectura para o domínio do urbanismo.*¹¹¹

O Bairro de Alvalade e o Bairro de Ramalde são dois exemplos em que se insere a produção das HE-FCP e onde são aplicados novos conceitos de desenho urbano e de organização espacial das habitações, remetendo aos princípios do ideário moderno, pois *enquanto o projecto de Ramalde (...), rompe com a estrutura morfológica do quarteirão, implantado de modo racional os edifícios habitacionais e inserindo novos conceitos na organização da habitação, o Bairro de Alvalade (...), é concebido segundo os conceitos de “zoneamento funcional” e de “unidade de vizinhança” organizado por células.*¹¹²

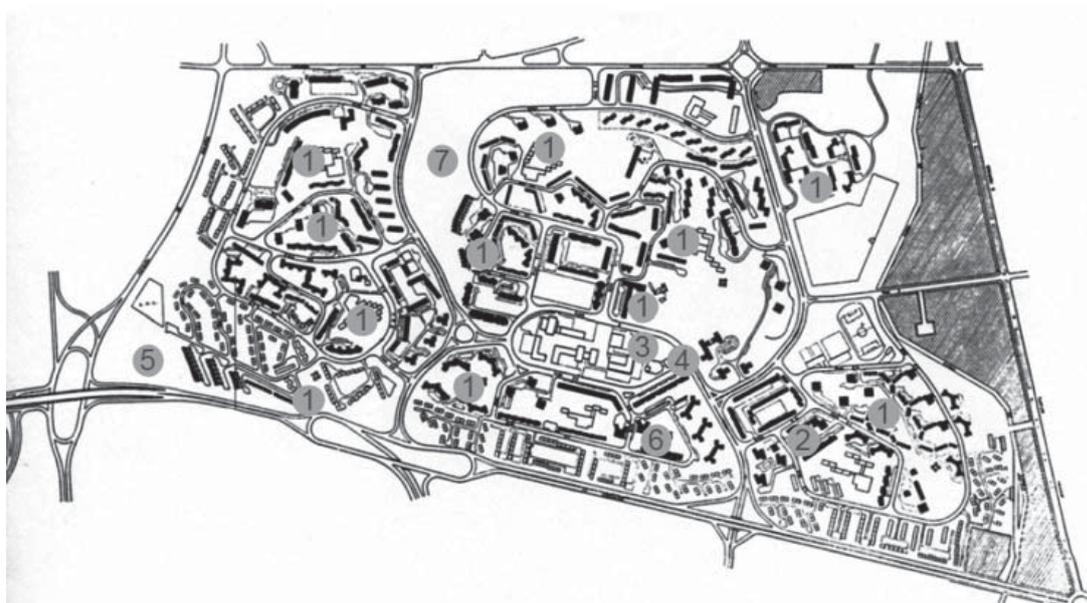
¹¹⁰ GONÇALVES, José Fernando – *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva – 1948/61: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa*, p.338

¹¹¹ RAMOS, Tânia – *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados, Os Casos Português e Brasileiro*, p.190

¹¹² *Ibidem*, p.202



63 | DIAGRAMA DE CONCEITO DE UNIDADE DE VIZINHAÇA, CLARENCE PERRY



64 | PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OLIVAIS SUL, LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.
 1. CRECHES/ESCOLAS PRÉ-PRIMÁRIA E PRIMÁRIA; 2. CENTROS COMERCIAIS SECUNDÁRIOS; 3. CENTRO CÍVICO COMERCIAL PRINCIPAL; 4. IGREJA; 5. ZONA DESPORTIVA; 6. CENTRO MÉDICO-SOCIAL; 7. PARQUES

UNIDADES DE VIZINHANÇA

A reprodução em termos urbanísticos da definição de Unidade de Vizinhança desenvolvida por Clarence Perry era uma alusão ao sentido de comunidade para a maioria da população às quais se pensava que eram destinadas este tipo de habitações. Tentava-se criar *a ideia de célula social como componente fundamental da cidade, estabelecendo-se um princípio de crescimento celular apoiado nas comunidades locais.*¹¹³

A tentativa de inserção destes novos conjuntos habitacionais na malha urbana da cidade pré-existente ou de criação de conexões que permitam a sua inserção aquando a expansão da cidade, pretende criar relações directas com o lugar de modo que estes se possam identificar com os locais onde se inserem, não só pela introdução de equipamentos nos conjuntos habitacionais de maior escala, que permitem a penetração da cidade nestes bairros, mas também, com a estratégica implantação dos conjuntos habitacionais de menor escala em malha urbana já consolidada e com acesso a infra-estruturas que lhes dão apoio. *Entre os Planos iniciais de Alvalade e Olivais Norte, a modernização da cidade processa-se a partir de intervenções pontuais de unidades residenciais (isoladas ou em pequenos conjuntos), que lentamente se “emancipam” em “unidades de vizinhança” de maior escala e de implantação livre. Pela circunstância da escala ou da especificidade da intervenção, esse sonho da cidade moderna procurará, desde logo, uma possibilidade de caminho para a relação com o lugar e a tradição local.*¹¹⁴

A maioria dos conjuntos habitacionais de maior escala realizados pelas HE-FCP, como é o caso do Bairro de Ramalde e de Olivais Sul, por exemplo, previam nos seus projectos iniciais equipamentos sociais, educativos e de lazer que cobrissem as necessidades diárias dos seus utentes, fazendo com que estes bairros funcionassem como uma cidade, contudo, em alguns dos casos, estes equipamentos não passaram do papel. Nos conjuntos

¹¹³ CROFT, Vasco- *Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal*, p.84

¹¹⁴ GONÇALVES, José Fernando – *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva – 1948/61: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa*, p.339



65 | BAIRRO DO RALMALDE, PORTO



66 | OLIVAIS NORTE, LISBOA

habitacionais de menor escala, como por exemplo o Bairro da Chamusca e o Bairro Económico em Barcelos, tentavam-se *inserir pequenos conjuntos de habitação social na estrutura urbana existente*,¹¹⁵ como diz Nuno Teotónio Pereira.

ESPAÇOS EXTERIORES

*A maior “rentabilidade” relacionada com a máxima utilização do terreno expandida verticalmente, permitindo um maior número de unidade habitacionais num único edifício*¹¹⁶ possibilita uma maior racionalização dos conjuntos habitacionais, podendo se libertar o espaço envolvente dos terrenos onde estes se implantam para a criação de espaços de usufruto colectivo dos seus habitantes, estabelecendo relações directas entre os espaços exteriores dos conjuntos habitacionais e os espaços interiores das habitações. *Os espaços exteriores, complementares à habitação, articulam-se com as varandas, espaços colectivos na cobertura e espaços exteriores verdes na base dos edifícios.*¹¹⁷

A criação de espaços exteriores de usufruto colectivo dos conjuntos habitacionais promovidos pelas HE-FCP, principalmente onde se verifica uma verticalidade das suas habitações, é praticamente uma constante. A libertação do solo para construção em altura possibilita a criação desses espaços, como podemos verificar nos projectos do Bairro de Ramalde, Olivais Norte e Olivais Sul.

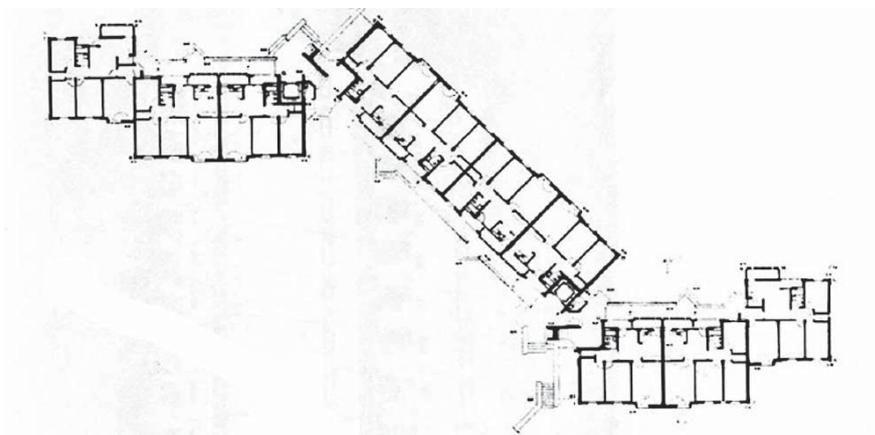
GALERIAS

A preocupação da organização do espaço como gerador de comunidade, não se restringiu apenas à organização espacial do meio urbano, esta ideia foi transportada para o projecto dos próprios blocos de habitação, com a utilização da galeria. Nuno Teotónio Pereira

¹¹⁵ MATOS, Madadela Cunha- *Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência*, p. 38

¹¹⁶ RAMOS, Tânia – *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados, Os Casos Português e Brasileiro*, p.190

¹¹⁷ GONÇALVES, José Fernando – *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva – 1948 / 61: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa*, p.348



67 e 68 | OLIVAIS SUL, ARQ. VÍCTOR FIGUEIREDO E ARQ. VASCO LOBO. 1962
FOTOGRAFIA E PLANTA TIPO, RESPECTIVAMENTE.

refere ainda que *era a euforia da galeria (...) Todos a comunicar entre si.*¹¹⁸ A solução de esquerdo/direito não permitia o encontro das pessoas, estas não se conheciam e não criavam relações entre si, considerando mesmo esta solução como “muito individualista”. Em alguns dos casos a utilização da galeria ia mais longe do que os simples propósitos sociais do sentido de comunidade, esta pretendia transpor a ideia de rua para dentro do conjunto habitacional.

Vastos foram os exemplos de utilização de galerias nos conjuntos habitacionais promovidos pelas HE-FCP, como por exemplo no bloco habitacional de Olivais Norte projectado por Braula Reis e José Matoso e no bloco habitacional de Olivais Sul projectado por Victor Figueiredo e Vasco Lobo.

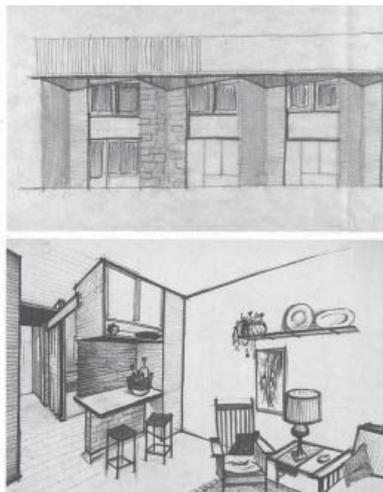
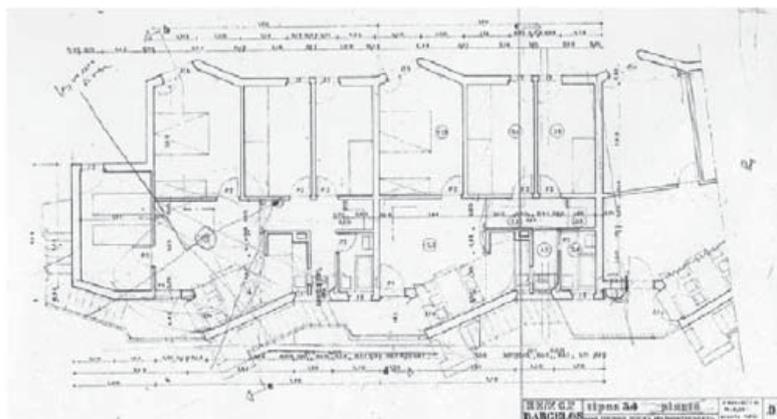
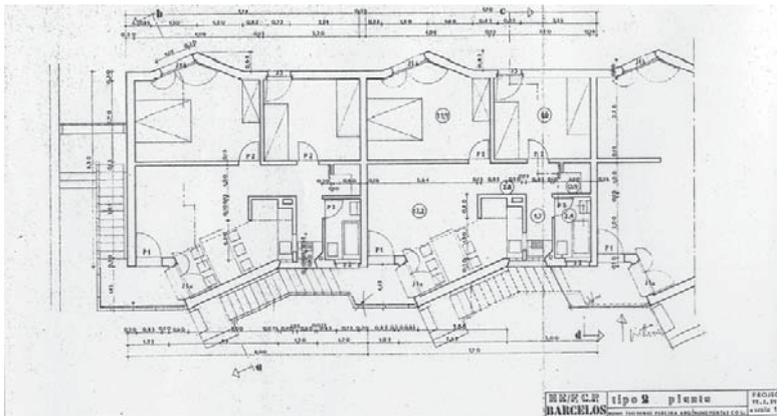
Infelizmente, mais tarde, chegou a verificar-se em muitos casos a rejeição da galeria por parte dos habitantes, fechando-as e tornando-as espaço privado das suas habitações, sempre que o fosse possível, ou por vezes, como que pequenos condomínios dentro dos próprio edifícios.

CENTRALIZAÇÃO DA VIDA DOMÉSTICA

Os novos modelos de habitar não se compreendiam apenas ao espaço exterior das habitações. Também dentro destas os valores da organização espacial tomaram novos moldes. *O conceito de família, é substituído pelo de grupo doméstico, pela importância da relação do espaço com o utente, pela forma como se estuda o programa de forma participativa por parte dos moradores, pelo papel da mulher na vida doméstica e, pela aparente simplificação do programa de habitar.*¹¹⁹

¹¹⁸ *Ibidem*, p.38

¹¹⁹ TAVARES, Maria - Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal, p.13



69, 70, 71, 72, 73 e 74 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM BARCELOS, ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA. 1960
PLANTA TIPOLOGIA T2 e PLANTA TIPOLOGIA T3 e T4 e PERSPECTIVAS DO INTERIOR E EXTERIOR, RESPECTIVAMENTE

Em alguns casos, como o Bairro Económico em Barcelos (1960) e em Olivais Sul (1959-1968) projectados por Nuno Teotónio Pereira, já existia *a preocupação de evitar o acesso colectivo por galeria, de que as famílias já se queixavam, e propunha-se na habitação um espaço comum como centro da vida doméstica.*¹²⁰

Neste tipo de habitação de carácter económico a centralização da vida doméstica, que pretendia concentrar num só espaço da habitação a entrada, a sala e a circulação, tinha o intuito de diminuir ou até mesmo eliminar as áreas de circulação existentes para que houvesse um maior aproveitamento das áreas habitáveis. Este maior aproveitamento fazia com que as áreas da sala, da cozinha, dos quartos e dos serviços se homogeneizassem *permitindo uma grande flexibilidade de uso de acordo com a conveniência de cada família.*¹²¹

ESPAÇO DE APOIO

A maior flexibilidade de utilização da habitação é, também, procurada através da introdução de um espaço de apoio, geralmente ligado ao espaço comum da casa, a sala, o que permitia a possibilidade de criação de mais uma divisão na habitação, que, tendo em conta as necessidades de cada família, poderia adoptar vários tipos da função.

As funções que eram destinadas a estas divisões eram várias, como por exemplo, ampliação da sala, podendo esta usufruir de uma zona de estar e uma zona de jantar, espaço de estudo e recreio dos filhos da habitação, evitando as desarrumações no resto da casa, destinava-se também a espaço que poderia ser reservado às tarefas caseiras semanais, mas também se destinava muitas das vezes a local de trabalho dos pais, onde estes poderiam desenvolver outras actividades pós-laborais. Contudo, devido ao papel que a mulher tinha no seio da sociedade portuguesa nesta altura e às claras dificuldades económicas que se faziam sentir em algumas famílias, estes espaços de apoio serviram para que muitas mulheres pudessem

¹²⁰ RAMOS, Rui - *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*, p.87-88

¹²¹ *Ibidem*, p.87

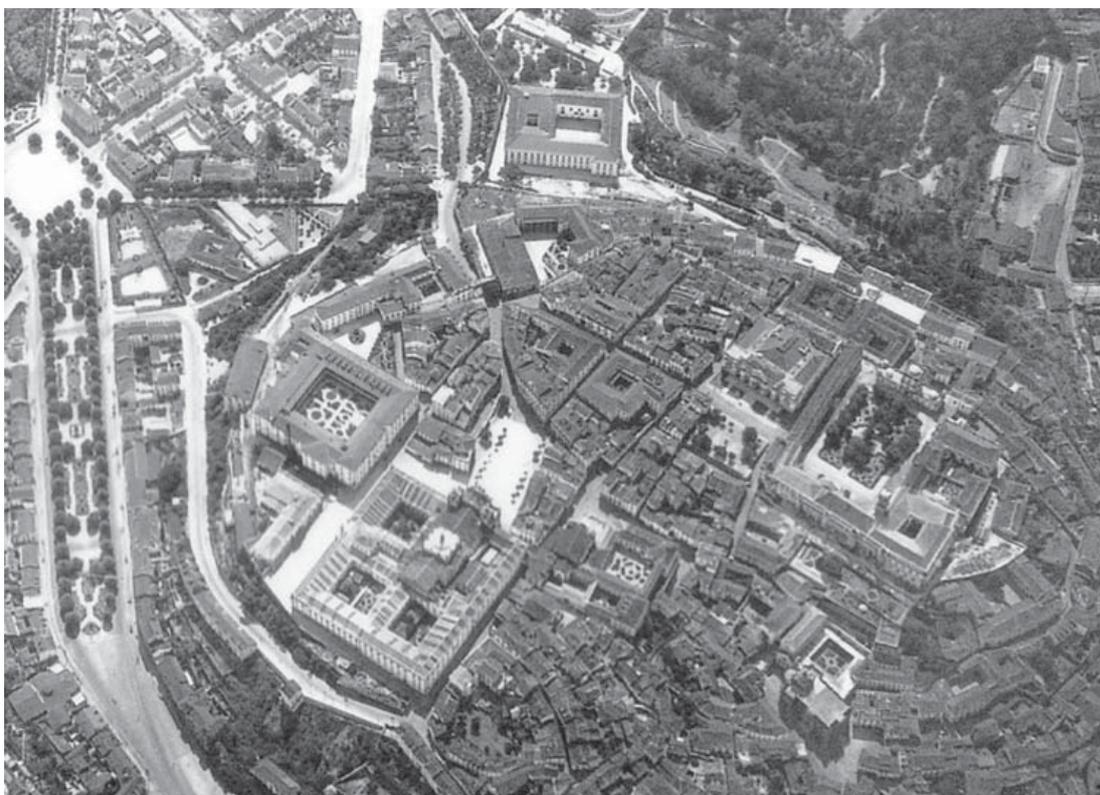
trabalhar, embora ainda que em casa, contribuindo para o rendimento da família, montado pequenos negócios como por exemplo o de costureira .

Estes espaços foram criados *como principal novidade (...) que podem estar na transição das áreas que assumem alterações funcionais que passam por ampliar a sala, criar um espaço de trabalho ou um outro quarto, desenho comum nos edifícios de Olivais Norte (...)*¹²², como também nas Casas de Renda Económica de Cascais do Arq. Filipe Figueiredo.

Com o fim da II Guerra Mundial e o impulso da industrialização em Portugal novos hábitos de vida foram tomados pelos portugueses e o papel atento das HE-FCP foi essencial nesta matéria, fazendo com que se pudessem construir habitações mais adequadas às necessidades dos seus habitantes. Estas estratégias que vinham sendo tomadas a nível projectual, de inserção de novos modelos de habitar dentro dos projectos das HE-FCP, eram reflexo do papel atento da federação, tanto a nível nacional como internacional, e do exaustivo estudo, propaganda interna e formação dos arquitectos que pertenciam às HE-FCP.

¹²² GONÇALVES, José Fernando – *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva – 1948/61: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa*, p.247

3 | HE-FCP - CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA



75 | ALTA DE COIMBRA ANTES DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA



76 | ALTA DE COIMBRA DURANTE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

CONTEXTO DE INSERÇÃO DAS CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA

Em 1960 a Câmara Municipal de Coimbra adquire o terreno a poente do Bairro Norton de Matos e aprova a construção do grupo de Casas de Renda Económica promovido pela HE-FCP.

O projecto de Casas de Renda Económica das HE-FCP para Coimbra localiza-se a poente do Bairro Norton de Matos, denominado na altura como Bairro Económico do Calhabé, ainda no período de construção, passa para Bairro Marechal Carmona, nome que permanecerá até ao 25 de Abril de 1974, altura em que se passa a denominar Bairro Norton de Matos, nome que actualmente ainda se mantém. A sua construção começa em 1944, estando edificada a primeira fase do projecto, apenas, em 1947.

BAIRRO NORTON DE MATOS

O Bairro Norton de Matos surge com o objectivo de resolver o problema de carência habitacional que se fazia sentir na cidade de Coimbra, na década de 40, em conjunto com outros bairros sociais que vêm reclamar o desejo de progresso da cidade. O colmatar desta carência habitacional deve-se à demolição da parte de Alta de Coimbra, zona maioritariamente residencial, para a construção da Cidade Universitária, projecto de afirmação do regime salazarista na cidade Coimbra.

A sua localização é estratégica dispondo-se ao longo da zona Sul da estrada da Beira e no cimo de um planalto visível de vários pontos da cidade. Este bairro insere-se no *plano de urbanização do Calhabé, em grande parte influenciada pelos serviços aí instalados devido ao Antepiano de Urbanização de Etienne de Gröer*¹²³, que definiam esta zona como uma zona de habitação unifamiliar, *prevendo uma série de infra-estruturas que iram permitir a expansão da cidade.*¹²⁴

¹²³ VALE, Sara - *O Bairro Norton de Matos Saúda-vos*, p.22

¹²⁴ *Ibidem* p.35



77 | BAIRRO NORTON DE MATOS À DIREITA
VISTA DO VALE DA CALHABÉ



78 | BAIRRO NORTON DE MATOS
VISTA AÉREA

O Bairro Norton de Matos é projectado pelo Arq. Januário Godinho(1910-1990) que pertencia à segunda geração de arquitectos, tal como Keil do Amaral, Vieira de Lima, Arménio Losa, etc., que estiveram presentes no 1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, e caracteriza-se pela sua estrutura urbana alinhada, sugerindo uma aproximação aos *bairros operários, alemães ou holandeses, do período entre as duas guerras*.¹²⁵ Este é constituído maioritariamente por habitações unifamiliares, geminadas de dois pisos, em regime de “Casas Económicas”, que se organizam em torno de ruas hierarquizadas e pequenos espaços verdes entre quarteirões, que tinham sido pensados para usufruto dos seus habitantes, tornando o espaço público deste bairro *fundamental para que toda esta zona funcione e existam os afastamentos necessários para que diferentes zonas, de diferentes escalas, dialoguem entre si*.¹²⁶

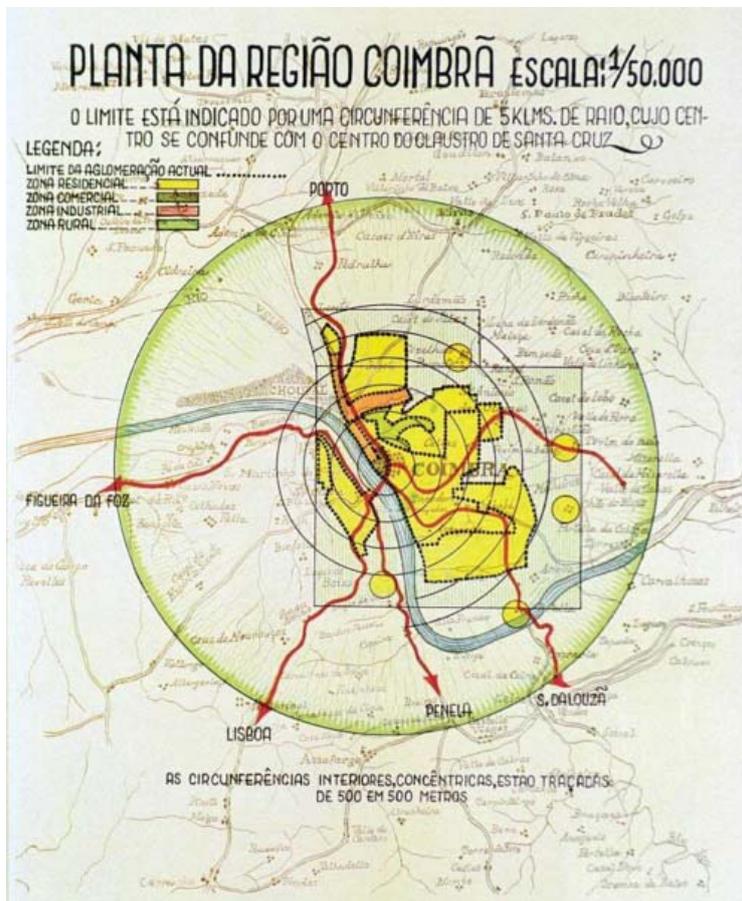
Embora este bairro, inicialmente, tenha sido implantado numa zona periférica da cidade, para a qual se previa uma expansão, foi com o “Boom” do automóvel e com a proximidade à estrada da Beira que na década de 70, se começaram a sentir os sinais de expansão da cidade para esta zona. O desenho espaços públicos e privados e a criação de ligações entre o bairro e a cidade pelo do Arq. Januário Godinho no projecto deste bairro foram essenciais para a inserção do bairro na cidade, conseguindo não perder as suas características identitárias que teriam sido concebidas durante todos estes anos em que se encontrava distante da mesma.

Nos dias que correm o Bairro Norton de Matos é parte integrante da cidade de Coimbra, contudo, devido à sua configuração que protege os espaços públicos mais reservados do bairro faz com que este mantenha o seu espírito bairrista e de comunidade ao longo dos anos. *O Bairro está no meio da cidade, mas mantém-se como o Bairro*.¹²⁷

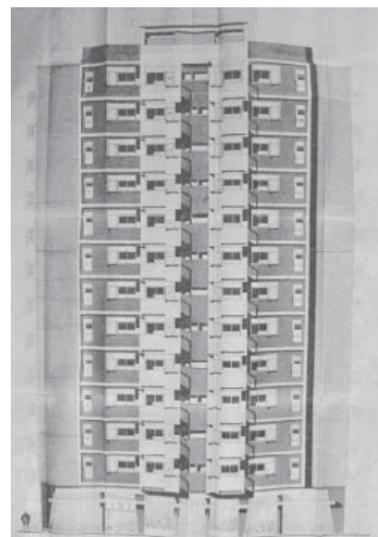
¹²⁵ BANDEIRINHA, José António- Cem Anos de Arquitectura no Centro de Portugal. In *IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*, p.73

¹²⁶ VALE, Sara - O Bairro Norton de Matos Saída-vos, p.45

¹²⁷ BANDEIRINHA, José António- Cem Anos de Arquitectura no Centro de Portugal. In *IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*, p.74



79 | PLANO DE DE GRÖER PARA COIMBRA. 1940



80 e 81 | BLOCOS U DA UNIDADE RESIDENCIAL DO CALHABÉ, ARQ. CARLOS ALMEIRA. 1968-1971
FOTOGRAFIA E ALÇADO PRINCIPAL, RESPECTIVAMENTE.

MOVIMENTO MODERNO EM COIMBRA

O movimento moderno em Coimbra surgiu um pouco mais tarde do que em outras cidades do país. Este desfasamento temporal deve-se ao facto de Coimbra ser uma cidade média, localizada entre a cidade do Porto e a cidade de Lisboa, mas não muito próxima delas e por isso a informação, nomeadamente, no que consta à produção arquitectónica, na época, demorava um pouco mais a chegar. Por exemplo, enquanto que em Lisboa se começam a construir os primeiros edifícios de estilo modernista, Coimbra encontrava-se no processo de destruição da Alta para a construção da Cidade Universitária, símbolo da arquitectura austera estadonovista, assim como os bairros residências de baixa densidade, com modelos de habitação unifamiliar, dogmas também do regime salazarista.

Todavia, este desfasamento teve as suas vantagens, dado que permitiu uma visão crítica sobre tudo o já tinha sido feito em ambas as cidades, permitindo uma melhor avaliação das melhores escolhas a tomar e rectificando erros dos anteriores.

Quando o movimento moderno surge em Coimbra, nos anos 60, os seus preceitos já tinham sofrido adaptações e ajustes relativamente aos preceitos iniciais, devido às novas necessidades e realidades que se faziam sentir no país, principalmente, no que diz respeito às opções tipológicas e à relação com o meio urbano.

Deste modo, pode-se verificar que na cidade de Coimbra nunca existiu uma tentativa de aplicar os princípios modernistas, tais como são expressos na Carta de Atenas, mas sim uma adaptação destes ao contexto nacional, mais especificamente, à cidade de Coimbra.



82 | LOCALIZAÇÃO DAS CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA



83 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE. 1966

CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA

O terreno escolhido para implantar o grupo de Casas de Renda Económica a construir em Coimbra vem rematar a poente o Bairro Norton de Matos e está circunscrito por 4 ruas, a norte, a Praceta Infante D. Henrique, a poente, a Rua Mouzinho de Albuquerque, a sul, a Rua Pedro Alvares Cabral e a nascente, a Rua Daniel de Matos. Este terreno que se aproxima da forma rectangular apresenta uma ligeira variação de cotas em toda a sua extensão e mede cerca de 15 200 m². Para este conjunto habitacional é proposta a construção de 240 fogos, divididos por 9 edifícios e mais um conjunto de 5 lojas, que serviriam alojar *famílias vindas de zonas centrais da cidade e que aceitavam pagar rendas mais altas que as que tinham em troca de muito melhores condições de salubridade*¹²⁸ devido à carência habitacional que se fazia em Coimbra, principalmente, depois da “Alta” ter sido desalojada para a construção da Cidade Universitária.

Este conjunto habitacional é implantado no remate de um bairro que já se encontra consolidado e que já possuiu equipamentos de usufruto dos seus habitantes, tal como, escola primária e estabelecimentos comerciais. Dada a sua proximidade ao Bairro Norton de Matos este conjunto habitacional vai usufruir dos mesmos equipamentos do Bairro, assim como, o Bairro vai usufruir dos equipamentos criados neste conjunto estabelecendo-se uma relação de “unidade de vizinhança” que permite que nos dias de hoje este conjunto habitacional se considere parte integrante do Bairro.

Face ao Bairro Norton de Matos que lhe é próximo, os blocos assentam num espaço contínuo que delimita o quarteirão através de um jogo volumétrico sem o seu encerramento, mas perimetrando os espaços entre edifícios destinados *a recreio dos respectivos habitantes (...)* *à circulação de pessoas, com possibilidade de, eventualmente, permitir o acesso de carros de serviços públicos, ambulâncias, etc.*¹²⁹

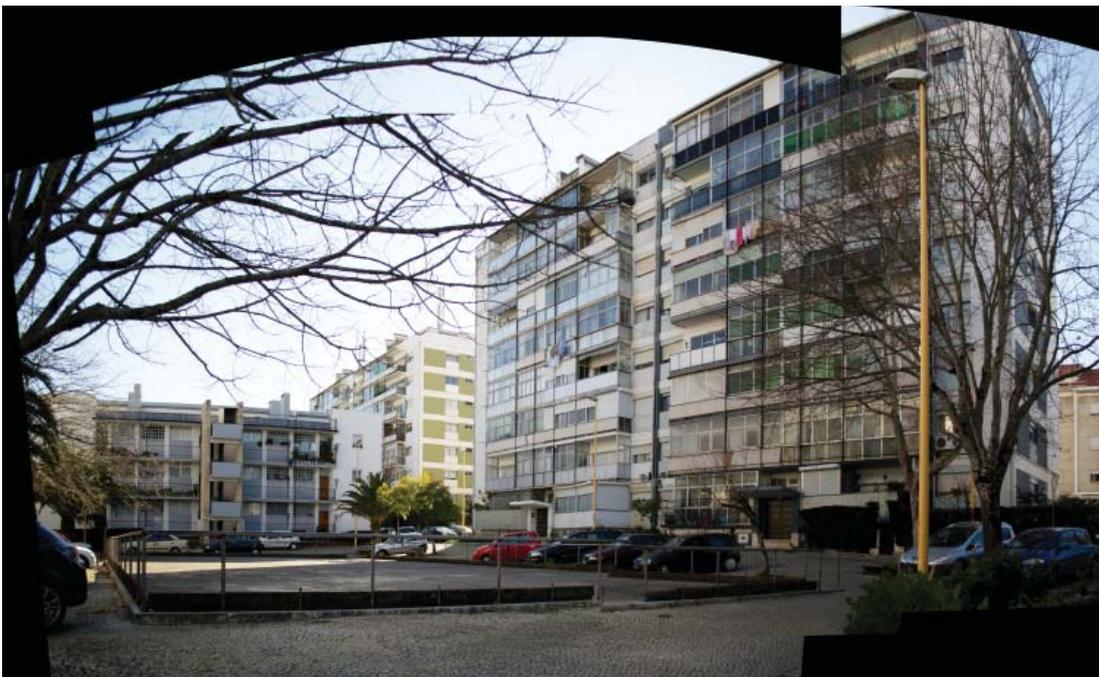
¹²⁸ CORREIA, Jorge - *Bairro das Caixas : blocos das habitações económicas : Federação das Caixas de Previdência Coimbra*, p.41

¹²⁹ COIMBRA. Arquivo Municipal - Processo n° 1393 - *Memória Descritiva do Arranjo do Terreno*



84 | BERGPOLDERFLAT, ROTERDÃO, ARQ. W. DE TIJEN, ARQ. J. A. BRINKMAN E ARQ. L.C. VAN DE VLUGT. 1933-1934

85 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE. 1966 - FOTOGRAFIA DOS ANOS 60



86 | VISTA PARA O RINGUE DESPORTIVO

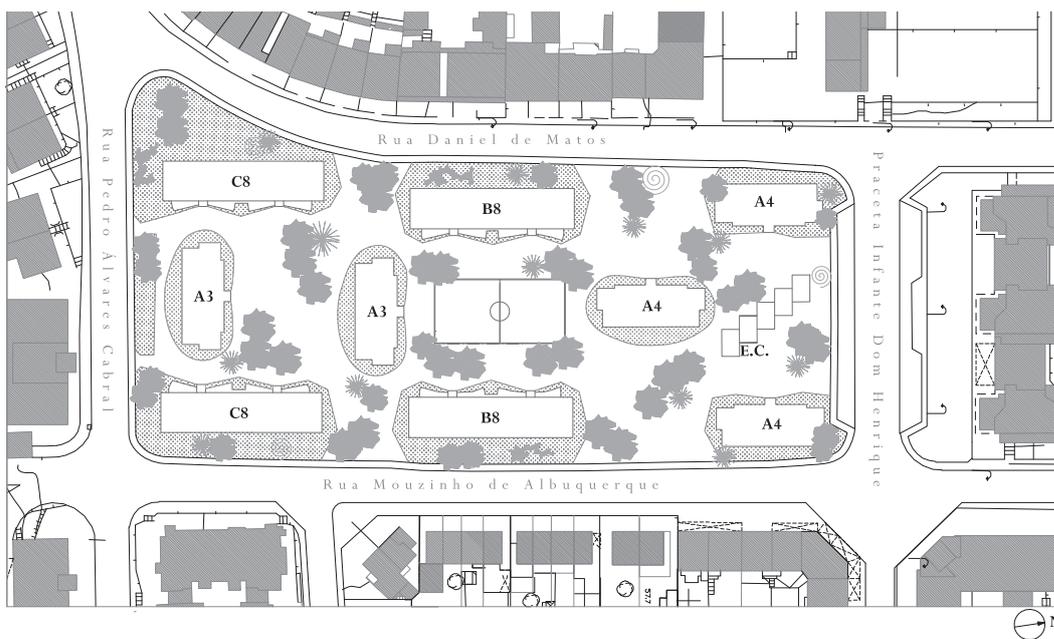
(...) *um interessante jogo volumétrico, sobre o qual pontifica uma estranha mestiçagem entre uma imagem de galerias racionalistas — a lembrar Brinkman, Van Tijen e o funcionalismo holandês anterior à guerra — e elementos claramente contemporâneos, como a cobertura de uma só água ou a fragmentação de volumes*¹³⁰, são as palavras utilizadas pelo Arq. José António Bandeirinha para descrever este conjunto habitacional.

Tal como os ideais modernistas, seria esperado que o espaço onde assentam os blocos fosse um grande contínuo verde, contudo, apenas se verifica espaço verde contornando a base dos edifícios, reflectindo o que diz Maria Eduarda Duarte sobre os espaços exteriores onde assentam os edifícios de carácter moderno na cidade de Coimbra: *O verde é quase simulado e espaço livre não é mais do que espaço entre blocos.*¹³¹ Actualmente, verifica-se que estes pequenos espaços verdes em torno das bases dos edifícios são utilizados por alguns moradores para o cultivo de flores ou mesmo de pequenas hortas para consumo doméstico, principalmente nos edifícios de menor dimensão.

O resto do quarteirão é pavimentado em pedra de calçada, localizando-se no centro do quarteirão um ringue desportivo cimentado com uma pequena guarda que o delimita. Para além do ringue desportivo são ainda desenhados bancos de jardim, que posteriormente, foram colocados, juntamente com algumas árvores, em locais estratégicos de modo a proporcionar bons espaços de estar ao ar livre para os habitantes deste conjunto habitacional. Contudo, actualmente, devido à carência de parques de estacionamento em torno destes edifícios, os espaços intersticiais do quarteirão foram ocupados pelos veículos dos moradores, perdendo o carácter de recreação e lazer para o qual teria sido pensado e transformando-se num parque de estacionamento ao ar livre. Estes espaços para estacionamentos não teriam sido pensados aquando a elaboração deste projecto, dado que, até à década de 60 na cidade de Coimbra, o número de veículos por família era

¹³⁰ BANDEIRINHA, José António- *Cem Anos de Arquitectura no Centro de Portugal*. Versão cedida a título particular pelo autor, p.52

¹³¹ DUARTE, Maria Eduarda- *A Habitação Colectiva em Coimbra, Modelos de arquitectura residencial no período entre 1958 e 1974*, p.63



87 | CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE. 1966
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO | 1.2000

reduzido, contudo a partir da década de 70 dá-se o “boom” do automóvel aumentando esse número e apropriando-se assim os espaços intersticiais do quarteirão para o seu estacionamento.

Os edifícios encontram-se implantados no sentido Nascente-Poente, à excepção dos blocos A3, de menor dimensão, que se encontrem implantados no sentido Norte-Sul. O conjunto de estabelecimentos comerciais é implantado diagonalmente no terreno, relativamente à orientação dos outros edifícios, todavia, cada espaço comercial abre-se para nascente, orientando-se de igual modo à maioria dos outros edifícios.

Verifica-se que a entrada de todos os blocos, assim como a maioria dos espaços comuns das habitações se orientam para o interior dos quarteirões, criando uma relação directa entre espaço interior e o espaço exterior em torno dos edifícios, que era dedicado ao recreio dos habitantes.

A relação de continuidade interior-exterior é, também, explorada através da organização espacial no interior de cada habitação, na medida em que, na maioria dos casos se verifica que os espaços comuns, como as salas, as cozinhas e as divisões de apoio, se encontram orientadas para o interior dos quarteirões estabelecendo relações directas com este relações visuais directas, fazendo como que uma extensão do espaço comum das habitações para o espaço colectivo do conjunto habitacional. Já o espaço íntimo das habitações, na maioria dos casos, verifica-se que se encontra orientado para as ruas adjacentes, de modo a se proteger do espaço colectivo do conjunto habitacional.

Esta relação de continuidade de interior-exterior é ainda reforçada pela presença de pelo menos uma varanda em cada habitação, que geralmente, une várias divisões de modo a que a maioria tenha acesso a uma pequena extensão de espaço exterior dentro da habitação. Contudo, hoje em dia, verifica-se que grande parte das varandas dos Blocos B8 e C8, com maior incidência para as que se orientam para o interior do quarteirão, se encontram



88 e 89 | EMBASAMENTOS DOS BLOCOS A4



90 | COBERTURAS DOS BLOCOS A3

fechadas em marquises. Pensa-se que este fenómeno se deva à falta de áreas de serviço associadas às áreas comuns nestes edifícios, gerando uma sobreposição de funções. Este facto verifica-se em muitos edifícios de carácter moderno onde *essa falta de espaço levará a alterações internas que se traduzem, sobretudo, no sentido de ganhar área: do encerramento das marquises em varandas ou de áreas colectivas de acesso ao prédio (partes de galerias ou entradas recuadas)*. As críticas dirigem-se, sobretudo, à dimensão das cozinhas ou à inexistência de áreas de serviço¹³², como justifica José Fernando Gonçalves.

No desenho do inicial do projecto todas estas varandas partilhavam de uma particularidade intencional, que era a existência de vasos de flores no topos das mesmas, contudo, actualmente devido à maioria das varandas se encontrarem encerrada por marquises, não é possível identificar o verde que estaria nos vasos e que percorreria a maioria das fachadas deste conjunto habitacional, tal como se se tratasse de um prolongamento do espaço verde que envolve perifericamente os edifícios.

Em todos os edifícios foi realizado um embasamento de pedra de modo a nivelar a pequena diferença de cotas encontrada no terreno. Contudo, nos Blocos A3 e A4 verifica-se que o embasamento feito é de maior dimensão que nos Blocos B8 e C8, criando a possibilidade da existência de caves em alguns dos edifícios, onde as cotas do terreno são mais baixas e, por sua vez, os embasamentos maiores. Pensa-se que estas foram realizadas aquando a construção, dado que não constam do desenho do projecto inicial, mas têm uma configuração entre edifícios muito idênticas.

No projecto inicial todos os edifícios possuíam coberturas em terraço, como áreas de serviço comum a todos os habitantes, sendo que nos Blocos B8 e C8, este espaço também servia para acesso às habitações das porteiras, assim como, para usufruto das mesmas. Estas coberturas em terraço são comuns nos edifícios modernistas, sendo estas *justificadas*

¹³² GONÇALVES, José Fernando – *Edifícios Modernos de Habitação Colectiva – 1948/61: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa*, p.247



91 e 92 | PORMENORES DA CHAPA ONDULADA E DOS RECIOS DE ALVENARIA NOS BLOCOS A4



93 | PORMENOR DA PLACAGEM DE PEDRA NOS EMBASAMENTOS

94 | *COMPOSITION WITH GRAY AND LIGHT BROWN*, PIET DE MONDRIAN. 1918

para utilização de áreas de serviços comuns, são aplicadas quando é possível.¹³³ No entanto, actualmente, verifica-se que o acesso a estas coberturas de encontra vedado aos moradores dos Blocos B8 e C8, fazendo parte integrante das habitações T1 destinadas às porteiras. Nos Blocos A3 e A4, embora, o acesso ainda se encontre livre aos moradores, já não é possível usufruir dos mesmos para estas intenções, devido à realização de melhoramentos nas coberturas que não suportam este tipo de utilização.

Também é importante referir algumas características a nível construtivo que estão presentes nesta obra, nomeadamente, no que diz respeito aos pormenores exteriores que de certo modo caracterizam estes edifícios, na medida em que se afirma *a expressão da cor ou textura dos materiais como elemento de identidade da modernidade*¹³⁴.

As paredes de alvenaria dão recuadas em relação à estrutura e pintadas com textura dando aos edifícios uma expressão plástica através da cor e textura das suas superfícies de fachada. A introdução, de modo experimental, de um novo material que é a chapa ondulada, utilizada nas guardas das varandas, no sombreamento das varandas das cozinhas e em torno das janelas do alçado laterais dos blocos A3 e A4, dá textura a estes elementos, criando um efeito de plasticidade no edifício, tal como no caso do recuo da alvenaria. Ainda nas varandas é importante referir a utilização de perfis metálicos que têm a função de fixação da chapa ondulada nos Blocos C8 e que unem todas as varandas criando como que um segundo plano de fachada ao nível das varandas.

No caso da utilização da pedra nos embasamentos de todos os blocos e em torno nos pilares que suportam a caixa de escadas exterior dos Blocos A3 e A4, esta *é trabalhada não como suporte, mas como expressão material de peso e textura, em planos de composição abstracta*¹³⁵, sendo aplicada de modo a gerar um padrão muito característico, que faz lembrar os quadros do pintor neo-plasticista holandês, Piet Mondrian.

¹³³ *Ibidem*, p.346

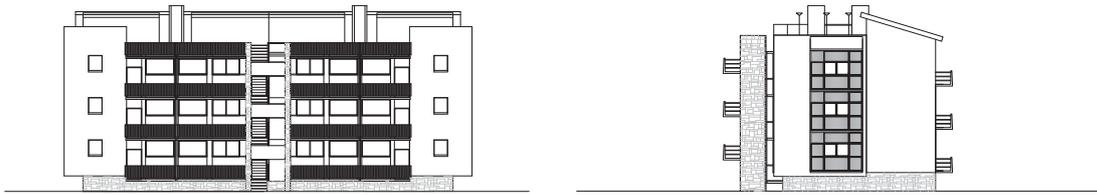
¹³⁴ *Ibidem*, p.350

¹³⁵ *Ibidem*, p.350

No desenho deste projecto encontram-se muitas referências ao ideário modernista, podendo-se fazer várias analogias relativamente às palavras proferidas por José Manuel Fernandes sobre a manifestação da obra moderna: *Fim dos telhados, com aproveitamento das coberturas para terraços e jardins! Grandes espaços interiores livres de pilares, com extensos envidraçados exibindo a liberdade de desenho de fachada, libertas, enfim de vigas de descarga pontual, da sua velha função se suportar a construção! Assim se manifesta a obra moderna.*¹³⁶

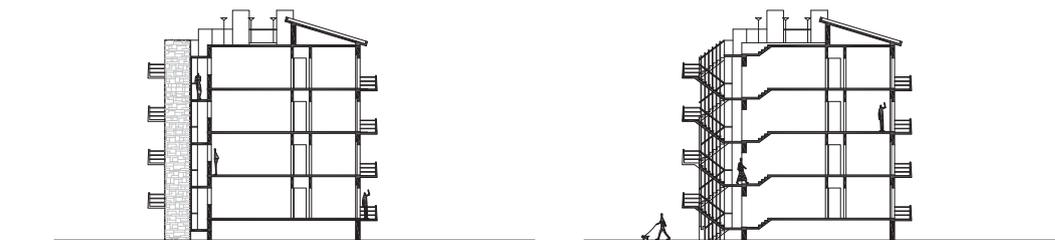
Embora a linguagem projectual utilizadas nestes Blocos tenham muitos pontos em comum, há características específicas a cada Bloco que os faz agrupar em 3 conjuntos diferentes, para uma melhor análise e classificação. Esses conjuntos são o conjunto dos Blocos A3 e A4, de 3 e 4 pisos, respectivamente, o conjunto dos Blocos B8 e C8 de 8 pisos mais um piso de cobertura, e ainda, o conjunto de estabelecimentos comerciais.

¹³⁶ FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Modernista em Portugal*, p.64-65

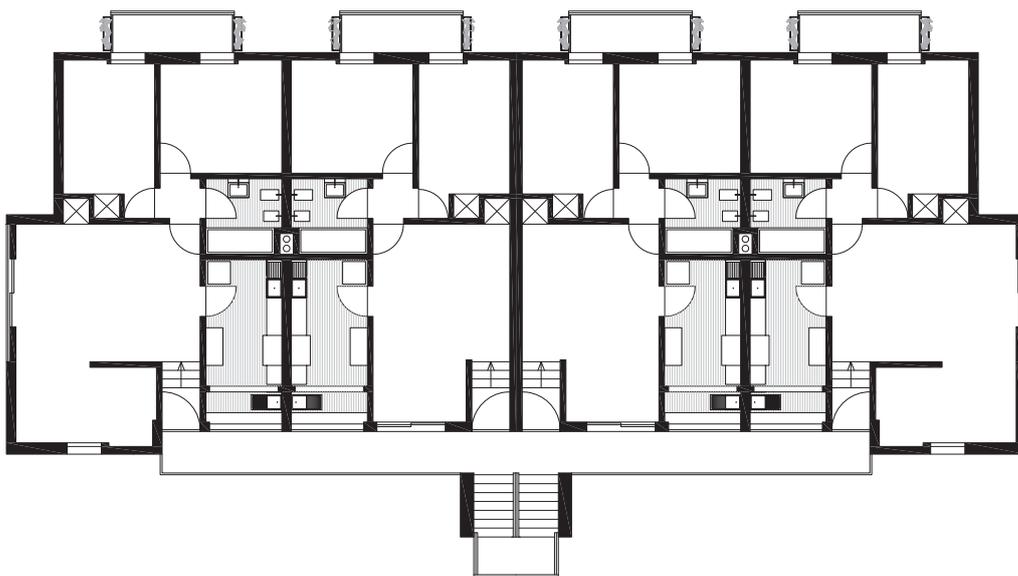


95 e 96 | BLOCO A3, ALÇADO PRINCIPAL E ALÇADO LATERAL, RESPECTIVAMENTE. | 1.500

97 e 98 | BLOCO A4, ALÇADOS PRINCIPAL E ALÇADO LATERAL, RESPECTIVAMENTE. | 1.500



99 e 100 | BLOCO A4, CORTE AC E CORTE BC, RESPECTIVAMENTE. | 1.500



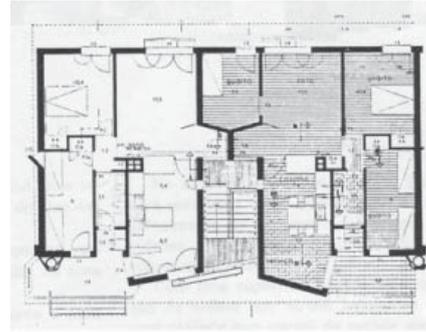
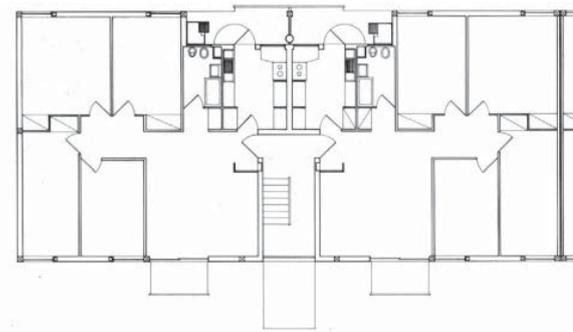
101 | BLOCOS A3 e A4, PLANTA TIPO, RESPECTIVAMENTE. | 1.200

BLOCOS A3 E A4

Os blocos A3 e A4 são idênticos, os únicos elementos que os diferenciam são os Blocos A3 estarem orientados no sentido Norte-Sul e terem 3 pisos, enquanto os Blocos A4 encontram-se implantados no sentido Nascente-Poente, tal como os outros edifícios, e têm 4 pisos. Para os Blocos A3 foi proposta a construção de 2 edifícios de 12 habitações cada, e para os Blocos A4 a construção de 3 edifícios de 16 habitações cada, sendo que em todos os edifícios têm 4 habitações por piso.

Estes Blocos possuem uma caixa de escada exterior que define o eixo dos edifícios, essa caixa de escada dá acesso à galeria de distribuição para as habitações e à cobertura em terraço. A galeria encontra-se desnivelada as habitações 75cm para que não haja contacto visual entre quem passa na galeria e quem se encontra dentro da habitação, permitindo assim, que se mantenha a privacidade de cada habitação. A galeria era algo que em projectos anteriores da HE-FCP tinha vindo a ser rejeitado, pensa-se que o seu desnivelamento neste projecto, se deva a uma tentativa de resolver o problema de privacidade questionado em projectos anteriores. Apesar, da tentativa de resolução deste problema de privacidade, hoje em dia, verifica-se que mesmo assim, muitos dos habitantes destes edifícios tiveram a necessidade de fechar parte das galerias com cancelas, tornando-as parte integrante das suas habitações.

A tipologia adoptada para os Blocos A3 e A4 é uma tipologia de T2, dois quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha com zona de lavandaria, com a excepção que nos apartamentos das extremidades existe a possibilidade a possibilidade de criação de mais uma divisão. Em termos de organização espacial verifica-se o espaço comum, a sala e a cozinha que se encontram do lado da galeria e viradas para o interior do quarteirão, e espaço íntimo, os quartos com as suas respectivas varandas partilhadas, para as ruas adjacentes, onde as existem, e entre estas duas alas fazendo outro eixo perpendicular ao eixo do edifício encontra-se a área de serviços, casa de banho, os arrumos e as zonas de



102 | BAIRRO DO RAMALDE, ARQ. FERNADO TÁVORA. 1952 | PLANTA TIPO

103 | OLIVAIS NORTE, ARQ. NUNO TEOTÓNIO PEREIRA. 1958 | PLANTA TIPO



104, 105 e 106 | BLOCOS A3, ALÇADO PRINCIPAL, ALÇADO POSTERIOR E ALÇADO LATERAL, RESPECTIVAMENTE.

107 e 108 | BLOCOS A4, ALÇADO PRINCIPAL E ALÇADO LATERAL, RESPECTIVAMENTE

circulação, que faz como que uma separação do espaço entre o espaço íntimo, os quartos, e o espaço comum da habitação, a sala e a cozinha.

Mais dois aspectos, relativamente à organização espacial interior das habitações, que serão de realçar são sala como espaço central da casa e a possibilidade de criação de mais uma divisão, chamada muitas das vezes como espaço de apoio. Verifica-se que a sala não é apenas o espaço de estar da habitação, é também, simultaneamente, o espaço de chegada e o espaço de circulação, o que permite *uma grande flexibilidade de uso de acordo com a conveniência de cada família e permite eliminar zonas de circulação, que neste tipo de habitações em áreas muito pequenas implica uma maior disponibilidade da superfície habitável*.¹³⁷ Este tipo de organização interna centrada teria sido já aplicado anteriormente em outros projectos da HE-FCP, como é o caso das tipologias T4 do Bairro do Ramalde (1952), de Fernando Távora, assim como no caso das tipologias utilizadas por Nuno Teotónio Pereira em Olivais Norte (1958), entre muitos outros.

Em relação à possibilidade de criação de mais uma divisão, ou chamado espaço de apoio, este espaço surgiu em muitos projectos pelo desejo dos moradores em terem um local *para uma ou várias funções que excedem o programa mínimo corrente da casa*.¹³⁸ No caso deste projecto este espaço poderá assumir várias funções com o seu fechamento, desde a criação de quarto à criação de espaço de trabalho, ou através da sua manutenção, como espaço de prolongamento da sala, podendo dividi-la em zona de estar e zona de jantar.

Relativamente à estrutura dos Blocos A3 e A4 estes possuem *um sistema mixto resistente constituído por uma estrutura periférica de betão armado formada por pilares, vigas e paredes divisórias interiores em tijolo furado nos dois últimos andares e maciço nos restantes*¹³⁹

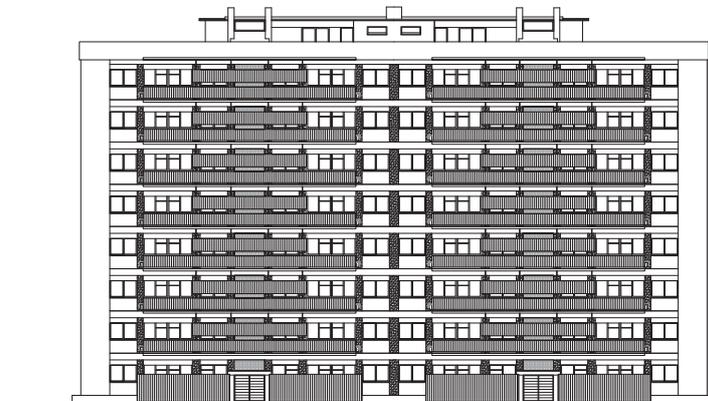
¹³⁷ RAMOS, Rui - *A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*, p.87

¹³⁸ PORTAS, Nuno- *A Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p.133

¹³⁹ COIMBRA. Arquivo Municipal - Processo n° 1393 - *Memória Descritiva e Justificativa do Projecto*



109 e 110 | BLOCOS B8, ALÇADO PRINCIPAL E ALÇADO POSTERIOR, RESPECTIVAMENTE.
111 e 112 | BLOCOS C8, ALÇADO PRINCIPAL E ALÇADO POSTERIOR, RESPECTIVAMENTE.



113 | BLOCO C8, ALÇADO PRINCIPAL | 1.500
114 | BLOCO C8, ALÇADO LATERAL

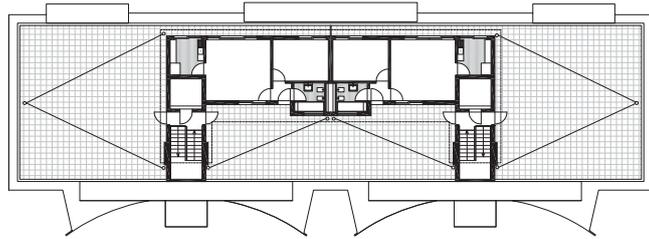
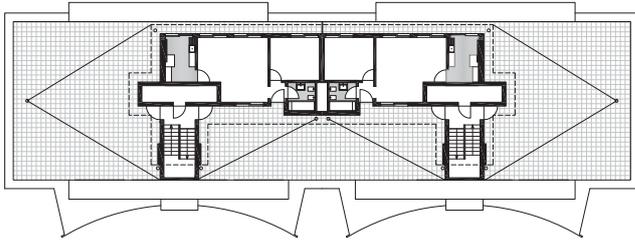
BLOCOS B8 E C8

Os blocos B8 e C8 embora tenham uma linguagem projectual idêntica, há alterações claras entre os dois blocos devido às opções tipológicas adoptadas para cada um deles. No entanto, características comuns aos dois fazem-se sentir no desenho do projecto.

Ambos os blocos possuem 8 pisos mais um piso de cobertura onde se encontram as habitações para as porteiras. Para os Blocos B8 foi proposta a construção de 2 edifícios de 50 habitações cada, tendo 6 habitações por piso, e mais 2 habitações no piso de cobertura e para os Blocos C8 foi proposta a construção de 2 edifícios de 34 habitações cada, tendo 4 habitações por piso, e mais 2 habitações no piso de cobertura.

O facto de estes Blocos possuírem 8 pisos é algo relevante na análise deste projecto dado que este conjunto habitacional foi construído ao abrigo da Lei n.º 2 007 de 07 de Maio de 1945, que diz respeito ao regime de Casas de Renda Económica, pela qual se regia a HE-FCP, e que apenas permitia a construção de edifícios de habitação colectiva até 4 pisos (rés-do-chão, mais 3 pisos). Contudo, após a análise exaustiva do processo que se encontra Câmara Municipal de Coimbra, e a não possibilidade de contacto com o Arq. Jorge Albuquerque, devido ao seu falecimento, não se conseguiu chegar a uma justificação para este facto, no entanto pensa-se que ter-se-á pedido uma excepção para a construção de edifícios com maior número de pisos neste conjunto habitacional, de modo a aumentar o número de habitações, sem maior ocupação do solo do quarteirão para que se mantivessem os espaços públicos dedicados ao recreio e convívio dos habitantes.

Outro aspecto curioso que se verifica nestes dois conjuntos de blocos para além dos 8 pisos é a existência de mais duas habitações nos pisos de cobertura de cada edifício destinados às porteiras, dado que se trata de um conjunto habitacional de carácter económico. Estas habitações são volumes que se encontram recuados da estrutura dos edifícios e que assentam na cobertura plana dos mesmos. Em outros projectos das HE-FCP, não se



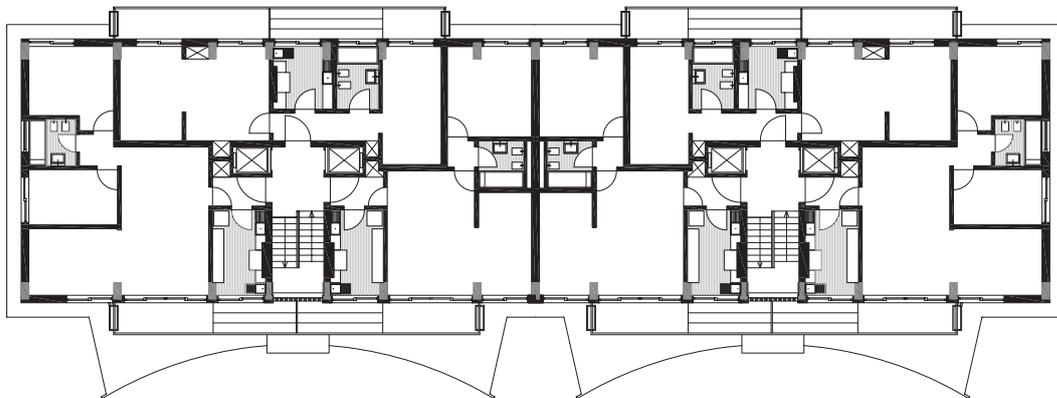
115 | BLOCO B8, PLANTA DO PISO DE COBERTURA | 1.500

116 | BLOCO C8, PLANTA DO PISO DE COBERTURA | 1.500



117 E 118 | ENTRADAS DOS BLOCOS B8 E C8, RESPECTIVAMENTE

119 | ENTRADA DOS BLOCOS DO BAIRRO DO RAMALDE, PORTO



120 | BLOCO B8, PLANTA TIPO | 1.300

verifica a existência de habitação para a porteira, no entanto, esta tipologia de habitação já era comum em outros edifícios da época na cidade de Coimbra, embora estes se dividem entre o rés-do-chão dos edifícios, onde se localizavam os espaços comuns, e a cobertura onde se localizavam os espaços mais íntimos. Contudo o aparecimento desta tipologia de habitação poderá ser justificado pelo facto destes dois conjuntos de blocos possuírem 8 pisos e se destinarem a uma classe social média, havendo, talvez, a necessidade de alguém para cuidar do edifício.

Cada edifício possui duas entradas marcadas por uma pala de betão, que faz lembrar, as entradas nos edifícios projectados por Fernando Távora para o Bairro do Ramalde no Porto. Os acessos verticais destes edifícios são feitos através de uma caixa de escadas interior que vai até à cobertura e dois elevadores que vão até ao oitavo piso. Estes edifícios possuem também coberturas planas, que formam grandes terraços de uso colectivo e onde assentam e dão acesso as habitações das porteiras

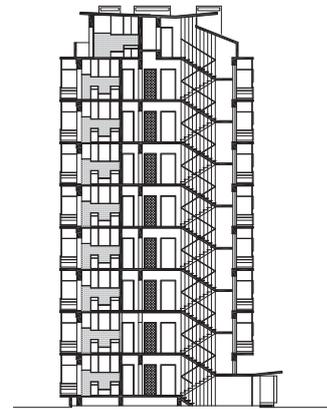
Relativamente à estrutura dos Blocos B8 e C8 estes possuem um *sistema estrutural que prevê pórticos transversais com 10 metros de vão e módulo aproximado de 2,5 m., travados entre si pelas lajes dos pavimentos e vigas de bordadura.*¹⁴⁰

BLOCOS B8

Os Blocos B8 possuem 6 habitações por pisos que se dividem em duas tipologias diferentes, sendo as habitações dos topos da tipologia T2+1 e as habitações que se encontram no centro do edifício T1+1.

As habitações com tipologia de T2+1 possuem dois quartos, um deles orientado para as ruas adjacentes ao quarteirão e o outro para espaço entre os edifícios, assim como, a casa de banho, no entanto, a cozinha e a sala com o espaço de apoio que possibilita a criação

¹⁴⁰ *Ibidem*



121 | BLOCO B8, ESQUEMA TIPOLÓGICO
122 | BLOCO B8, CORTE AB | 1.500

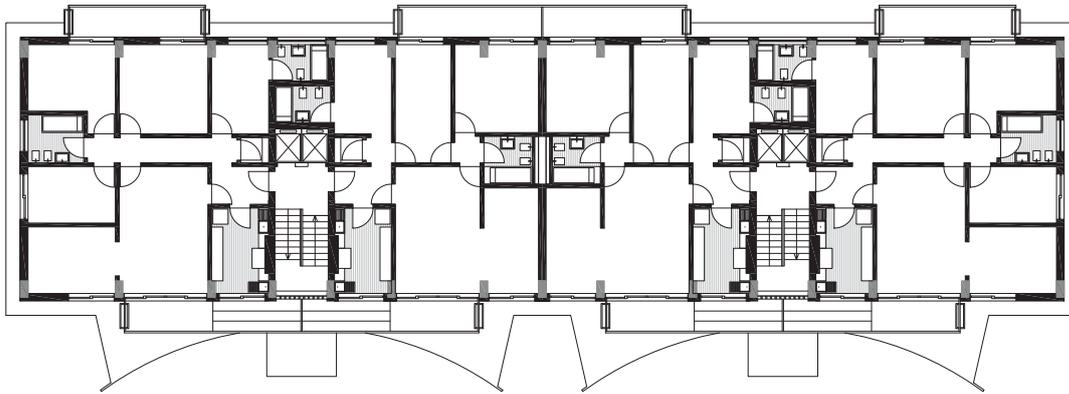


123, 124, 125 e 126 | BLOCO B8, ALÇADO PRINCIPAL | 1.500, ALÇADO PRINCIPAL, ALÇADO POSTERIOR | 1.500 e ALÇADO LATERAL, RESPECTIVAMENTE

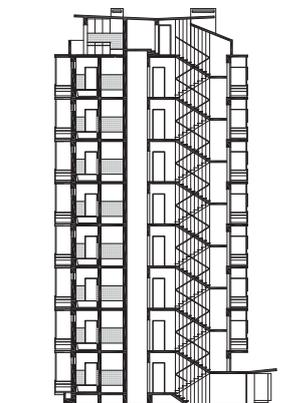
de mais uma divisão encontram-se orientadas para o interior do quarteirão possuindo uma varanda que é dividida com a habitação vizinha através de uma chapa metálica. O acesso ao interior desta habitação é feito através de um hall de entrada que distribui para a cozinha e para a sala, que posteriormente, distribuirá também, para uma pequena circulação interna e mais privada, que dá acesso aos quartos e à casa de banho.

As habitações com tipologias de T1+1 possuem, ambas, um quarto orientado para as ruas adjacentes ao quarteirão, no entanto, verifica-se excepção nestes dois edifícios dos Blocos B8, de nem todas as cozinhas e salas estarem viradas para o interior do quarteirão, com se pode verificar no caso da habitação com tipologia T1+1, que se encontra de frente aos acessos verticais, em que as suas cozinha e sala com o espaço de apoio que possibilita a criação de mais uma divisão, se encontram orientados para as ruas adjacentes ao quarteirão, enquanto que, nas outras habitações que se encontram no centro do edifício, já se mantém a regra da cozinha e a sala com o espaço de apoio que possibilita a criação de mais uma divisão, se encontrarem orientados para o interior do quarteirão.

É de realçar também, o facto das habitações de tipologias T1+1, que se encontram orientadas para o exterior do quarteirão, possuem uma varanda ao longo de toda a habitação, enquanto que as outras habitações possuem uma única varanda dividida por uma chapa metálica. Devido a esta orientação e às opções tipológicas adoptadas, o acesso de ao interior destas habitações é feito de maneira diferente, sendo acesso da tipologia T1+1 que se encontra no centro do edifício igual, ao da tipologia T2+1, que se encontra no topo, e o acesso da tipologias T1+1 que se encontra em frente aos acessos verticais do edifício feita através de um corredor localizado do lado da entrada da habitação e que liga todas as suas divisões.



127 | BLOCO C8, PLANTA TIPO | 1.300



128 | BLOCO C8, ESQUEMA TIPOLÓGICO

129 | BLOCO C8, CORTE AB | 1.500



130, 131, 132 E 133 | BLOCOS C8

BLOCOS C8

Os Blocos C8 possuem 4 habitações por pisos que se dividem em duas tipologias diferentes, sendo as habitações dos topos da tipologia T4+1 e as habitações que se encontram no centro do edifício T3+1.

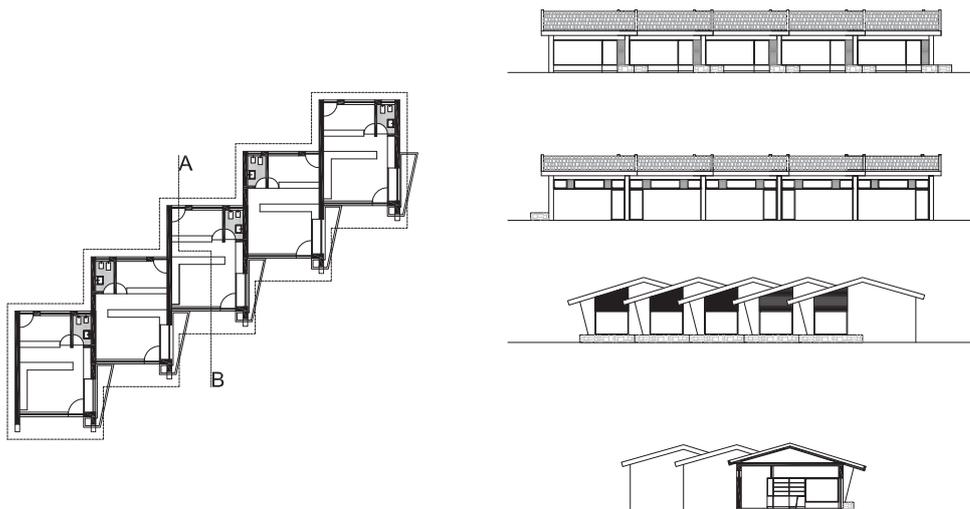
Tal como foi dito anteriormente, as tipologias destas habitações seguem a preceito das anteriores quanto à orientação, estando as salas e cozinhas orientadas para o interior dos quarteirões e os quartos para as ruas adjacentes. Ambas tipologias dispõem na sala do espaço de apoio que possibilita a criação de mais uma divisão, também justificada pelo que já foi dito anteriormente sobre esta questão.

Nas tipologias de T4 +1 a distribuição interna do espaço é feita através de um hall de entrada que distribui para a cozinha, para a sala e para um corredor que por sua vez faz a distribuição para os quartos. Como já referido, existe sempre o cuidado de separação entre o espaço íntimo e o espaço comum da habitação, neste caso essa separação é também marcada através da existência de duas portas na sala, uma delas que dá acesso directo à entrada da habitação e a outra que dá acesso ao corredor interior que distribui para os quartos.

Nas tipologias T3+1 a distribuição interna do espaço é feita, de modo muito semelhante à tipologia T4+1, através de um hall de entrada que distribui para a cozinha e para a sala, no entanto, em vez de distribuir para um corredor que dá acessos aos quartos, como na tipologia anterior, esse corredor é suprimido pelo quarto do meio, dando origem a dois pequenos espaços de circulação, um deles ligado ao hall e o outro à sala, tendo o quarto do meio duas ligações a esses espaços, de modo a manter sempre o espaço íntimo da habitação reservado.



134 | CONJUNTO DE ESTABECIMENTOS COMERCIAIS



135, 136, 137, 138 e 139 | CONJUNTO DE ESTABECIMENTOS COMERCIAIS
PLANTA PISO TÉRREO, CORTE AB, ALÇADO POENTE, ALÇADO NORTE, ALÇADO NASCENTE, RESPECTIVAMENTE | 1.500

CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

O conjunto de estabelecimentos comerciais localiza-se junto ao topo Norte do quarteirão implantando-se na diagonal relativamente aos outros edifícios. Este conjunto divide-se em 5 módulos que, embora partilhem uma parede, encontram-se desfasados longitudinalmente permitindo o seu funcionamento autónomo e individualizando as suas montras. Mais uma vez, a presença do verde neste projecto é conseguida através da existência de canteiros de flores que se localizam sob a janela virada da norte em cada um dos estabelecimentos comerciais.

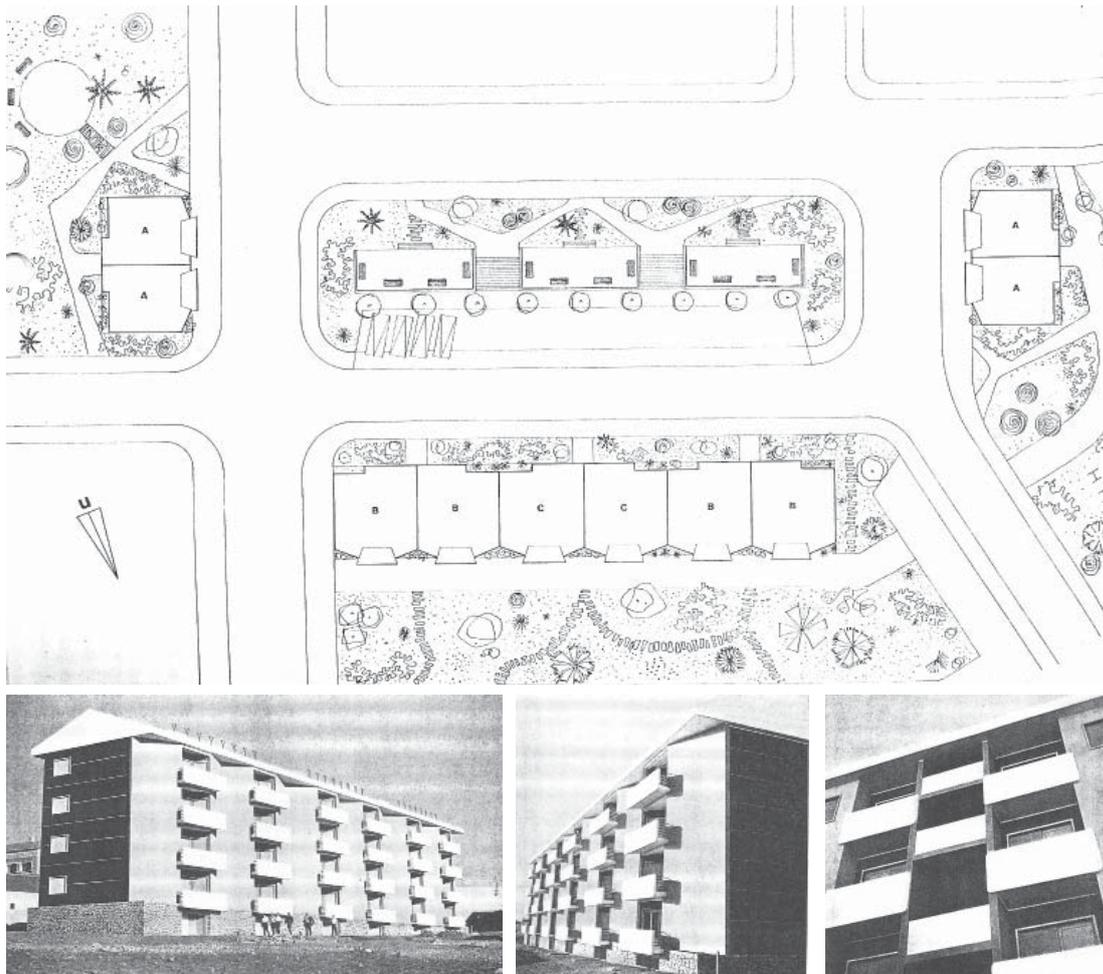
A organização espacial do interior destes estabelecimentos comerciais é definida pela localização do balcão, que cria dois espaços de carácter distinto, um espaço de carácter público, orientado a nascente, para onde se abre o estabelecimento, e que é caracterizado por ser o local de acolhimento dos clientes, e outro espaço de carácter mais privado do comerciante, orientado a poente, onde se localiza a entrada de serviço do estabelecimento, assim como uma pequena sala de armazenamento e uma pequena casa de banho.

Relativamente à estrutura do conjunto de estabelecimentos comerciais esta *está interligada, tendo cintas de travamento e pilares nos cunhais dos edifícios*.¹⁴¹

¹⁴¹ *Ibidem*



140 | JORGE ALBUQUERQUE, 1926-1992



141 | CONJUNTO RESIDENCIAL EM BEJA, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE, PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

142, 143 E 144 | CONJUNTO RESIDENCIAL EM BEJA, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE

ARQUITECTO JORGE ALBUQUERQUE

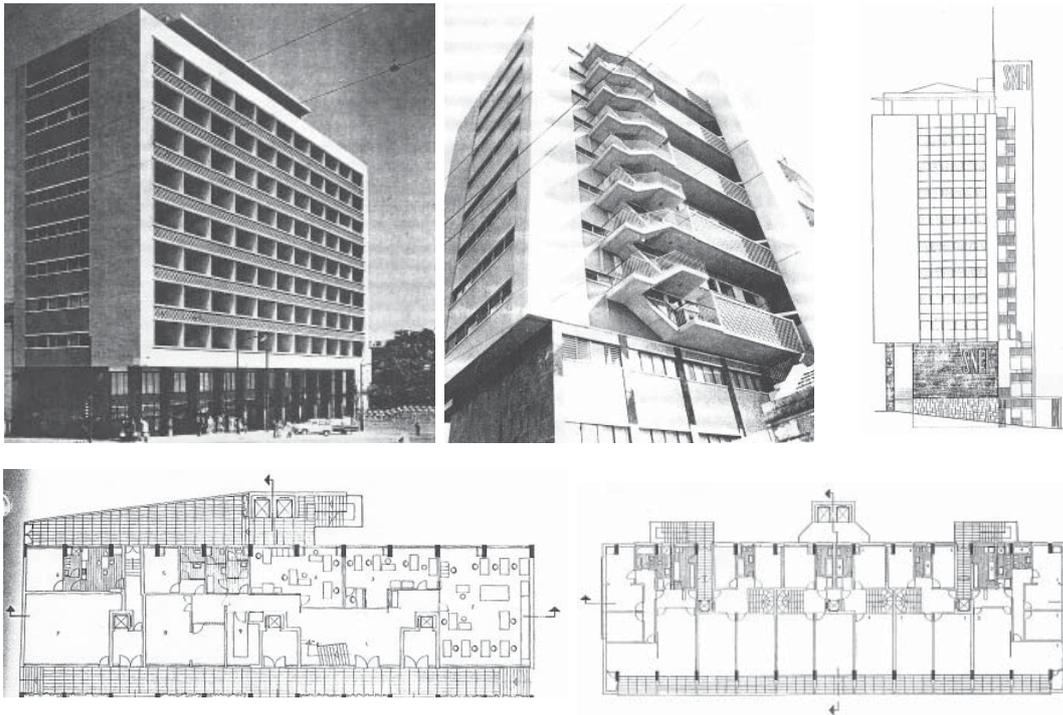
O conjunto habitacional de Casas de Renda Económica a poente do Bairro Norton de Matos é projectado pelo Arquitecto Jorge Albuquerque.

Jorge Manuel Frederico de Miranda Ferrão de Albuquerque (1926-1992) é formado na ESBAL em 1952 e registado com o n.º 162 na Ordem dos Arquitectos. Este arquitecto pertenceu ao grupo de arquitectos que apreenderam os princípios e conclusões obtidas do 1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948 e que estavam atentos ao panorama internacional da arquitectura.

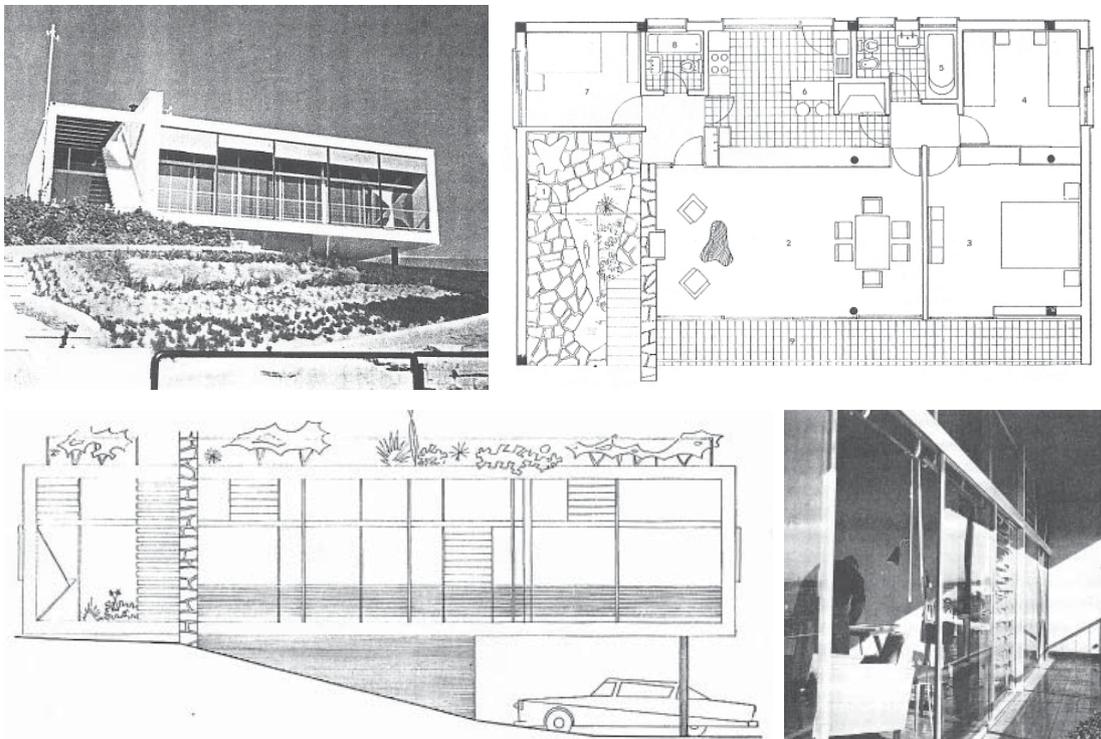
Jorge Albuquerque, para além deste projecto, realizou, também para a Federação de Caixas de Previdência, o Bloco de Habitação na Av. Da República em Lisboa (1964) e as Casas de Renda Económica em Faro (1966).¹⁴² Após este período sabe-se que as suas idas constantes ao arquipélago dos Açores, nomeadamente à ilha do Faial, fazem com que elabore um vasto número de projectos tanto de ordem pública como privada por todo o arquipélago.

Apesar de a informação encontrada sobre o percurso profissional deste arquitecto tenha sido escassa, encontraram-se publicados na “Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas – Atrium” três projectos do Arq. Jorge Albuquerque, que demonstram o carácter funcional do arquitecto assim como as suas influências pelo estilo internacional. Embora não se saiba ao certo a data destes projectos consegue-se situá-los dentro de um período de anos específico dado que estes projectos são publicados entre os anos de 1959 e 1960 e o Jorge Albuquerque termina a sua formação em 1952.

¹⁴² CORREIA, Jorge - *Bairro das Caixas : blocos das habitações económicas : Federação das Caixas de Previdência Coimbra*, p.72-77



145 e 146 | BLOCO SNFI, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE
147, 148 e 149 | BLOCO SNFI, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE, ALÇADO NASCENTE-NORTE, PLANTA PISO TÉRREO, PLANTA PISOS PARES DAS HABITAÇÕES, RESPECTIVAMENTE.



150 | MORADIA DO NO LAGOAL, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE
151 e 152 | MORADIA DO NO LAGOAL, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE, PLANTA E ALÇADO PRINCIPAL, RESPECTIVAMENTE
153 | MORADIA DO NO LAGOAL, ARQ. JORGE ALBUQUERQUE

O primeiro projecto publicado no n.º1 da revista “Atrium” em 1959 é um “Conjunto Residencial em Beja”, de *blocos de casas económicas*¹⁴³ localizadas num local de *carácter bem definido e com problemas climáticos difíceis de resolver*,¹⁴⁴ também devido ao limite orçamental imposto. Contudo apesar dos limites económicos imposto pela encomenda pode verificar-se uma solução *pela clareza de funcionamento além de ser bem lograda plasticamente*¹⁴⁵.

Os outros dois projectos encontram-se publicados no n.º3 da revista “Atrium” de 1960 e são um “Bloco de Habitação e Escritórios” pertencente à Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, em Lisboa e uma “Moradia no Lagoal”, nos arredores de Lisboa.

O Bloco de Habitação e Escritórios pertencente à Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário *foi dividido em duas zonas – zona administrativa e serviços técnicos (localizada no rés-do-chão e primeiro piso) e uma zona de habitações*¹⁴⁶, encontrando-se estas zonas completamente independentes. A estrutura bem marcada na fachada demonstra o sistema modular utilizado pelo arquitecto para organização do espaço interior, tanto na zona administrativa como na zona de habitações.

A Moradia do Logoal *é uma pequena habitação destinada a passar férias e fins de semana*¹⁴⁷ nos arredores de Lisboa. Esta divide-se em três zonas, a zona íntima, a zona de serviços e a zona comum da habitação, que são independentes entre si, *sendo deste modo a área disponível totalmente aproveitada*.¹⁴⁸ A cobertura desta moradia é ajardinada sendo o seu acesso feito através de uma escada que se encontra na zona de entrada.

¹⁴³ ALBUQUERQUE, Jorge- *Conjunto Residencial de Beja*, p.24

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.24

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.24

¹⁴⁶ ALBUQUERQUE, Jorge- *Imóvel de Apartamentos*, p.30

¹⁴⁷ ALBUQUERQUE, Jorge- *Moradia no Lagoal*, p.38

¹⁴⁸ *Ibidem*, p.38

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*(...) é sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o “seu” espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e das possibilidades, quer como indivíduo quer como elemento de um grupo social.*¹⁴⁹

As HE-FCP surgem num contexto de crise ideológica e financeira do país devido ao final da II Guerra Mundial e a consequente vitória dos regimes democráticos. Os ideias do regime ditatorial salazarista sentiam-se ameaçados depois da derrota dos regimes fascistas no resto da Europa, principalmente, do regime alemão, com o qual o Estado Novo mantinha relações.

Para a manutenção do regime estadonovista no poder, este vai ter de ceder a alguns dos seus princípios de modo a calmar os ânimos dos populares, que vinham reclamando a democracia no país, depois do fim da II Guerra Mundial, e equilibrar as contas do estado que tinham sofrido abalos também devido ao final da guerra.

É neste espírito de mudança e cedência de valores que se inserem as HE-FCP e o regime de “Casas de Renda Económica”. Com o agravar do problema habitacional, principalmente nos grandes centros urbanos, o governo percebe que o ideal da casa unifamiliar com quintal em regime resolúvel, não consegue combater o défice habitacional, é então que o regime permite, pela primeira vez, a construção de habitações colectivas para arrendamento com apoio do estado, tema que teria sido também muito, discutido depois, no 1º Congresso Nacional de Arquitectura de 1948. No entanto, como o estado financeiro do país não se encontrava no melhor momento e os capitais da Previdência Social vinham aumentando, o regime cria a possibilidade de utilização desses capitais para promoção da habitação, para colmatar o défice habitacional, através das HE-FCP.

¹⁴⁹ TÁVORA, Fernando- *Da Organização do Espaço*, p.56

Contudo, as HE-FCP não vão responder simplesmente a exigências de ordem quantitativa, vão estudar também os modos da habitar e as necessidades das pessoas para cada caso, tendo sempre presentes os modelos internacionais e com isso criam novas metodologias reajustadas a novos modos de vida, que se pretendiam adaptar à realidade portuguesa da altura. Esta preocupação social que fica presente no seio das HE-FCP, durante os 25 anos de promoção habitacional, deve-se ao vasto número de arquitectos jovens que elaboram os projectos para as HE-FCP, pertencentes à geração mais nova do Congresso de Arquitectura de 48.

Percebe-se ao longo deste trabalho, que as HE-FCP são muito mais que um organismo que pretende responder aos números de resolução do problema habitacional, as HE-FCP pretendem, acima de tudo, debater e estudar o tema da habitação económica de modo profundo para que os reflexos deste estudo e debate se espelhem na prática de projecto, colmatando as necessidades das pessoas que vão habitar os seus conjuntos habitacionais.

Pensa-se que o exemplo dado neste trabalho das Casas de Renda Económica em Coimbra vem reflectir esta ideologia das HE-FCP, na medida em que é um conjunto habitacional que cria espaço urbano de lazer e convívio para os seus habitantes, com o ringue desportivo e com o vasto número de bancos de jardim que se encontram espalhados por todo o quarteirão, assim como, se encontra permeável aos transeuntes da cidade que o podem penetrar e usufruir dele, integrando-o na cidade. Nas suas habitações, também, se pode verificar a tentativa de introdução de novos modelos da habitar, com o desenho da sala como espaço central da casa e que responde a várias funções, com a criação do espaço de apoio, vulgarmente chamado de “+1”, que permite uma flexibilidade de usos por parte dos habitantes, assim como o cuidado de separação do espaço íntimo e o espaço comum da habitação, que também é outra característica comum destas habitações.

Em suma, as HE-FCP contribuíram não só para o fomento da habitação de carácter económico em Portugal, mas também para a revelação de uma geração de arquitectos que dava os seus primeiros passos no movimento moderno no contexto nacional, contribuindo assim, para o progresso da arquitectura portuguesa.

Deste modo, pensa-se que as Casas de Renda Económica em Coimbra são um projecto que reflecte bem aquilo que foi o espírito das HE-FCP durante os 25 anos de promoção da habitação de carácter económico por todo o país, e o seu esforço para colmatar as necessidades do homem no campo da habitação, não só lhe dando abrigo, mas também qualidade de vida.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIAM	Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna
EGAP	Exposição Geral de Artes Plásticas
ESBAL	Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
FFH	Fundo Fomento Habitação
GTH	Gabinete Técnico de Habitação
HE	Habitações Económicas
HE-FCP	Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência
ICAT	Iniciativas Culturais Arte Técnica
IST	Instituto Superior Técnico
MRAR	Movimento de Renovação de Arte Religiosa
MUD	Movimento de Unidade Democrática
NATO	North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
NDAS	Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista
ODAM	Organização De Arquitectos Modernos
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica
ONU	Organização das Nações Unidas
PCP	Partido Comunista Português
SNA	Sindicato Nacional de Arquitectos
UIA	União Internacional de Arquitectos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Jorge- Conjunto Residencial de Beja. Atrium – Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas. 1 (1959) 24-28
- ALBUQUERQUE, Jorge- Imóvel de Apartamentos. Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas. 3 (1960) 30-37.
- ALBUQUERQUE, Jorge- Moradia no Lagoal. Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas. 3 (1960) 38-42.
- Aspectos duma política de Habitação. Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência, [Lisboa] 1:1 (1962)
- BANDEIRINHA, José António- Cem Anos de Arquitectura no Centro de Portugal. Versão cedida a título particular pelo autor.
- BANDEIRINHA, José António- Cem Anos de Arquitectura no Centro de Portugal. In **IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006. ISBN 972-8897-14-6. p. 290.
- BANDEIRINHA, José António- **Coimbra Vista do Céu**. 2.^a ed. Lisboa: Argumentum, 2004. ISBN 972-8479-30-1.
- BANDEIRINHA, José António- **O Processo do SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. 2007, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. ISBN 978-972-8704-76-6.
- BANDEIRINHA, José António de Oliveira - **Quinas Vivas: Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40**. 2.^a ed. Porto: FAUP, 1996. ISBN 972-9483-15-9.
- BAPTISTA, António Coelho- **Habitação de interesse social em Portugal: 1988-2005**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. ISBN 9789722416559.
- COIMBRA. Arquivo Municipal - Processo nº 1393 da Federação de Caixas de Previdência – Grupo de Casas de Renda Económica a Construir em Coimbra
- CORREIA, Jorge Paulo Cabral da Silva - Bairro das Caixas : blocos das habitações económicas : Federação das Caixas de Previdência Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2003. Tese de Licenciatura
- COSTA, João Pedro – **Bairro de Alvalade: um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte: Faculdade de Arquitectura UTL, 2002
- CROFT, Vasco- **Arquitectura e Humanismo: o papel do arquitecto, hoje, em Portugal**. Lisboa: Terramar, 2001. ISBN 9727102948.

- DECRETO-LEI n.º 28 912. D.R. I Série. 186 (38.08.12) 1197-1201
- DECRETO-LEI n.º 33 278. D.R. I Série. 236, Suplemento (43.11.24) 823-827
- DECRETO-LEI n.º 34 139. D.R. I Série. 260 (44.11.24) 1135-1136
- DECRETO-LEI n.º 34 486. D.R. I Série. 73 (45.04.06) 232-234
- DECRETO-LEI n.º 35 611. D.R. I Série. 89 (46.04.25) 301-304
- DECRETO-LEI n.º 36 212. D.R. I Série. 78 (47.04.07) 265-267
- DECRETO-LEI n.º 40 616. D.R. I Série. 108 (56.05.28) 629-633
- DECRETO-LEI n.º 49 033. D.R. I Série. 126 (69.05.28) 581-586
- DECRETO-LEI n.º 23 052. D.R. I Série. 217 (33.09.23) 1164-1671
- DUARTE, Maria Eduarda de Almeida Aleixo - A Habitação Colectiva em Coimbra, Modelos de arquitectura residencial no período entre 1958 e 1974. Coimbra: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado
- ENGELS, Friedrich- **O problema da habitação**. trad. de António Pescada. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- FERNANDES, José Manuel – **Arquitectura Modernista em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988
- FERNANDEZ, Sérgio- **Percursos Arquitectura Portuguesa 1930/1974**. 2.ª ed. Porto: FAUP, 1988.
- FERREIRA, António - **Por Uma Nova Política de Habitação**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- FERREIRA, Carolina Conceição - Coimbra aos Pedacos: uma abordagem ao espaço urbano da cidade. Coimbra: [s.n.], 2007. Tese de Licenciatura
- FILGUERAS, Octávio Lixa- **Da Função Social do Arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada**. 2.ª ed. Porto: Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1985.
- FRAMPTON, Kenneth- **História Crítica da Arquitectura Moderna**. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ISBN 978-85-336-2426-9.
- GONÇALVES, José Fernando – Edifícios Modernos de Habitação Colectiva – 1948/61: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa. Barcelona: [s.n.], 2007. Tese de Doutoramento
- GONÇALVES, José Fernando – **Ser ou não Ser Moderno: Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa**. Coimbra: e|d|arq, 2002. ISBN 972-97383-8-6

- HEITOR, Teresa - Olivais e Chelas: Operações Urbanísticas de Grande Escala. (2004). [Em linha]. [Consult. 09.06.2012]. Disponível em WWW: <http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_c.pdf>.
- LEI n.º 2 007. D.R. I Série. 98 (45.05.07) 353-357
- LEI n.º 2 014. D.R. I Série. 115 (46.05.27) 397-401
- LEI n.º 2 092. D.R. I Série. 72 (58.04.09) 213-216
- MANGORRINHA, Jorge- Habitação em Lisboa: Memória do GTH - 50 anos: Infohabitar, 2010. [Em linha]. [Consult. 26.03.2012]. Disponível em WWW: <<http://infohabitar.blogspot.pt/2010/06/habitacao-em-lisboa-memoria-do-gth-50.html>>.
- MATOS, Fátima Loureiro - Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. Análise Social. (1994) 677-695. [Em linha]. [Consult. 09.04.2012]. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377379T2hXG0aa5Rv09QL3.pdf>>.
- MATOS, Madadela Cunha- Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência. Jornal Arquitectos, Jan./Fev. (2002).
- MILHEIRO, AnaVaz, (coord. por) - **HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.** Lisboa: Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, 2009.
- MOTA, Nelson - **A Arquitectura do Quotidiano, Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX.** Coimbra: e|d|arq, 2010. ISBN 978-972-99821-5-6.
- NETO, Sandra- “Casas Sim! Barracas Não!” - O Problema da Habitação, um ensaio crítico, hoje. Coimbra: [s.n.], 2005. Tese de Licenciatura
- PAIVA, Ricardo Alexandre - O Ministério da Educação (1937-1945) no Rio de Janeiro: Arquitectura, Clima e Cultura. [Em linha]. (2006). [Consult. 26.05.2012]. Disponível em WWW: <<http://www.arquitetura.ufc.br/novo/wp-content/uploads/2011/08/O-Minist%C3%A9rio-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-1937-1945-no-Rio-de-Janeiro-Ricardo-Paiva-V-NUTAU-S%C3%A3o-Paulo-2006.pdf>>.
- PEREIRA, Nuno Teotónio- **Escritos (1974-1966, selecção)**. 1ª ed. Porto: FAUP, 1996. ISBN 972-9483-19-1.
- PEREIRA, Pedro Cantinho- Portugal e o início da construção europeia (1947-1953). Revista Nação e Defesa. [Em linha]. (2006). [Consult. 06.03.2012]. Disponível em WWW: <<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/705>>. ISSN 0870-757X.
- PEREIRA, Raúl da Silva- Habitação e Urbanismo em Portugal - Alguns aspectos sociais. Análise Social. 198-255. [Em linha]. [Consult. 07.04.2012]. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224167574N7uQK5yq7Ly40IK8.pdf>>.
- PEREIRA, Raúl da Silva- Problemática da habitação em Portugal – I. Análise Social. (1963), 33-66. [Em linha]. [Consult. 30.01.2012]. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224082004Q0jEJ0de0Db10JN3.pdf>>.

- PEREIRA, Raúl da Silva- Problemática da habitação em Portugal – II. Análise Social. (1963), 225-269. [Em linha]. [Consult. 30.01.2012]. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154649P0aSV0vg1Da37AL3.pdf>>.
- PORTAS, Nuno- **A Arquitectura para Hoje, seguido de, Evolução da Arquitectura moderna em Portugal**. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. ISBN 978-97224-1566-8.
- PORTAS, Nuno- **A Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura**. Porto: FAUP, 2004. ISBN 972-9483-63-9.
- PORTO, Câmara Municipal, coord. – **Habitação Social no Porto**. Porto: C.M.P., 1999
- PORTUGAL. Fundo Fomento Habitação – **Plano Integrado de Aveiro . Santiago**. Lisboa: F.F.H., 1979
- PORTUGAL. Ministério das Corporações e Previdência Social. Junta da Acção Social. - **Previdência e Habitação**. (1961)
- RAMOS, Rui - **A Casa, Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Portugueses**. Porto: FAUP, 2010. ISBN 978-972-9483-97-4.
- RAMOS, Tânia – **Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados, Os Casos Portugueses e Brasileiro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006. ISBN 972-31-1130-6
- RIBEIRO, Helena Sofia da Silva Nunes - Outras Casas Portuguesas, Uma reflexão sobre o momento de revisão crítica da arquitectura modernados anos 50 e o seu contributo na arquitectura contemporânea. Coimbra: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado
- ROLLO, Maria Fernanda - Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952). Análise Social. (1994), 841-869. [Em linha]. [Consult. 06.03.2012]. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377809U6sZF1oa6Pr69UQ4.pdf>>.
- ROSAS, Fernando- O Estado Novo (1926-1974) in MATTOSO, José - **História de Portugal**. [Lisboa]: Editorial Estampa, Lda. e Autores, 1998. ISBN 972-33-1398-7. Vol. 7
- SEIXAS, Paulo Castro- Identidades de uma Cidade: As Ilhas e o Porto in JORGE, Victor Oliveira e Iturra. **Recuperar o espanto: O Olhar da Antropologia**. (1997), 103-115. [Em linha]. [Consult. 09.04.2012]. Disponível em WWW: <<http://homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/Antropologia%20e%20Urbanismo%20identidades%20de%20uma%20cidade.pdf>>.
- SIMÕES, Luis Manuel da Costa- Cidade Jardim em Coimbra: Bairro Norton de Matos e Solum. Coimbra: [s.n.], 2008. Tese de Licenciatura
- TAVARES, Maria - Casa Protótipo: afirmação de um caminho experimental em arquitectura. (2010), 17. [Em linha]. [Consult. 14.11.2011]. Disponível em WWW: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56310/2/2863.pdf>>.

- TAVARES, Maria - HE-FCP: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]. (2010). [Em linha]. [Consult. 14.11.2011]. Disponível em WWW: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56330/2/2865.pdf>>.
- TAVARES, Maria - Leituras da produção [moderna] da casa: as HE nos anos 50 e 60 em Portugal. (2011). [Em linha]. [Consult. 14.11.2011]. Disponível em WWW: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56311/2/2862.pdf>>.
- TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal. Lisboa: [s.n.], 2003. Tese de Mestrado
- TÁVORA, Fernando- **Da Organização do Espaço**. 6.^a ed. Porto: FAUP, 2006. ISBN 972-9483-22-1.
- TEIXEIRA, Manuel C.- As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. Análise Social. (1992), 65-89. [Em linha]. [Consult. 07.03.2012]. Disponível em WWW: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223049300Z1dLD4ro1Jn31VT6.pdf>>.
- TOSTÕES, Ana- **Os verdes anos da Arquitectura Portuguesa dos anos 50**. 2.^a ed. Porto: FAUP, 1997. ISBN 972-9483-30-2.
- TOSTÕES, Ana, coord. - **Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira - [catálogo da exposição] Centro Cultural de Belém, 26 de Junho a 31 de Outubro**. Lisboa: Quimera, 2004. ISBN 972-589-127-9.
- TOSTÕES, Ana, coord.- **1º Congresso Nacional de Arquitectura : [relatório da comissão executiva, teses, conclusões e votos do congresso]** Ed. facsimil. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008. ISBN 978-972-8897-27-7.
- VALE, Sara Azenha Nunes do - O Bairro Norton de Matos Sáuda-vos. Coimbra: [s.n.], 2007. Tese de Licenciatura

FONTES DE IMAGENS

- 1 | <http://democraciapolitica.blogspot.pt/2012/02/insercao-de-portugal-na-segunda-guerra.html>
- 2 | <http://fotos.sapo.pt/Ba7bA4bUMzkbZoB58Uzi/s320x240>
- 3 | <http://static7.businessinsider.com/image/4d52a42f49e2ae5673050000/marshall-plan-poster.jpg>
- 4 | <http://www.flickr.com/photos/n-a-t-o/5509157454/sizes/o/in/photostream/>
- 5 | <http://www.oliveirasalazar.org/imagem.asp?id=5647>
- 6 | http://www.castroesilva.com/imagens/1103/1103JC245_a.jpg
- 7 | <http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/joelho/article/view/427/337> - Cadernos de Arquitectura nº1, 1947
- 8 | Arquivo Pessoal da Autora
- 9 | <http://1.bp.blogspot.com/-z8nxoOYtrvQ/TINdsBDLDGI/AAAAAAAAAC3s/dOwLgDknDjE/s1600/Unite%2Bd%25E2%2580%2599Habitation%252C%2BMarseille%252C%2B1952Le%2BCorbusier.jpg>
- 10 | *Arquitectura Popular em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1988, V.1, p.92
- 11 | *Arquitectura Popular em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1988, V.3, p.150
- 12 | *Arquitectura Popular em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa: Associação Arquitectos Portugueses, 1988, V.1, Capa
- 13 | http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPImage.aspx?pid=696738
- 14 | http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPImage.aspx?pid=236903
- 15 | http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPImage.aspx?pid=236906
- 16 | http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPImage.aspx?pid=236908
- 17 | <http://3.bp.blogspot.com/-VQklTHjjGfM/TbgS29ZyJaI/AAAAAAAAAr0/AWaqT5-0E2U/s1600/quinta+da+cal%25C3%25A7ada+contru%25C3%25A7%25C3%25A3o+3.jpg>
- 18 | http://4.bp.blogspot.com/-ovo9LpGLcfl/TbgS_941ByI/AAAAAAAAAsA/ZFEXrpXrl8Q/s1600/quinta+da+cal%25C3%25A7ada+contru%25C3%25A7%25C3%25A3o+6.bmp
- 19 | <http://1.bp.blogspot.com/-VB6ECjwHytk/Tbkvj1r1tvI/AAAAAAAAAwc/D-Dc8RdFhSg/s1600/quinta+da+cal%25C3%25A7ada+alameda+da+igreja+2.jpg>
- 20 | <http://2.bp.blogspot.com/-t8gGpnU99ug/TbkvoYNLpTI/AAAAAAAAAwk/qayjwEYlo8/s1600/quinta+da+cal%25C3%25A7ada+ao+pe+do+posto+do+fiscal.jpg>
- 21 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.207

- 22 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.207
- 23 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.207
- 24 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.34
- 25 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.34
- 26 | PORTO, Câmara Municipal, coord. – *Habitação Social no Porto*, p.32
- 27 | PORTO, Câmara Municipal, coord. – *Habitação Social no Porto*, p.35
- 28 | PORTO, Câmara Municipal, coord. – *Habitação Social no Porto*, p.35
- 29 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.212
- 30 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.212
- 31 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.212
- 32 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.81
- 33 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.81
- 34 | http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TUgpuD7xLil/AAAAAAAAAMrc/6R2tgusn_qo/s1600-h/pa534.jpg
- 35 | http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TUgpsDLZ8PI/AAAAAAAAAMrU/dcBgllh-hOo/s1600-h/pa524.jpg
- 36 | http://adbr001cdn.archdaily.net/wp-content/uploads/2012/05/1337390018_usuario_flickr_ekainj_1329748506_2796118326_65fe76e5a4_o.jpg
- 37 | http://adbr001cdn.archdaily.net/wp-content/uploads/2012/05/1337390003_usuario_flickr_gva_jb_1329748522_gva_jb-1000x669.jpg
- 38 | http://adbr001cdn.archdaily.net/wp-content/uploads/2012/05/1337390017_usuario_flickr_ekainj_1329748507_2796119150_427c699682_o.jpg
- 39 | Processo n° 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra
- 40 | Arquivo Pessoal da Autora
- 41 | http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_master/N26.pdf
- 42 | http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_master/N26.pdf
- 43 | http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_master/N26.pdf
- 44 | http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N26/N26_master/N26.pdf
- 45 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal*. p.190

- 46 | TOSTÕES, Ana, coord. - *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira - [catálogo da exposição] Centro Cultural de Belém, 26 de Junho a 31 de Outubro.* p.165
- 47 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.202
- 48 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.203
- 49 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.203
- 50 | Habitações Económicas - Federação de Caixas de Previdência, Coletânea de Estudos de Habitação, Publicação de Circulação Interna, Ano 1, nº1, Maio 1962.
- 51 | <http://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/fig01mtHE.jpg>
- 52 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.186
- 53 | <http://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/fig09mtHE.jpg>
- 54 | http://lh6.ggpht.com/_FkKgTDI7ngU/TSiXLBht3PI/AAAAAAAAAMIQ/DiehT3Oo4AE/s1600-h/ramal131%5B1%5D.jpg (alterada)
- 55 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.180
- 56 | <http://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/fig05mtHE.jpg>
- 57 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.128
- 58 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.180
- 59 | <http://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/fig07mtHE.jpg>
- 60 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.183
- 61 | http://lisboaantiga.web.simplesnet.pt/images/Foto_aerea_do_bairro_de_alvalade.jpg
- 62 | Imagem do Bing Maps em modo Bird Eye (alterada)
- 63 | http://evstudio.info/wp-content/uploads/2010/11/Perry_Neighborhood.jpg
- 64 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.131 (alterada)
- 65 | Imagem do Google Earth em modo StreetView (alterada)
- 66 | Imagem do Google Earth em modo StreetView (alterada)
- 67 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.183
- 68 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.183
- 69 | TAVARES, Maria - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.190
- 70 | TAVARES, Maria - *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.141

- 71 | TOSTÕES, Ana, coord. - *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira* - [catálogo da exposição] Centro Cultural de Belém, 26 de Junho a 31 de Outubro. p.164
- 72 | TOSTÕES, Ana, coord. - *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira* - [catálogo da exposição] Centro Cultural de Belém, 26 de Junho a 31 de Outubro. p.164
- 73 | TOSTÕES, Ana, coord. - *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira* - [catálogo da exposição] Centro Cultural de Belém, 26 de Junho a 31 de Outubro. p.164
- 74 | TOSTÕES, Ana, coord. - *Arquitectura e cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira* - [catálogo da exposição] Centro Cultural de Belém, 26 de Junho a 31 de Outubro. p.164
- 75 | <http://img.photobucket.com/albums/v706/joao74/noronhas/alta3.jpg>
- 76 | <http://img.photobucket.com/albums/v706/joao74/noronhas/alta4.jpg>
- 77 | <http://img20.imageshack.us/img20/5717/solumzs8.jpg>
- 78 | <http://i51.photobucket.com/albums/f357/ShichiAkaAkuma/Coimbra%20Piolho/Coi mbraAntiga-BairroMarechalCarmona.jpg>
- 79 | <http://i84.photobucket.com/albums/k39/nop57751/Coimbra/Cartografia/FOTO130.jpg>
- 80 | DUARTE, Maria Eduarda- *A Habitação Colectiva em Coimbra, Modelos de arquitectura residencial no período entre 1958 e 1974*. p.108
- 81 | DUARTE, Maria Eduarda- *A Habitação Colectiva em Coimbra, Modelos de arquitectura residencial no período entre 1958 e 1974*. p.112
- 82 | Imagem do Google Earth (alterada)
- 83 | Imagem do Bing Maps em modo Bird Eye (alterada)
- 84 | http://mimoa.eu/images/12220_1.jpg
- 85 | DUARTE, Maria Eduarda- *A Habitação Colectiva em Coimbra, Modelos de arquitectura residencial no período entre 1958 e 1974*. p.126
- 86 | Arquivo Pessoal da Autora
- 87 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 88 | Arquivo Pessoal da Autora
- 89 | Arquivo Pessoal da Autora
- 90 | Arquivo Pessoal da Autora
- 91 | Arquivo Pessoal da Autora
- 92 | Arquivo Pessoal da Autora
- 93 | Arquivo Pessoal da Autora
- 94 | <http://www.geom.uiuc.edu/~demo5337/s97b/mondrian.jpg>
- 95 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 96 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 97 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 98 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)

- 99 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 100 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 101 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 102 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.186
- 103 | TAVARES, Maria Fernanda Gaspar- *Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas: Um percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* p.128
- 104 | Arquivo Pessoal da Autora
- 105 | Arquivo Pessoal da Autora
- 106 | Arquivo Pessoal da Autora
- 107 | Arquivo Pessoal da Autora
- 108 | Arquivo Pessoal da Autora
- 109 | Arquivo Pessoal da Autora
- 110 | Arquivo Pessoal da Autora
- 111 | Arquivo Pessoal da Autora
- 112 | Arquivo Pessoal da Autora
- 113 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 114 | Arquivo Pessoal da Autora
- 115 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 116 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 117 | Arquivo Pessoal da Autora
- 118 | Arquivo Pessoal da Autora
- 119 | http://www.ignezferraz.com.br/img/dicas/arq_port_02.jpg (alterada)
- 120 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 121 | Desenho da Autora
- 122 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 123 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 124 | Arquivo Pessoal da Autora
- 125 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 126 | Arquivo Pessoal da Autora
- 127 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 128 | Desenho da Autora

- 129 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 130 | Arquivo Pessoal da Autora
- 131 | Arquivo Pessoal da Autora
- 132 | Arquivo Pessoal da Autora
- 133 | Arquivo Pessoal da Autora
- 134 | Arquivo Pessoal da Autora
- 135 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 136 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 137 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 138 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 139 | Processo nº 1393 do Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Coimbra (redesenhado pela autora)
- 140 | CORREIA, Jorge - *Bairro das Caixas : blocos das habitações económicas : Federação das Caixas de Previdência Coimbra*. p.
- 141 | ALBUQUERQUE, Jorge- Conjunto Residencial de Beja. *Atrium – Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.24
- 142 | ALBUQUERQUE, Jorge- Conjunto Residencial de Beja. *Atrium – Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.26
- 143 | ALBUQUERQUE, Jorge- Conjunto Residencial de Beja. *Atrium – Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.24
- 144 | ALBUQUERQUE, Jorge- Conjunto Residencial de Beja. *Atrium – Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.28
- 145 | ALBUQUERQUE, Jorge- Imóvel de Apartamentos. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.32
- 146 | ALBUQUERQUE, Jorge- Imóvel de Apartamentos. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.30
- 147 | ALBUQUERQUE, Jorge- Imóvel de Apartamentos. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.35
- 148 | ALBUQUERQUE, Jorge- Imóvel de Apartamentos. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.31
- 149 | ALBUQUERQUE, Jorge- Imóvel de Apartamentos. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.33
- 150 | ALBUQUERQUE, Jorge- Moradia no Lagoal. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.41
- 151 | ALBUQUERQUE, Jorge- Moradia no Lagoal. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.39
- 152 | ALBUQUERQUE, Jorge- Moradia no Lagoal. *Atrium - Revista Portuguesa de Arquitectura e Artes Plásticas*. p.39

ANEXOS

- I** MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO PROJECTO E ARRANJO DO TERRENO
- II** PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
- III** BLOCOS A3
- IV** BLOCOS A4
- V** BLOCOS B8
- VI** BLOCOS C8
- VII** CONJUNTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

COIMBRAMEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

O bairro de casas de renda económica a construir em Coimbra, consta de blocos de três, quatro e oito andares e um conjunto de estabelecimentos.

Em todos os blocos encontram-se marcadas nas plantas respectivas as estruturas adoptadas a calcular. As secções de betão encontram-se dimensionadas devendo permitir que o cálculo se faça dentro das tensões regulamentares, quer para o aço quer para o betão.

Não se apresentam cálculos justificativos das secções para permitir aos empreiteiros adoptar nas suas propostas aço macio, aço do tipo A 40 ou aço A52.

O betão a empregar no betão armado será de 300 Kg. de cimento por metro cúbico, sendo a granulometria dos materiais inertes estudada de forma a obter-se um betão trabalhável e compacto. Conforme o aço a empregar a granulometria dos inertes deverá ser estudada por forma a conduzir as tensões de rotura necessária pelos regulamentos em vigor.

Estrutura:Blocos A₃ e A₄

Para estes blocos de 3 e 4 andares foi adoptado um sistema mixto resistente constituído por uma estrutura periférica de betão armado formada por pilares, vigas e pelas paredes divisórias interiores em tijolo furado nos dois últimos andares e maciço nos restantes.

Os pavimentos são constituídos por lajes maciça de betão armado com a espessura uniforme de 0,10.

Blocos B₈ e C₈

Para estes blocos com oito andares, o sistema estrutural prevê pórticos transversais com 10 metros de vão e mo



dulo aproximado de 2,50 m., travados entre si pelas lajes dos pavimentos e vigas de bordadura. As lajes serão maciças com a espessura de 0,10 m. Os pesos das alvenarias adoptados é de 190 Kg/m² quer para as divisórias interiores quer para paredes de fachada.

A estrutura em face dos regulamentos em vigor, deverá ser verificada à acção do vento, se esta for mais desfavorável que a acção sísmica. Caso contrário considerar-se-á apenas o efeito sísmico.

Estabelecimentos

Para o conjunto de estabelecimentos a estrutura está inter-ligada, tendo cintas de travamento e pilares nos cunhais dos edifícios. A laje de cobertura em betão armado, é inclinada formando duas abas com balanço dos dois lados. Esta laje apoia-se nas vigas das paredes de fachada e na da cumieira.

Fundações

As fundações serão contínuas de betão ciclópico de 250 Kg. de cimento em que o volume de pedra com mais de 0,05 de areia é inferior a 50% do volume total.

As fundações terão as dimensões indicadas na respectiva planta e foram calculadas para que a tensão no terreno não excedesse 3 Kg/cm², pelo que serão levados à profundidade necessária para garantir que o terreno suporte aquela tensão.

AGRUPAMENTO DE COIMBRA- ARRANJO DO TERRENO -

- 1 -

Memória Descritiva

- Refere-se o presente projecto ao arranjo do terreno do Agrupamento de Casas de Renda Económica de Coimbra.

Foi elaborado tomando como base a variante apresentada pelo Arquitecto Jorge Albuquerque ao seu primeiro estudo de arruamentos e distribuição de zonas do parque em torno dos blocos daquele Agrupamento.

Essa variante de concepção mais sóbria e objectiva permite satisfazer desde já às necessidades urbanísticas e funcionais do Agrupamento, sem prejuizo da concretização futura da concepção inicial. Esta, dadas as suas características gerais, particularmente quanto às realizações de carácter recreativo e colectivo derivadas das necessidades de convívio humano - parque infantil, esplanada, anfiteatro, coreto, etc - somente por fases e a longo prazo poderá tornar-se realidade.

Nesta conformidade, a execução do presente projecto constituirá ^{que} a 1.ª fase do projecto inicial.

- O terreno do Agrupamento é tratado como parque destinado a recreio dos respectivos habitantes, nele se distribuindo largas zonas recivadas, dispostas em torno dos edificios, ficando os espaços livres destinados à circulação das pessoas, com a possibilidade de, eventualmente, permitir o acesso de carros de serviços públicos, ambulâncias, etc, os quais serão pavimentados com calçada de viadrago, com desenhos dispersos em mosaico de basalto.

Em locais escolhidos foi prevista a localização de árvores de porte variado, isoladas ou em pequenos grupos, por forma melhorar o enquadramento das construções e proporcionar agradáveis locais de repouso aos moradores. Com esta finalidade foi também considerada a colocação de bancos, em número de 47, convenientemente distribuídos pelo recinto.

As ligações do parque com os arruamentos marginaes circundantes são feitas de nível, sendo estabelecidas as necessárias concordâncias com os respectivos passios.

59



Exceptua-se, todavia, a do lado Sul, onde, para manter o acentuado nível existente, se prevê a construção de uma escadaria de acesso, localizadas nos pontos julgados mais convenientes de passagens das pessoas. Na zona central prevê-se a construção de um recinto reservado a práticas desportivas dos moradores mais jovens, o qual poderá também ser utilizado para outros fins recreativos ou culturais.

Não se incluem neste projecto os trabalhos respeitantes ao arrelvamento e plantação de árvores, por competir à Câmara Municipal de Coimbra a sua execução, incluindo a dos correspondentes trabalhos acessórios e complementares.

A construção do passeio envolvente do terreno do Agrupamento é também das atribuições daquela Câmara, razão porque não é aqui considerado. Dado que em resultado da terraplanagem projectada alguns edifícios ficarão com maior altura de envasamento, considera-se o assentamento no mesmo do necessário ferro de cantaria, rusticado, igual ao existente.

3 - Julga-se que os desenhos do projecto são suficientemente elucidativos quanto aos trabalhos previstos e modo de sua execução. Apesar disso, faz-se uma descrição sumária dos mesmos.

I - Terraplanagem em toda a área do terreno para a obtenção das cotas projectadas, compreendendo escavação, aterro por camadas compactadas e regadas, remoção e transporte dos produtos escavados.

II - Fornecimento e assentamento de guias de cantaria da região, de 10 x 20 cm, nos contornos das zonas relvadas, recinto desportivo, calçadas das árvores e degraus das escadas.

Inclui-se a execução da fundação em betão de 200 Kg, com a largura de 0,25 m e a altura necessária, compreendendo escavação e remoção de terras.

III - Pavimentação das zonas de trânsito e pisos aos degraus das escadas com calçada de vidraço, levando algum desenho simples e disperso em mosaico de basalto, incluindo abertura de caixa, remoção de terras e fundação. O pavimento será constituído por:

- a) - Camada de brita média, com a altura de 0,05 m, depois ^{de} recalque e espalhada após a compactação da caixa.
- b) - Camada de betão negro de 150 Kg, com a altura de 0,10 m, apertada e regularizada.
- c) - Camada de cimento e cal hidráulica ao traço de 1:4, com a altura de 0,03 m.
- d) - Calçada de vidraço e basalto, tendo as pedras dimensões entr

Assinado

*com
2 pias
e em
miter*

*com
2 pias
e em
miter*

*com
2 pias
e em
miter*



0,04 e 0,06, regada e batida a mão.

IV - Fornecimento e assentamento de bancos de betão armado, pré-fabricados, incluindo escavação e transporte de terras e execução da fundação em betão de 200 Kg, com as dimensões convenientes.

V - Fornecimento e assentamento de fôrro de cantaria da região, de tipo rusticado igual ao existente, nos edifícios onde por efeito de terraplanagem se verifique ser necessário aumentar a seu envasamento.

VI - Construção do recinto desportivo, constituído por:

A) - Pavimento, compreendendo:

- a) - Abertura de caixa e sua compactação, incluindo remoção de terras.
- b) - Camada de brita miúda e grossa, com a espessura de 0,1 depois do recalque com cilindro, espalhada sobre a caixa depois desta devidamente compactada.
- c) - Camada de betão magro de 150 Kg, com a espessura de 0, bem apertada.
- d) - Camada de areia, com a espessura de 0,02.
- e) - Camada de papel espesso.
- f) - Camada de betão de 350 Kg, com a espessura de 0,08 m, vibrado, com armadura de 5 ϕ 3/16 p.m. nos dois sentidos.
- g) - Juntas de dilatação na periferia do pavimento, cheias com produto betuminoso.

B) - Vedação, compreendendo:

- h) - Guarda em tubo de ferro galvanizado de ϕ 2", devidamente pintado a esmalte.
- i) - Tabela em madeira de castanho, pintada a óleo, incluindo suportes com ferro T.

4 - A execução do presente projecto de arranjo do terreno do Agrupamento de Coimbra importa em Esc: 763 271800, conforme a medição e orçamento justificativos anexos.

O ENGENHEIRO CIVIL

(Henrique M. Fábres dos Santos Leite)

Porto, Maio de 1965

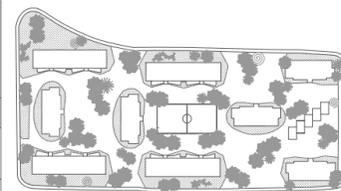
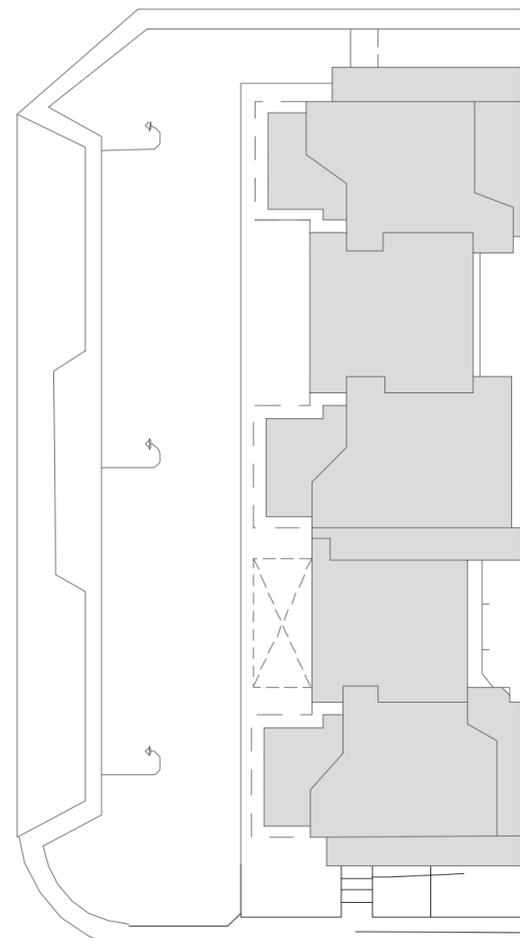
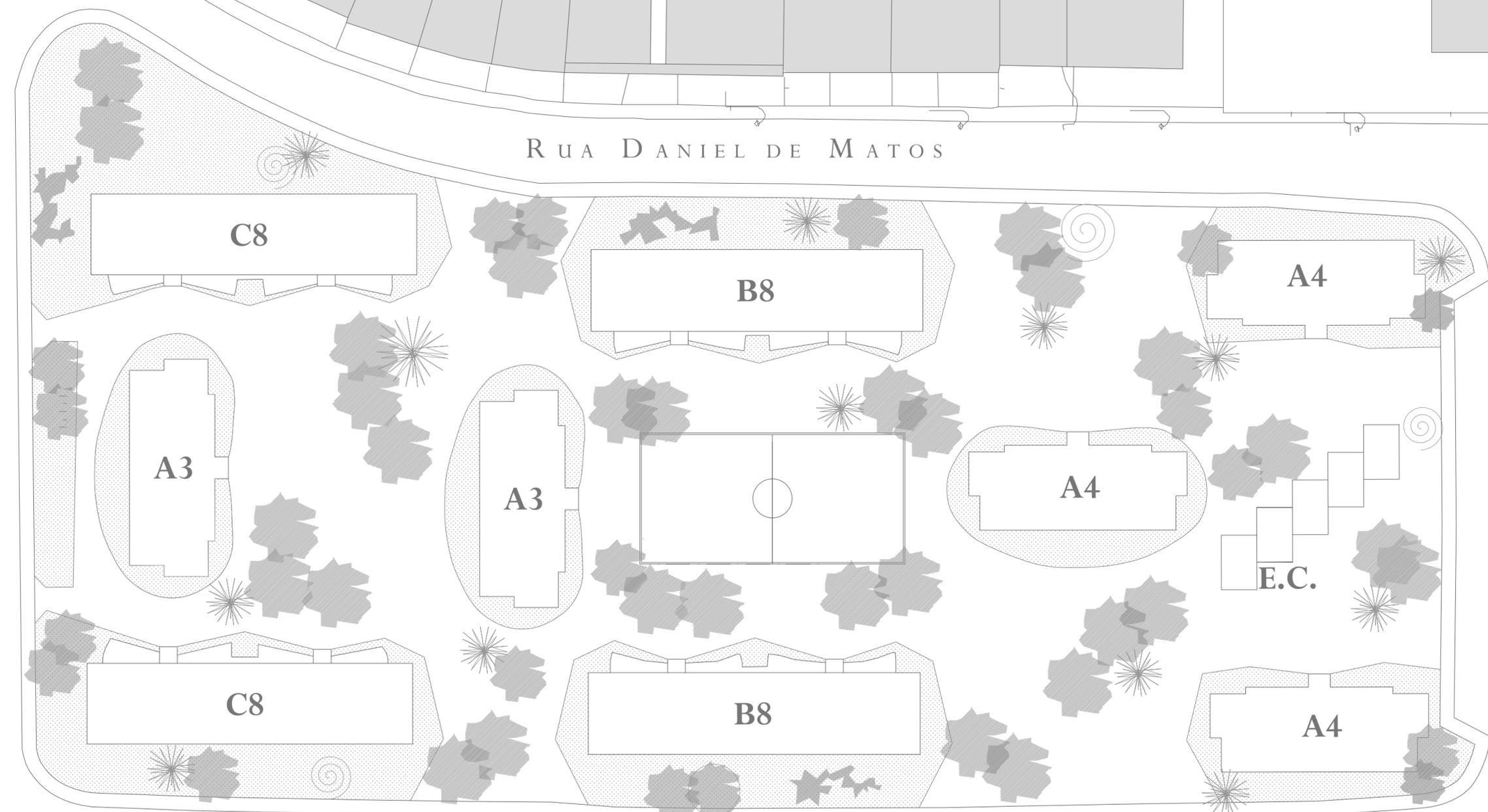
61
[Handwritten signature]

RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL

RUA DANIEL DE MATOS

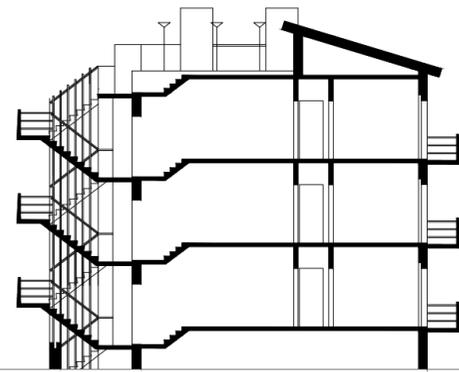
PRACETA INFANTE DOM HENRIQUE

RUA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

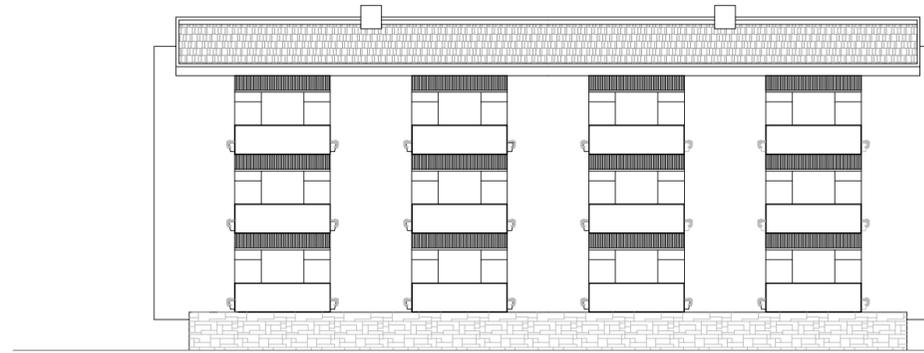


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
1.500 

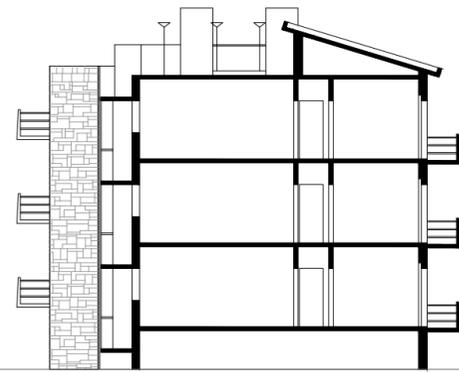
- A3 | BLOCOS A3
- A4 | BLOCOS A4
- B8 | BLOCOS B8
- C8 | BLOCOS C8
- E.C. | ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS



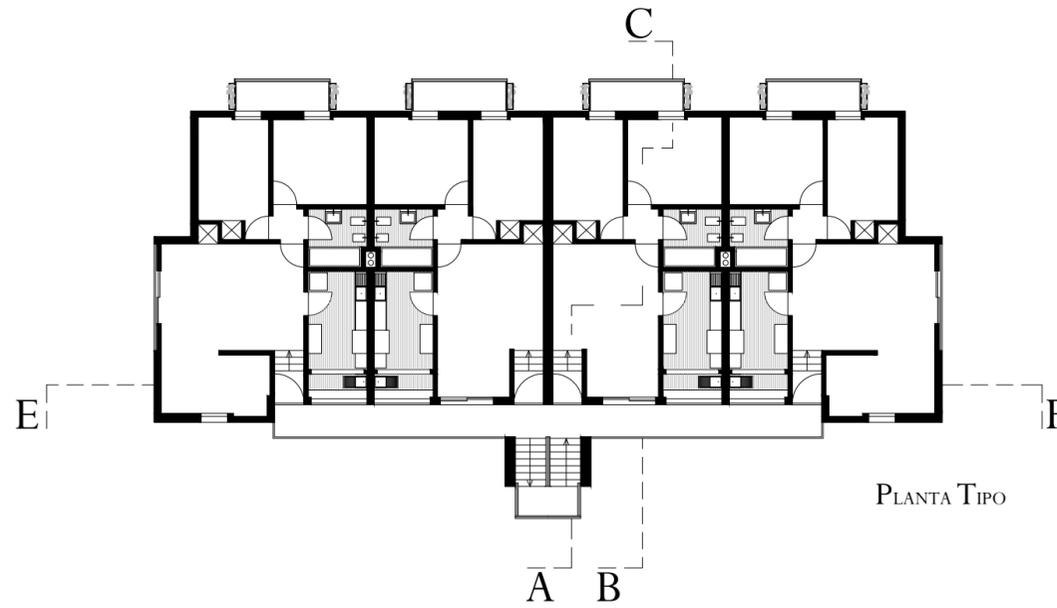
CORTE AC



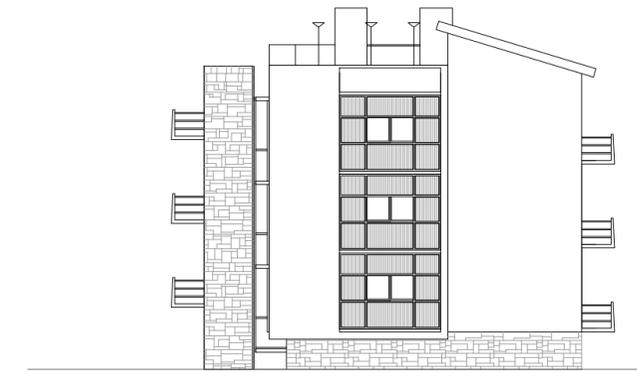
ALÇADO POSTERIOR



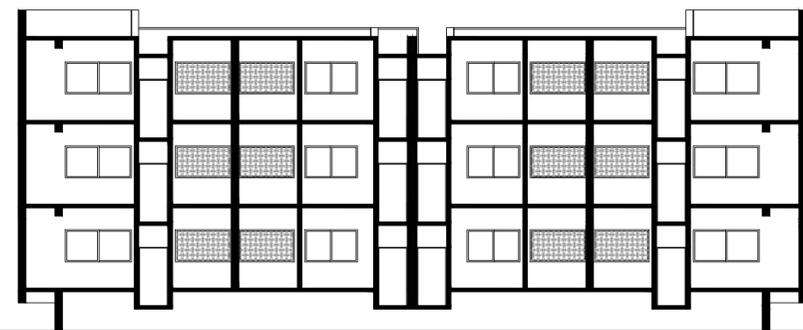
CORTE BC



PLANTA TIPO



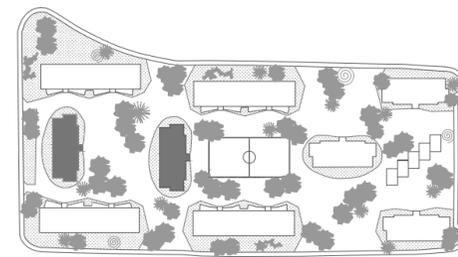
ALÇADO LATERAL



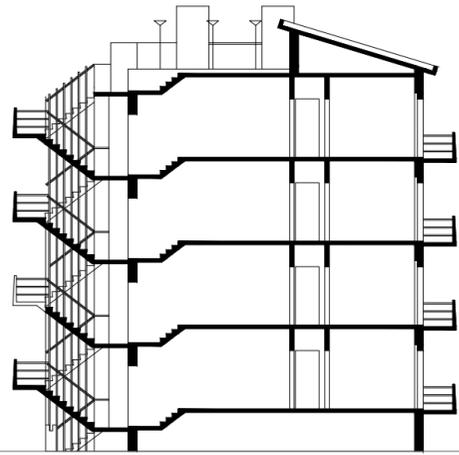
CORTE EF



ALÇADO PRINCIPAL



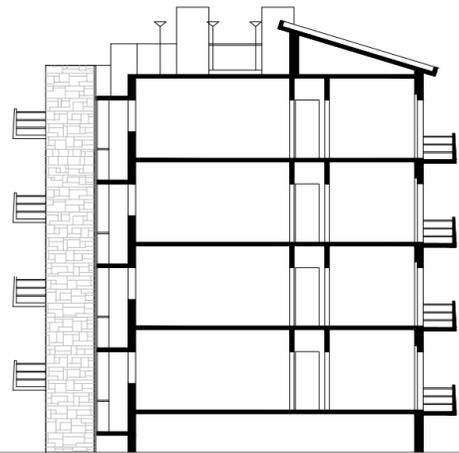
BLOCOS A3 | 1.200



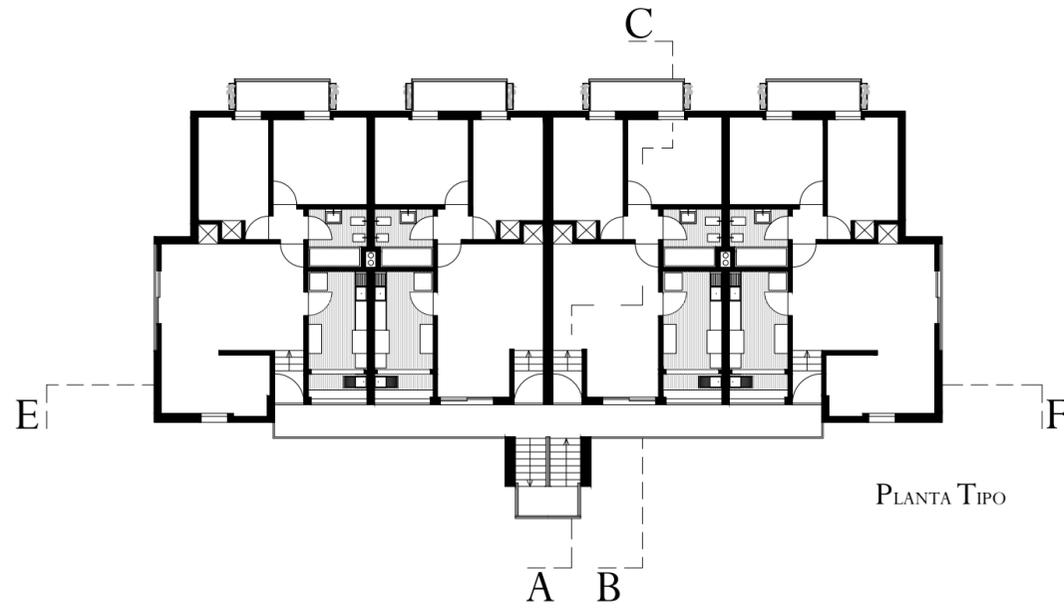
CORTE AC



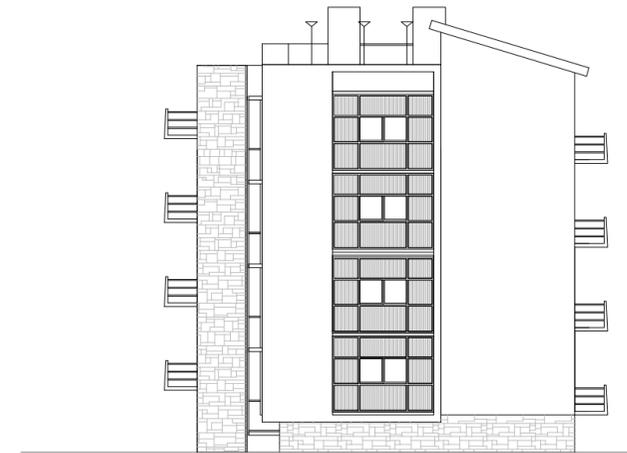
ALÇADO POSTERIOR



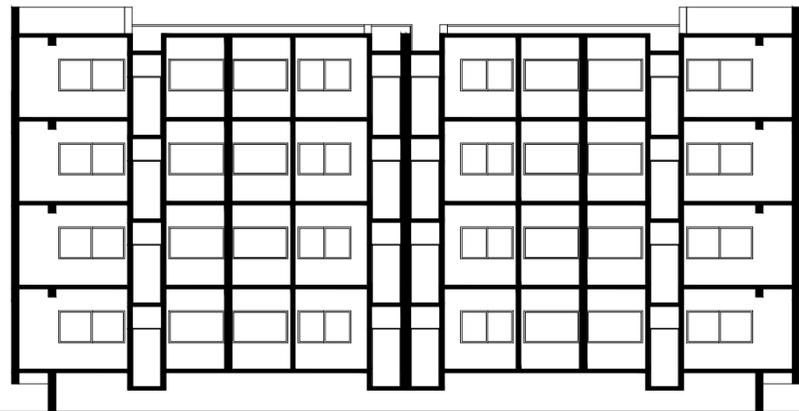
CORTE BC



PLANTA TIPO



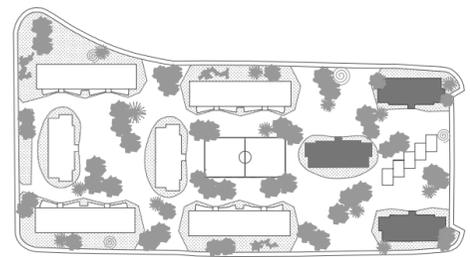
ALÇADO LATERAL



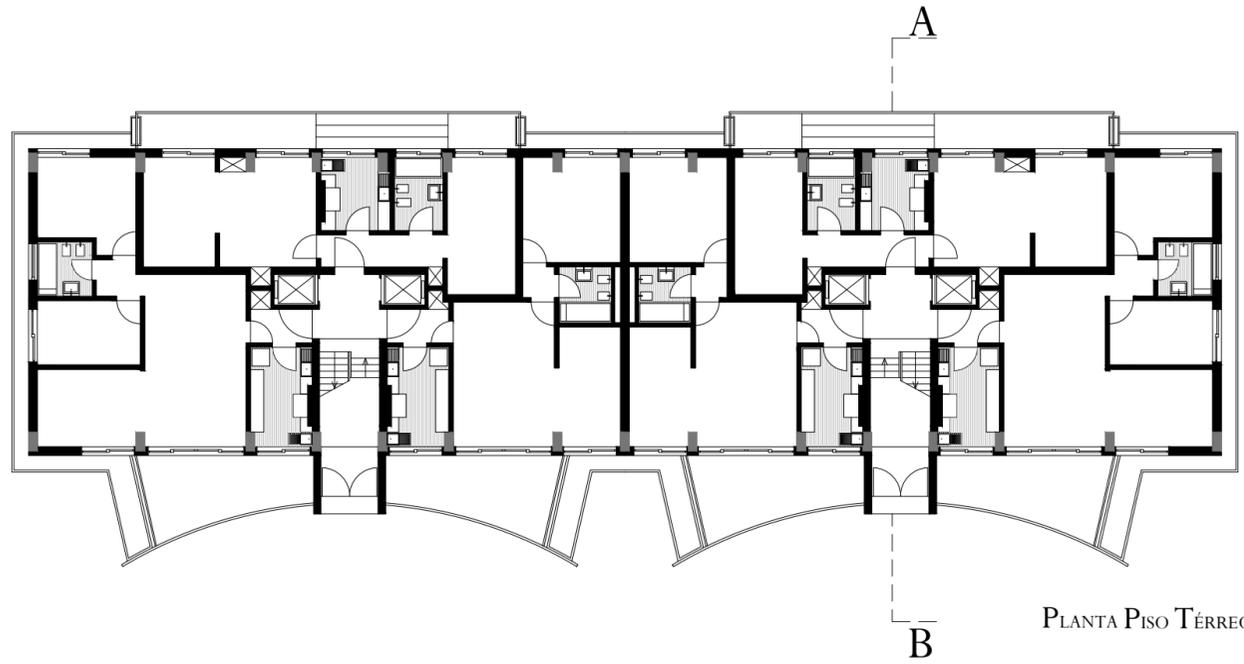
CORTE EF



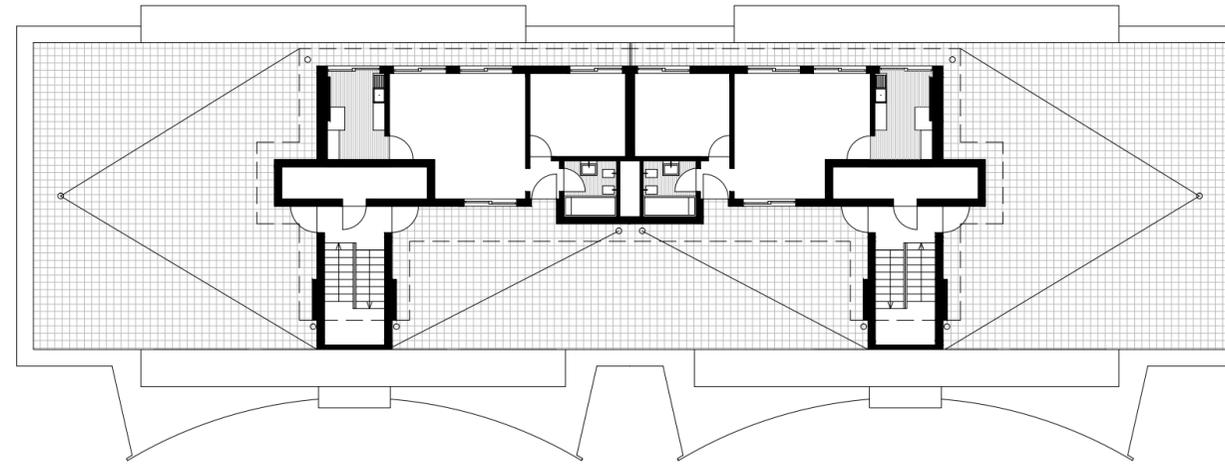
ALÇADO PRINCIPAL



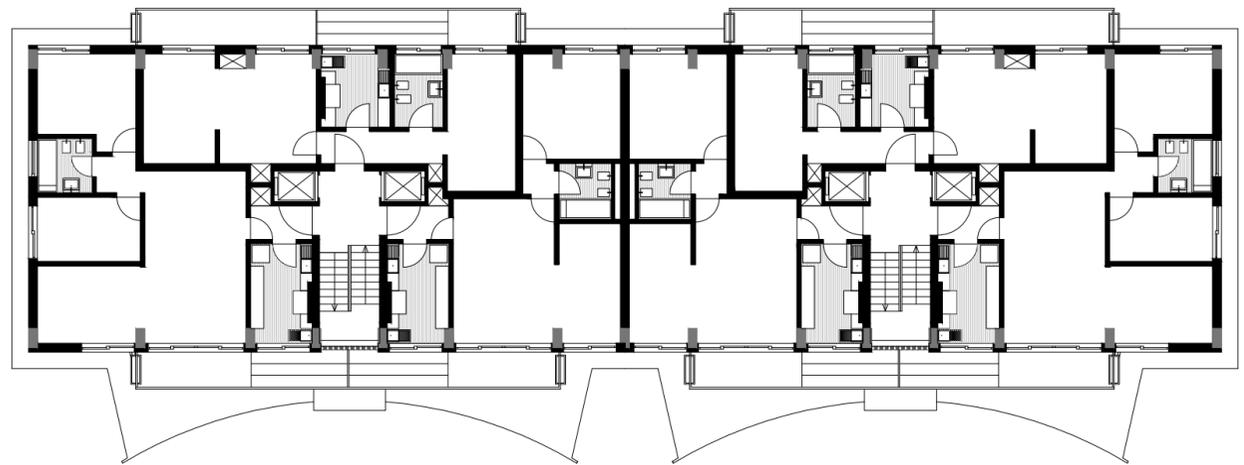
BLOCOS A4 | 1.200



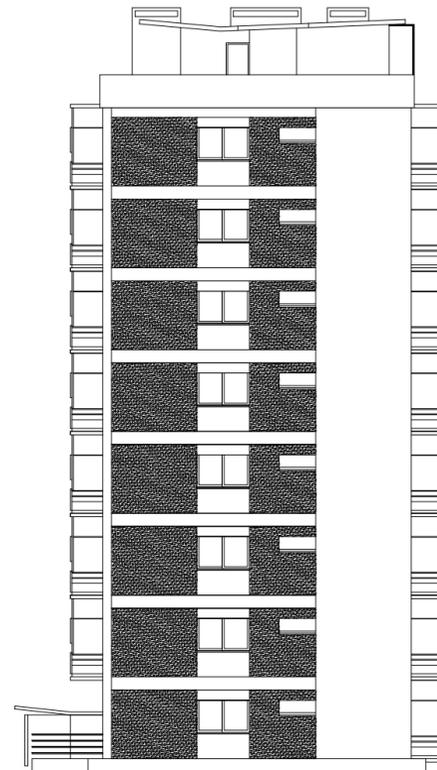
PLANTA PISO TÉRREO



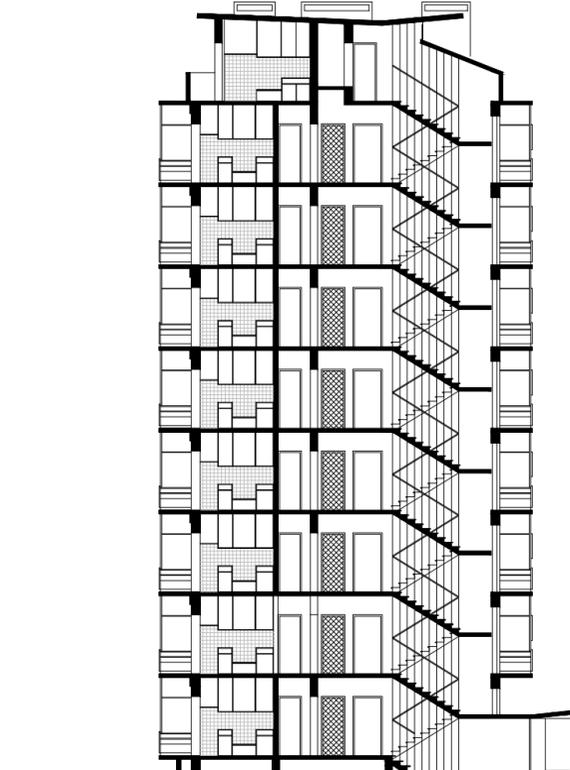
PLANTA PISO COBERTURA



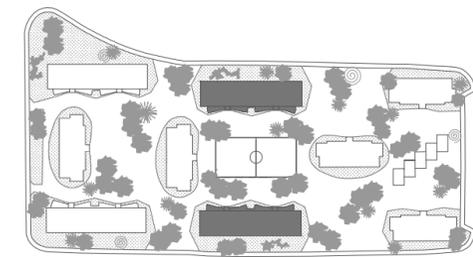
PLANTA TIPO ANDARES



ALÇADO LATERAL



CORTE AB



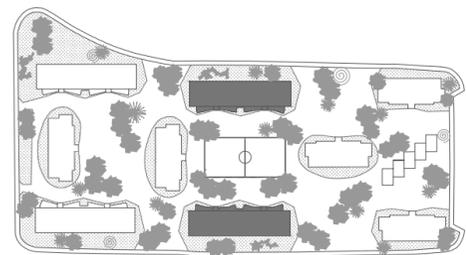
BLOCOS B8 | 1.200

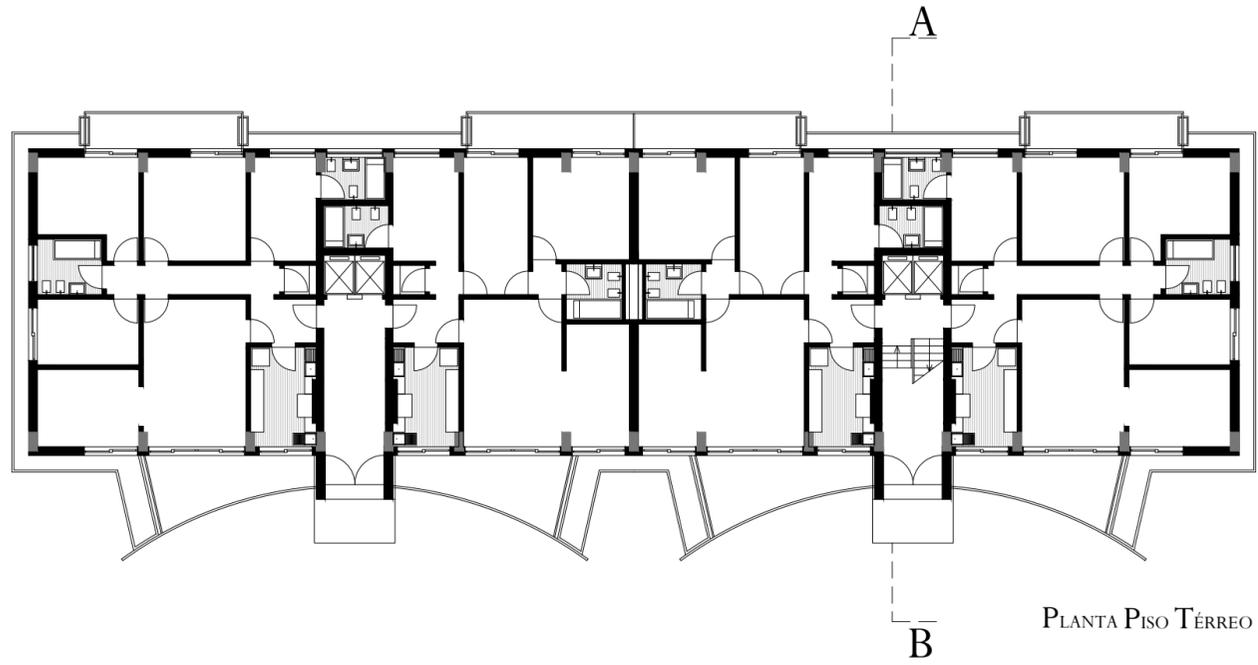


ALÇADO PRINCIPAL

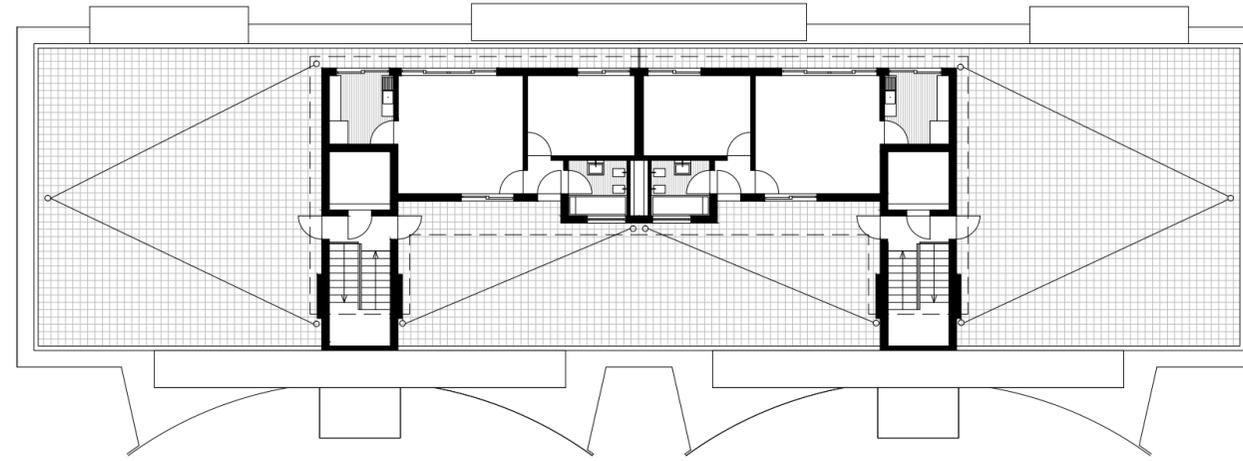


ALÇADO POSTERIOR

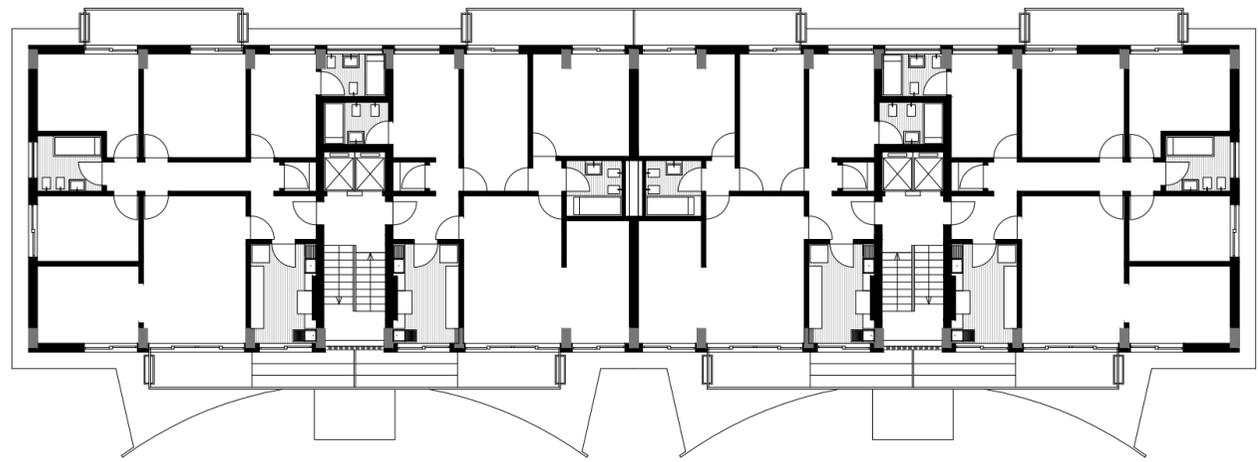




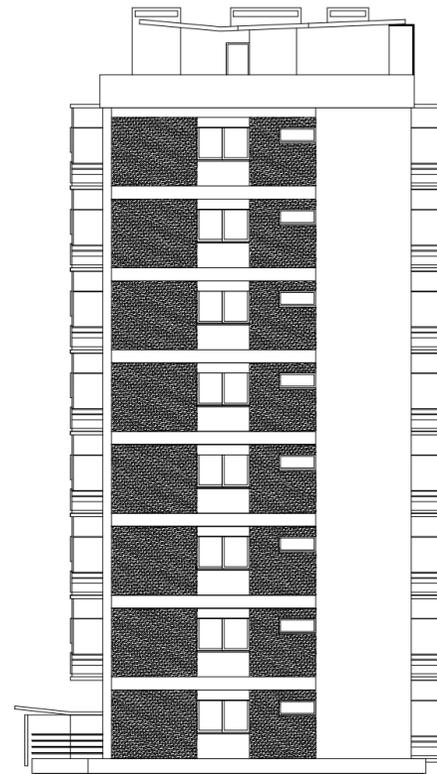
PLANTA PISO TÉRREO



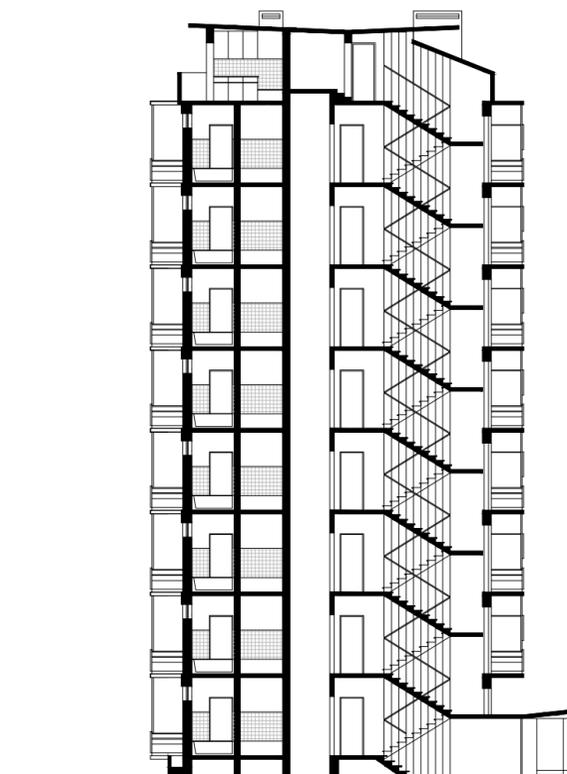
PLANTA PISO COBERTURA



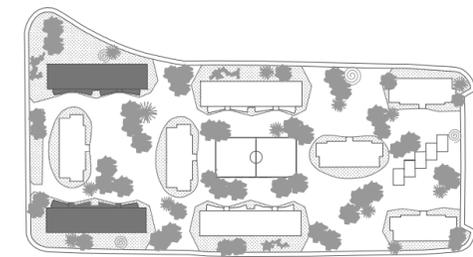
PLANTA TIPO ANDARES



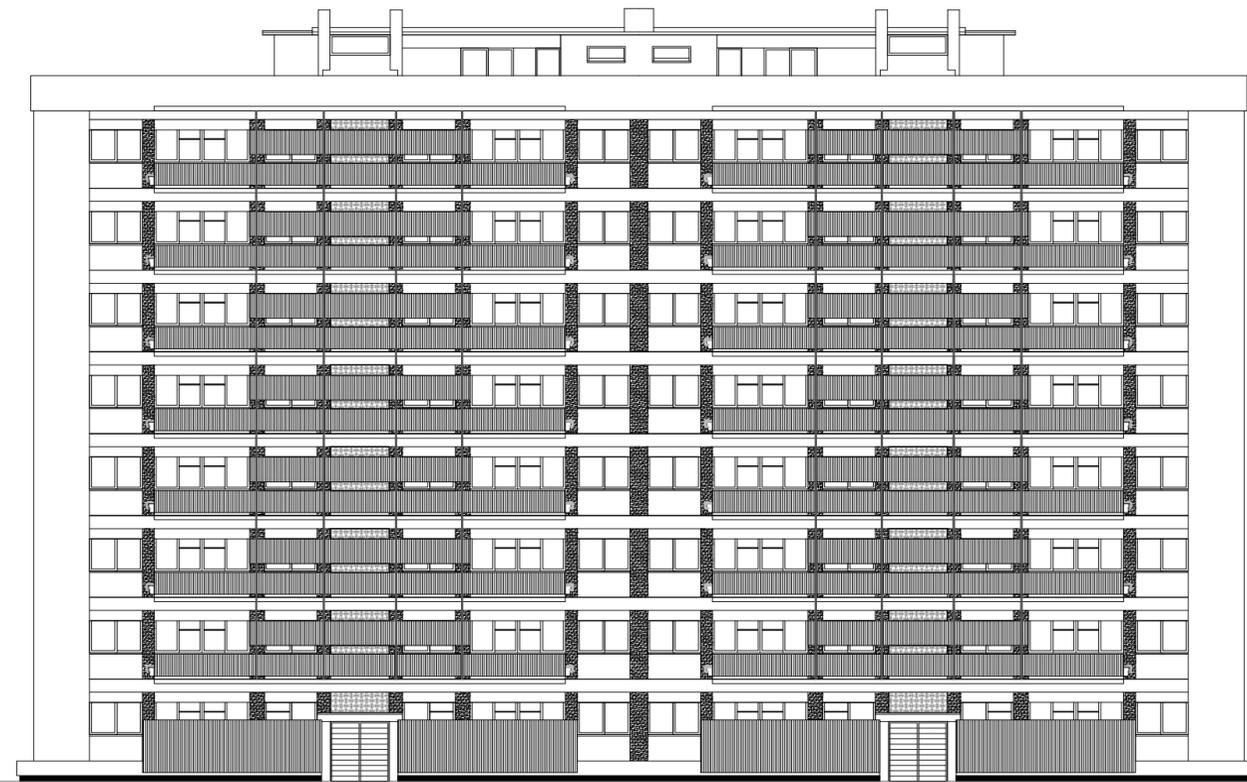
ALÇADO LATERAL



CORTE AB



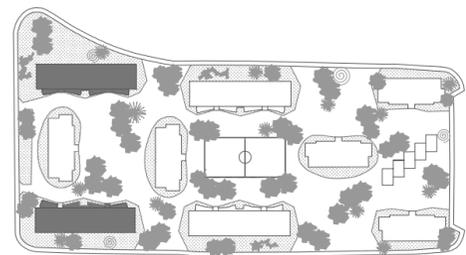
BLOCOS C8 | 1.200

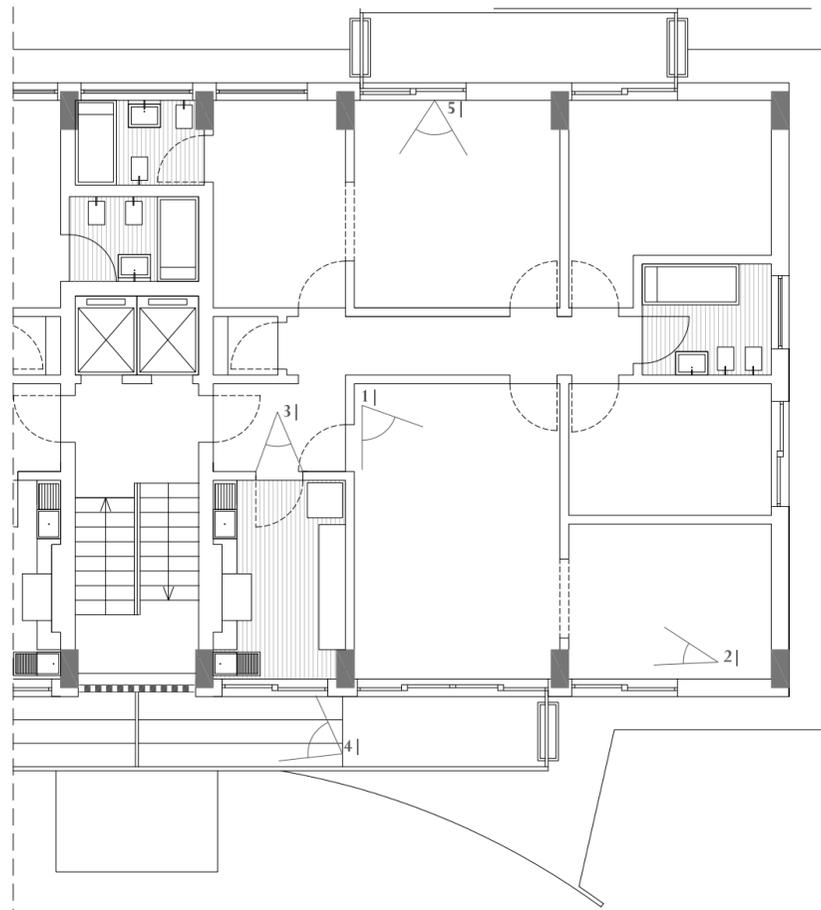


ALÇADO PRINCIPAL



ALÇADO POSTERIOR

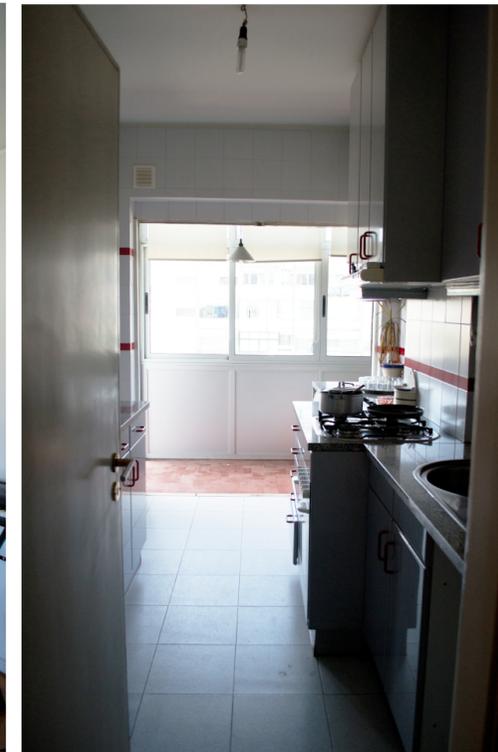




1 | SALA



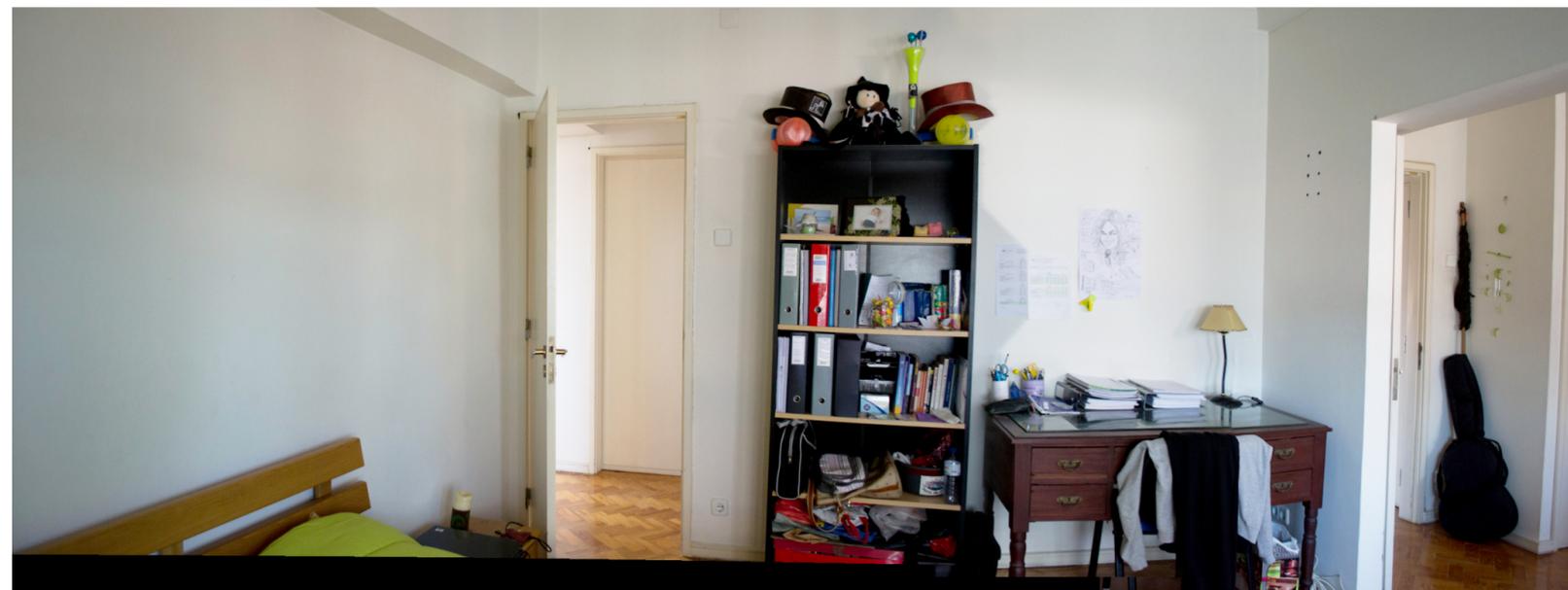
2 | ESPAÇO DE APOIO



3 | COZINHA

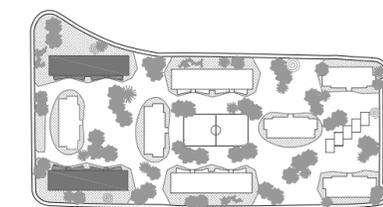


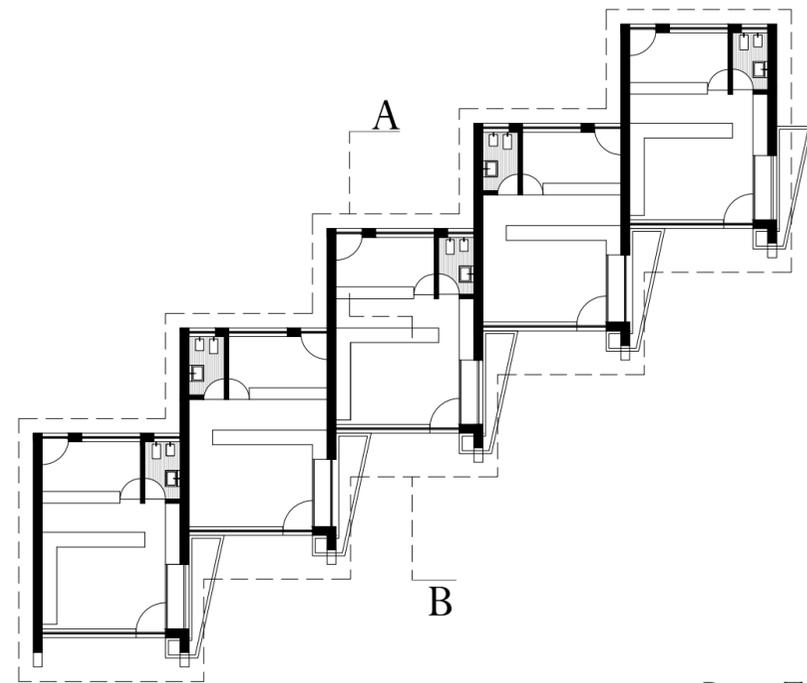
4 | COZINHA E VARANDA



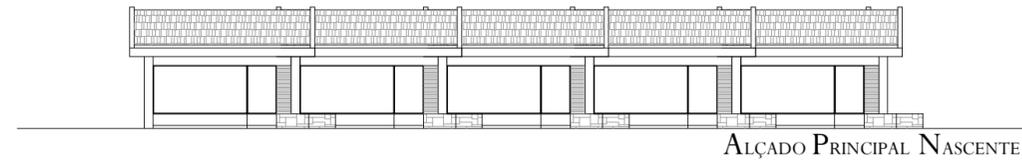
5 | QUARTO

NOTA: TODAS AS IMAGENS PERTENCEM AO ARQUIVO PESSOAL DA AUTORA

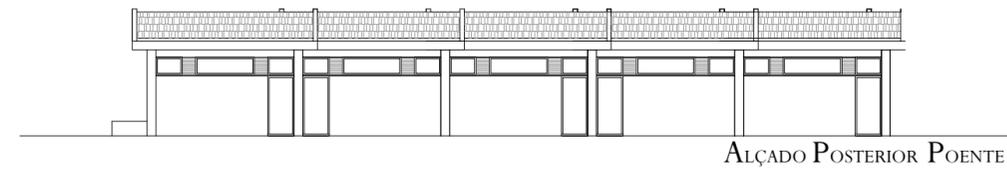




PLANTA TÉRREO



ALÇADO PRINCIPAL NASCENTE



ALÇADO POSTERIOR POENTE



ALÇADO LATERAL NORTE



CORTE AB e ALÇADO LATERAL SUL

